

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**“UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO BRASILEIRO,
COM ÊNFASE NO SETOR
SIDERÚRGICO**

VOLUME 2/2

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À
ESCOLA BRASILEIRA DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANA CRISTINA GAZOLLA BRAGA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

199701 119

T/EBAP B813a



1000077063

**VERSÃO PRELIMINAR DA DISSERTAÇÃO
DE MESTRADO APRESENTADA POR**

ANA CRISTINA GAZOLLA BRAGA

**“UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO BRASILEIRO, COM
ÊNFASE NO SETOR SIDERÚRGICO”**

VOLUME 2/2

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: ENRIQUE SARAVIA

VERSÃO PRELIMINAR ACEITA, DE ACORDO COM O PROJETO APROVADO

Assinatura do Professor Orientador Acadêmico

Data da Aceitação: 08/03/96

CAPÍTULO VII - ACESITA

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ACESITA

A Acesita (aços especiais Itabira) foi constituída em 1944, localizada em Tímoteo no estado de Minas Gerais, com a participação de capitais privados e estrangeiro.

O Decreto nº 17.596 de 17 de janeiro de 1945 autorizou a Acesita a funcionar como empresa mineradora. Nesta época havia o projeto de agregar valor ao minério de ferro, cujas jazidas se encontravam em sua grande maioria no Estado de Minas Gerais.

As dificuldades financeiras da Acesita se iniciaram já no final da década de 40, pois o capital privado não era mais suficiente para manter a empresa. Assim em 1950 o Banco do Brasil assumiu o controle acionário da Acesita através do aporte de recursos por meio de um aumento de capital visando manter o projeto de expansão da usina. Além disso, a Acesita obteve do Banco do Brasil autorização para captar recursos no mercado externo, o que a capitalizou para realizar a expansão mas a colocou a mercê da oscilação dos juros internacionais.

No início da década de 50 a Acesita produzia guiza e ferramentas agrícolas feitas na forjaria. Foram feitos, então, contatos com a empresa alemã Remag, o que resultou em projetos para implantação da laminação de chapas de aço silico em 1957 e de uma fábrica de oxigênio de 1959. Neste ano foram iniciadas as obras para construção do edificio da nova laminação, do forno elétrico de redução e as obras da sinterização.

Em 1951 foi inaugurada a usina hidrelétrica de Sá Carvalho, que foi planejada para propiciar auto-suficiência energética para a Acesita, que é titular da concessão.

No ano de 1969 foi aprovado um novo projeto de expansão, cujo acompanhamento foi feito pela empresa americana ARMCO, que consistia em uma nova fábrica de oxigênio, processamento de dados, trem de chapa galvanizado, o forno poço e o conversor L.d (1ª etapa), alto-forno 2, Lingotamento contínuo, laminação de tiras quentes e laminação a frio de aço silico e inox (2ª etapa) (edital nº PND -A-. 08/92-Acesita-Prospecto).

A Acesita como as demais estatais teve que enfrentar a redução dos investimentos governamentais em função da crise que o governo tem enfrentado nas últimas décadas. Assim, sua transferência para o setor privado tinha como objetivo recuperar sua competitividade, capacidade tecnológica e situação financeira.

Quando a empresa é incluída no PND ela passa por uma fase de ajustes prévios, que no caso da Acesita, por exemplo, determinou a conversão das partes beneficiárias emitidas em ações ordinárias, através de aumento de capital, sendo que os acionistas minoritários tiveram direito a preferência de subscrição.

Em 24 de julho de 1992 a comissão diretora do PND estabeleceu o preço mínimo de US\$ 307.825.966,80, referido a data de 1º de julho de 1992, para 100% do capital social da Acesita e para as ações colocados à venda US\$ 291.666.944,40, referente à mesma data.

Foram colocados à venda 74% do capital social da Acesita e 91,5% do capital votante, que se encontravam sob o controle do Banco do Brasil S.A. e de sua subsidiária Brazilian American Merchant Bank - BAMB.

Para empregados e aposentados da Acesita foram reservados 10% do capital social, 12,4% do capital votante.

Estimava-se a recuperação parcial dos recursos destinados à Acesita, para os cofres da união, através da venda da participação acionária do Banco do Brasil e do BAMB.

Esta siderúrgica tem sua importância no cenário econômico nacional, por ser a única produtora de aços planos inoxidáveis e de aços silicos de grão orientado e não orientado. A Acesita ainda participa em 20% do mercado nacional de não planos especiais, em 90% da demanda de aços alto carbono e ligados do setor de máquinas e implementos agrícolas do país.

As duas empresas controladas pela Acesita produzem respectivamente, forjadas em matriz fechada (Forjas Acesista) e carvão vegetal para a usina (Acesita Energética).

A venda das ações ordinárias do capital social da Acesita foi determinada pela sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização, por meio do Decreto s/nº de 05 de março de 1991 (Edital nº PND - A -08/92 Acesita), ampliando a lista das estatais que deveriam ser privatizadas, de acordo com o objetivo do governo de deixar de atuar em setores onde a iniciativa privada poderia atuar melhor.

A produção da empresa evoluiu de 60.000 toneladas / ano em 1957 para 600.000 toneladas / ano, em função dos projetos da expansão da capacidade produtiva da usina.

A Acesita até ser privatizada produzia 746 mil toneladas / ano de placas e lingotes. Além disto, o complexo siderúrgico conta com uma fundição com a capacidade para até 9 mil

toneladas / ano, basicamente para consumo na própria empresa, (Edital nº PND A - 08/92 - Acesita - Prospecto).

A Acesita é uma empresa integrada à produção de carvão vegetal que começa a produzir a partir do minério de ferro. A produção do ferro-gusa ocorre em dois altos fornos e um forno elétrico de redução, que em seguida passa para a aciaria onde são produzidas as placas e lingotes, já o produto final que são as chapas, bobinas e barras resulta das linhas de laminadores.

Os principais insumos utilizados pela Acesita para o processo produtivo são o níquel, o minério de ferro, carvão vegetal, ferro-ligas, refratárias, óleo combustível e energia elétrica.

Os produtos da Acesita são utilizados pela indústria automobilística, construção comercial, indústria alimentícia, cutelaria, distribuidores secundários e os setores energéticos, agrícola e petroquímico.

A Acesita tem bom nível de mão-de-obra; cerca de 95% dos ocupantes de funções gerenciais possuem curso superior completo e 60% dos cargos da empresa exigem formação técnica ou universitária.

O grupo Acesita tem trabalhado no desenvolvimento de um projeto para substituição do carvão vegetal pelo coque, o que poderá trazer redução de custos. Além de liberar ativos para outra utilização, por exemplo, a controlada energética refloresta 110 mil ha do total de 250 mil ha cedidos em regime do comodato pela Acesita, localizados no Vale do Rio Doce, Vale do Jequitinhonha, Espírito Santo e Bahia; se o coque for utilizado no alto-forno, 195 mil ha poderiam ser utilizados para a produção de papel e celulose, madeira e carvão. "A Acesita já dominava a tecnologia de injeção de fornos de carvão nos altos fornos, o que constitui um fator positivo para o maior aproveitamento energético", (Edital nº PND-A-08/92 Acesita - Prospecto)

As ações da Acesita são negociadas em Bolsa de valores, pois ela é uma empresa de capital aberto, portanto, se sujeita as regras estabelecidos pela CVM (Comissão de Valores Imobiliários).

Os produtos não planos produzidos são as ferramentas de aço, inoxidável e de construção mecânica. Este setor é fragmentado e competitivo, envolvendo a produção de barras laminadas a quente e acabadas a frio, os competidores são a Cia. Siderúrgica Mannesmann, Villares Indústria de Base S/A, Aços Anhanguera S/A, Aços finos S/A, Aços Villares S/A, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

A produção de fundidos é basicamente utilizada pela própria empresa, tanto que entre 1988 e 1991 a média de venda a clientes foi em torno de 1,6 mil ton/ano.

A Indústria siderúrgica mundial tem sua produção vinculada aos setores de bens duráveis, bens de capital e construção civil. Tanto que, na década de 80 com a ocorrência de uma recessão econômica, a oferta de aço excedeu em 200 milhões de toneladas.

No final da década de 80 e início de 90 a oferta e a demanda mundial de aço encontraram um ponto de equilíbrio, os preços oscilavam por períodos curtos de instabilidade.

"O aço inoxidável representou no mercado internacional cerca de 4,7 milhões de toneladas exportadas em 1990, cerca de 1,2 milhão de toneladas foram folhas de chapas de aço laminado a frio e 1,3% deste total foi produzido pela Acesita, os principais exportadores internacionais de Inoz incluem dez países europeus, Canadá, EUA, Japão, Coreia do Sul e Austrália, os maiores importadores de aço laminado a frio são EUA, Europa, Canadá, Taiwan, Hong Kong, Tailândia, China e Coreia do Sul " (Edital nº PND-A. 08/92)

Quanto ao aço silício go só existem 15 produtores de aço no mundo. A qualidade magnética do aço go produzido pela Acesita não é tão boa quanto a de alguns produtores internacionais como Japão e Europa, assim as vendas têm que ser direcionadas para mercados sensíveis ao preço como a Ásia.

A Acesita tem apresentado melhor desempenho no mercado interno, o externo é mais trabalhado como alternativa quando a demanda interna sofre retrações. Assim, a partir de 1988 a participação da empresa tem crescido no mercado internacional devido ao longo período de desaceleração nos índices econômicos, em 1991 as exportações corresponderam a 45% do volume vendido pela empresa.

O aço inoxidável representa 20% do volume comercializado pela Acesita, mas participa com 50% da receita gerada e o produto de maior margem da empresa.

As vendas para o mercado interno evoluíram da seguinte forma:

PRODUTOS	1987	1988	1989	1990	1991
Planos Inox	95.548	75.838	88.883	69.279	76.476
Silício GO	22.900	19.000	17.000	12.900	13.459
Silício GNO	41.800	36.700	44.600	30.600	30.301
Planos Carbono/Ligados	109.868	83.882	105.428	89.870	69.298
Barras Laminadas	140.567	133.253	132.708	118.928	132.051
Barras Beneficiadas	23.787	21.467	23.110	19.586	(*)
Total Doméstico	434.470	370.140	411.729	341.163	321.585

em milhares de dólares

O ano de 1986 foi o de maior resultado de vendas no total de 311.500 toneladas de produtos planos. Quando entrou em funcionamento o terceiro laminador sendzimir em 1987 foi batido um recorde anual de venda de produtos siliciosos e inoxidáveis.

Nos anos de 1990 e 1991 as vendas caíram, devido as mudanças bruscas na demanda, que variava de muito forte para muito fraca e vice-versa, o que atrapalhou a programação de produção. Desde 1988 devido os períodos de política monetária e fiscal restritiva provocaram queda na demanda, sendo que as vendas de barras declinaram menos que a de produtos planos.

"A Acesita trabalha com um mínimo estratégico de exportação em alguns produtos, de forma a manter constante participação no mercado internacional, solidificar seu nome e acompanhar as tendências do mercado consumidor. Os produtos que possuem mínimo de exportação são: aços siliciosos, aços planos inoxidáveis e produtos não planos. A política da empresa é reservar pelo menos 10% da produção para o mercado externo, mesmo que as margens sejam menores do que no mercado doméstico." Edital - PND - A -08/Acesita-Prospecto).

As exportações nos últimos anos foram as seguintes:

PRODUTOS	1987	1988	1989	1990	1991
Planos Inox	2.748	23.548	6.465	16.209	28.994
Silício GO	200	2.200	7.500	10.900	14.714
Silício GNO	7.500	12.100	8.600	13.000	10.486
Planos Carbono/Ligados	58.497	163.396	110.342	105.006	170.177
Barras Laminadas	45.608	53.944	29.879	12.065	41.437
Barras Beneficiadas	4.803	5.302	2.179	3.258	(*)
Total Doméstico	119.356	260.490	164.965	160.708	265.808

em milhares de dólares

No ano de 1991 devido à retração das vendas no mercado interno a participação das exportações subiu para 45% do total das vendas da empresa.

"Em 1986 e 1987, anos de forte demanda doméstica, as exportações de aços planos inoxidáveis e siliciosos foram de 12.000 e 10.000 toneladas, no total, as exportações desses produtos de alto valor aumentaram de 3 a 4 vezes em 1988 e 1990. Os aços carbono/ligados atingiram até 170 mil toneladas em 1991, correspondendo a 29% do total de produtos vendidos pela Acesita naquele ano. As exportações de não planos mantiveram-se constantes ao nível de 50 mil toneladas ao ano durante o período de 1986 e 1988, declinando bruscamente em 1989 e 1990, basicamente devido à retração das compras por parte dos EUA. Em 1991 houve uma recuperação, atingindo o nível de 40 mil toneladas para Europa, a Acesita tem quotas de exportação definidas devido a acordos comerciais bilaterais." (Edital PND-A-08/92-Acesita-Prospecto).

Apesar dos controles de preços até 1991, o mercado interno oferecia preços superiores ao mercado externo. O preço mundial para aços especiais teve uma subida em 1988, mas declinaram no 2º semestre de 1989, tiveram uma breve recuperação no início de 1991, mas voltaram a cair no final deste ano.

2 -As principais Unidades Operacionais

Sinterização:

A Sinterização, do tipo greenwalt grelha fixa, de acordo com o Edital, tinha uma capacidade nominal de até 1.200 t/dia, mas produzia em média 900t de sinter por dia, equivalentes a 325.000 t/ano.

Redução:

Os equipamentos que constituem esta unidade são o alto-forno I, alto-forno II e forno elétrico de redução.

Os altos-fornos utilizam a injeção de finos de carvão, o que representa 20% do carvão vegetal consumido. Foi planejado para este ano de 1994, a entrada em funcionamento do alto-forno I utilizando coque, o que produziria uma redução de 30% no consumo de carvão vegetal.

Os dois altos-fornos são controlados por computadores o que colabora para um controle moderno da operação.

O forno elétricos de redução a arco complementa a produção dos altos-fornos, produz o ferro-gusa básico, existindo planos para produção de ferro-níquel por meio da utilização do minério de ferro da mina própria.

Aciarias.

Aciaria nº 1: é composta por conversor AOD, um conversor L.D. e três fornos elétricos. O conversor foi paralizado após 1990 devido a queda na demanda, permanecendo como reserva até que sua operação fosse novamente justificável. A capacidade dessa Aciaria foi em torno de 188.000 t/ano.

"Os fornos elétrico produzem tanto aço carbono como aço inox, sendo que os aços de alto carbono são acabados com lança de oxigênio".(Edital nº PND-A-08/92-Acesita,Prospecto)

Aciaria nº 2: é composta por um conversor dd, desgaseificador vor, forno panela, máquina de lingotamento contínuo de molde curvo e de molde reto.

"Máquina nº 1 é utilizada para aços carbono e silício aços inox são lingotados na maq nº 2. As placas produzidas nesta seção destinam-se basicamente à produção de aços planos, já os não planos são obtidos através de lingotamento convencional". (Edital nº PND-08/92 - Acesita - Prospecto).

A capacidade total de produção dessa Aciaria era de 593.000 t/ano, na época da publicação do Edital.

- Laminação a quente de produtos planos: os principais equipamentos são a escarfadeiras para aços inox sobre trilhos; forno de reaquecimento tipo viga caminhante (Walking Beam) utilizado para a fabricação de placas de inox, aços carbono e aços ao silício; forno de reaquecimento tipo empurrador ("Pusher") utilizado para a produção de placas de aços go; laminador desbastador tipo quádruplo reversível; laminador acabador tipo steckel; linhas de corte do tipo longitudinal e transversal.

Segundo dados do edital a capacidade de reaquecimento é um fator limitador para a produção de produtos planos a quente. A produção da laminação a quente era de 445.000 t/ano, até a data de publicação do edital.

- Laminação a frio e acabamento de aços ao silício: os equipamentos componentes dessa linha de produção são a linha de recozimento e recapagem, laminador sendzimir, descarbonetação e revestimento, bateria de recozimento em caixa, linha de investimento tipo carlite e linha de corte. A capacidade de produção dessa área, caso não tenha ocorrido nenhuma modificação era de 90.000 t/ano.

- Laminação e acabamento de aço inox: fazem parte desta seção a bateria de recozimento tipo caixa; linha contínua de recozimento e decapagem; laminador sendzimir, esmerilhador de bobinas e a linha de corte e beneficiamento. A capacidade total deste setor: 129.000 t/ano.

- Laminação e acabamento de não planos: constam desta linha fornos poços, laminadores rebastadores; laminadores acabadores; fornos de tratamento térmico; trefiladores; descascadeiras; retificas. Esta área produzia 236.000 t/ano de barras grossas, 68.000 t/ano de barras médias e 40.000 t/ano de barras finas.
- Unidades auxiliares: as instalações produtivas são apoiadas pelas unidades auxiliares, a fábrica de oxigênio, fábrica de hidrogênio, central térmica, unidade de ar comprimido, utilidades elétricas, central de gases siderúrgicos e sistema de tratamento de água.
- Fundição: Esta unidade produz peças de reposição para a usina, seus equipamentos são o forno de indução, forno a arco e unidade centrifugadora. Capacidade nominal de produção: 9000 t/ano.

3 - Meio Ambiente

A Acesita montou uma estrutura interna de controle e gerenciamento ambiental, que elaborou um plano diretor de meio ambiente. Os principais projetos que deveriam ser desenvolvidos diziam respeito ao despoeiramento secundário da aciaria nº 2 à captação e tratamento de gase do forno de ferro silício, ao despoeiramento dos fornos elétricos a arco, à redução de pó de sistema viário e à ampliação do cinturão verde.

O cronograma de investimentos para que as melhorias acima citadas fossem implementadas foi planejado da seguinte forma:

Ano	1992	1993	1994	1995	1996	Total
investimento	7,3	4,5	4,1	5,3	3,7	25,7

em milhares de dólares

fonte: Edital nº PND-A-Acesita/prospecto.

4 - Distribuição das vendas

Na época da publicação do edital, 75% das vendas das bobinas a frio de inox eram realizadas de forma direta, os distribuidores secundários ficavam com as vendas de 24% do aço para pequenos consumidores.

"Do total das vendas, 60 a 70%, eram realizadas através do pagamento a prazo de 21 dias e 3,4% eram pagas antecipadamente", a proposta era reduzir os prazos para 14 dias.

As vendas para o exterior em sua maioria utilizavam os ACC/ACE (Adiantamento do Contrato de Câmbio e Adiantamento de Contrato de Exportação).

5 - Insumos para a produção:

A Acesita importa o ferro cromo, o níquel e o mibdênio. O principal insumo para a produção de aço é o minério de ferro, sendo o Brasil um dos maiores produtores do mundo desta matéria-prima. A Acesita se localiza numa região próxima a reservas de minério de ferro, sendo seu maior fornecedor a Companhia Vale do Rio Doce, no Brasil a única siderúrgica que tem jazida própria é a CSN.

A sucata é outra matéria-prima muito utilizada pela siderúrgica, que no caso da Acesita é usada nos fornos elétricos da aciaria. Quase toda a sucata é gerada na própria Acesita sendo apenas 3% comprados de terceiros.

Até 1992 a produção mundial de níquel apresentava um leve excesso de oferta e o conhecimento das reservas e demanda projetada levavam a crer que não haveria falta do produto. A Acesita consome 90% da produção nacional e é o maior consumidor da América Latina. O Brasil produz níquel, sendo classificado como o 10º produtor mundial em 1989.

Quanto ao ferro-cromo o Brasil produz apenas 0,1% do total mundial, as reservas estão na Bahia, Amapá e Minas Gerais. Os principais produtores mundiais são a África do Sul e União Soviética.

Desta forma a Acesita precisa manter um estoque estratégico devido à necessidade de importar este insumo.

6 - Quadro de pessoal:

Em abril de 1992, de acordo como o Edital, a Acesita tinha 8.137 empregados sendo alocados da seguinte forma:

Produção	6.295
Vendas	472
Suprimentos	46
Finanças	186
Engenharia/pesquisa	178
Administração	960

A média de gastos de com a mão-de-obra entre 1989 e 1991 ficou em torno de US\$ 107,3 milhões, incluindo salários e encargos.

7 - Avaliação Patrimonial

"objetivando a avaliação dos elementos do ativo patrimonial de uma dada empresa, é calculado, inicialmente, o valor de reposição da mesma. Este valor corresponde ao investimento necessário à implantação de uma nova unidade, com capacidade equivalente às instalações existentes". (Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto).

O valor de reposição projetado para os bens abaixo listados foi o seguinte:

Conta	Valor de reposição US\$ mil
Terreno, Imóveis e Direitos Minerários	166,194
Edificações e construções industriais	428,623
Edificações e construção auxiliares	57,926
Máquinas, Equipamentos e inst. industriais	1.976,997
Máquinas, Equipamentos e inst. auxiliares	140,770
Veículos e equipamentos móveis	33,031
Móveis e utensílios	2,482
Total	2.806,023

* o nível de custo desta estimativa corresponde a 30 de junho de 1991.

Fonte: Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto

A partir do valor de reposição calculado, foi efetuada a avaliação do ativo patrimonial:

Conta	Valor de reposição US\$ mil
Minerários	155,984
Edificações e construções industriais	272,039
Edificações e construção auxiliares	39,881
Máquinas, Equipamentos e inst.industriais	1.057,856
Máquinas, Equipamentos e inst.auxiliares	95,493
Veículos e equipamentos móveis	10,900
Móveis e utensílios	
Total	1.633,277

Para ser calculado o valor de liquidação, foi considerado o encerramento das atividades da empresa e a venda dos ativos em um prazo limitado. O valor estipulado para a Acesita, na data de 30 de junho de 1991 foi de US\$ 443,2 milhões

- Direitos Minerários:

Em 31 de dezembro de 1991 a Acesita detinha a titularidade de 73 alvarás de pesquisa, regularizados para a exploração de jazidas minerais:

Manganês	6	Asbestos	4	Crisotila	4
Estecutito	2	Cianita	2	Antofilira	5
Quartzo	5	Granada	5	Pirita	5
Talco	5	Mica	3	Berílio	4
Ítrio	1	Nióbio 1		Tântalo	4
Ferro	4	Cromo	3	Estanho	4
Ziecônio	3	Ouro	3		

Até a data de sua privatização a Acesita tinha outros 18 alvarás em situação irregular em função de problemas com o recolhimento da taxa anual de manutenção.

8 - O aproveitamento da Usina de Sá Carvalho

A Acesita tem uma concessão para aproveitamento industrial da energia elétrica da Cachoeira do Salto, situada no rio Piracicaba, autorizada pelos Decretos 18961 de 20 de junho de 1945 e de 23.219 de junho de 1947. O prazo concedido foi de 50 anos a partir da data em que o contrato foi registrado na divisão de águas. Em 1992 a Acesita requereu ao departamento nacional de águas e energia elétrica a prorrogação da concessão.

9 - Renegociação da Dívida com o Banco do Brasil

Até dezembro de 1990 a Acesita devia ao Banco do Brasil Grand Cayman Branch US\$ 259.442 mil, incluído neste montante o principal da dívida e juros. Este débito foi renegociado e a Acesita repactuou o valor de US\$ 91.647 mil, sendo formalizado em 29 de outubro de 1991, quando foram constituídas garantias reais a essa dívida.

- Aspecto Imobiliários:

A Acesita até o momento de sua privatização era titular de 466 imóveis, distribuídos em 24 municípios distintos. "excluindo dois imóveis urbanos localizados em Belo Horizonte (MG) e um em São Paulo (SP), a área dos imóveis de propriedade da empresa somava em 30 de junho de 1991, 2.878.492.138,63 m², quase em sua totalidade áreas rurais. Esta áreas rurais foram cedidas em regime de comodato à Energética. A área confirmada de posse do total citado, até a data da publicação do Edital, era de aproximadamente US\$ 2,52 bilhões.

A quase totalidade dos imóveis urbanos da Acesita se encontra na região de Timóteo. Em parte desses imóveis foram construídas moradias para seus funcionários.

O Banco do Brasil detinha contrato de hipoteca sobre a maior parte dos imóveis da Acesita, o que se consolidou em 29 de outubro de 1991, quando da renegociação da dívida externa com o Banco do Brasil em Grand Cayman, sendo hipotecados bens imóveis onde se encontram a usina de Timóteo e demais edificações, instalações e equipamentos como garantia.

10 - Dados sobre a situação Fiscal

A Acesita pode fazer uso do incentivo fiscal do IPI, ou seja, o crédito de 95% da diferença entre valor do imposto sobre produto industrializado, incidente sobre as saídas de produtos de fabricação própria e o crédito do referido imposto correspondente às entradas de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, o que ocorrerá até 31 de dezembro de 1996.

- Política de Recursos Humanos:

Havia uma elevada proporção de cargos de chefia, a empresa possuía 271 cargos de chefias, ou seja, 33% dos cargos da empresa, outra distorção detectada era que os cargos de chefia recebiam gratificações de função o que resultava em dupla remuneração.

O plano de cargos e salários não foi analisado já que não era utilizado por não atender a realidade da empresa.

Em geral a Acesita tinha um bom relacionamento com entidades de representação sindical.

"A política de treinamento e desenvolvimento da Acesita é utilizar sempre que possível, recursos internos, visando melhor adequação à realidade da empresa e uma melhor dissiminação de conceitos". (Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto).

A política de benefício incluía a assistência a saúde; creche; lanche; alimentação; subsídio a uniforme, seguro de vida em grupo, prêmio pecuniário, adicional por tempo de serviço; adicional de turno; adicional por substituição; adicional por retorno de férias.

11 - Impacto Desestatização:

Foi feita uma avaliação do impacto da desestatização da Acesita pela Techine Recursos Humanos Ltda. Assim foram levantadas informações estatísticas e documentação sobre a estrutura econômica e sociológica do município de Timoteo e a importância da Acesita para economia do Município.

A avaliação determinou que a Acesita cresceu com a cidade de Timoteo, que tem sua população economicamente ativa, envolvida em atividades industriais (53,6%)

"Em abril de 1992, a Acesita empregava 8137 pessoas e estimava-se a ser em proximadamente 25 mil empregos indiretamente ligados às suas atividades". (Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto). Além disso, havia 2,4 dependentes dos empregos assegurados pela Acesita .

Outra contribuição da Acesita para o município tem sido a arrecadação de tributos, como o ICMS que representa o 83,9% do total arrecado em Timóteo.

Foram considerados dois cenários para que fosse realizada esta análise um otimista e um pessimista.

Pelo cenário otimista supunha-se uma redução de despesa com pessoal e cargos, mas que não teria um impacto maior do que tem ocorrido desde 1990. As maiores alterações eram esperadas no escritório central de Belo Horizonte e a assistência ao Pessoal em Timóteo.

Já o cenário pessimista envolveria uma reestruturação mais profunda com maior número de demissões, o que dificultaria a absorção do efetivo demitido pela economia local.

- Perfil do Endividamento

Quadro 1 / Credores Nacionais

Unidade: US\$

CREDOR	CIRCULANTE	L.PRAZO	TOTAL	GARANTIAS
FINAME- Unibanco	106.878	144.320	251.198	Alien.Fid.de Maq.
CONSERVE-BDMG	589.999	0	589.999	Alien.Fid.de Maq.
FINEP	358	123.837	124.195	Alien.Fid.de Maq.
BB-Renegociação de dívida	64.247.662	26.730.908	90.978.570	P.Ind. e Sist. de Distr. da Usina
BB-Notas de Exportação	56.721.825	0	56.721.825	Notas Cred. Exp.
BB-Crédito Industrial	304.699	0	304.699	Caução Duplicatas
PRODEPO-Banco Real	5.032	0	5.032	N. Promissória
Saldos Negat. em Bancos	337.895	0	337.895	
Capital de Giro	5.572.475	0	5.572.475	Caução Duplicatas
Total Credor no País	127.886.823	26.999.065	154.885.888	

Fonte: Edital nº PNDA - 08/92 - Acesita/Prospecto

Credores Internacionais

Unidade: US\$

CREDOR	CIRCULANTE	L.PRAZO	TOTAL	GARANTIAS
Llodys Bank	274.832	212.244	487.076	Nota Promissória
Banco Safra - Importações	52.929	0	52.929	Nota Promissória
Creditanstalt Bankverein	163.344	244.887	408.231	Garante BB
Kreditanstalt Fur Wiederauf	962.130	311.706	1.272.836	Garante BB
Total Credor no Exterior	1.453.235	768.836	2.222.071	

Fonte: Edital nº PNDA - 08/92 - Acesita/Prospecto

Em 31 de dezembro de 1991 a Acesita contabilizava créditos concedidos a suas controladas, Energética de Forjas, o saldo de ambos era

Forjas US\$ 4.835,4 mil

Energética US\$ 49.349,0 mil

Já o saldo das obrigações da Acesita junto ao Banco do Brasil em 31 de dezembro de 1991 era de US\$ 148.005,1 mil.

A União investiu na Acesita, através de aportes de capital realizados pelo Banco do Brasil e outras empresas estatais US\$ 397,813 mil, sendo o BB responsável por US\$ 304,227 mil do total, entre 1950 e 1985. A Acesita retornou US\$ 41,065 mil em forma de dividendos ao Banco do Brasil e ao BAMB no período de 1971 a 1980.

12 - ACESITA ENERGÉTICA.

Foi criada para produzir carvão vegetal para suprir as necessidades da Usina Siderúrgica, na década de 70 sendo denominada Florestal Acesita S.A.

Na região da Vale do Rio Doce a empresa dispunha de 75.200ha distribuídos em 12 municípios.

Na região do Vale do Jequitinhonha eram 156.786 ha, localizados em 4 municípios. No Espírito Santo e Bahia a empresa dispunha de 20.556 ha a maior parte localizada no Vale do Mucuri e uma parte no Município de Guaraná.

O principal produto desta empresa é o carvão vegetal, oriundo do carvoejamento de madeira obtida do reflorestamento, os outros produtos são o alcatrão, postes e mourões.

O carvão vegetal é importante para siderurgia brasileira sendo responsável por 98% da produção de ferro ligas, 38% de ferro gusa e 19% de aço, o Brasil é um dos maiores produtores do mundo, em 1991 a produção foi de 40 milhões de m².

Um dos dos maiores problemas da produção de carvão vegetal tem sido a madeira a ser utilizada. Existe a disponibilidade nativa, mas a longo prazo isto vai se tornar uma situação insustentável devido aos efeitos sobre o meio ambiente. A legislação tem incentivado a produção de carvão de vegetal advinda do reflorestamento, apesar disso no ano de 1990 66% do carvão vegetal consumido ainda era de origem nativa, pois o preço do carvão nativo tem sido mais competitivo devido à sua abundância.

A partir de 1988 todos os grandes consumidores de carvão vegetal devem dispor, pela Lei, de fontes próprias de fornecimento, o que se esperava era incentivar o surgimento de novas tecnologias visando o reflorestamento.

A Energética é uma das empresas que se destacam pela extensão de sua área plantada de 109.105hs, que corresponde a 8,5 da área reflorestada com eucalipto do país.

O processo produtivo desta atividade inclui a preparação do solo, plantio, manutenção, corte, transporte de madeira e carvoejamento.

A evolução tecnológica, representada pelo uso de técnicas operacionais adequadas e o uso de material genético apropriado, permitiu um aumento de cerca de 80% na produtividade das florestas implantadas.

A Acesita Energética em novembro de 1991 tinha 3435 funcionários, cujo custo correspondia a 37% do custo de produção do carvão.

- Endividamento

US\$

CREDORES NO PAÍS	SALDO CIRCULANTE	SALDO L. P.	SALDO TOTAL
Finame - BDMG	18.292	1.520	19.812
FINEP-BDMG/BNDES	14.327	28.622	42.949
Crédito rural - BDMG	65.546	202.098	267.644
Crédito rural - BDMG	182.089	804.230	986.319
Crédito rural - BB	7.381	7.381	14.762
Crédito industrial-BDMG	25.228	-	25.228
Total	312.863	1.043.851	1.356.714

Fonte; Edital nº PND-A-08/92/Acesita-Prospecto.

- Avaliação Patrimonial - US\$

Terras e Florestas	88.017
Edificação e Construções Industriais	1.823
Edificação e Construções Auxiliares	14.246
Máquinas, Equipamentos e Instr. Industriais	5.266
Máquinas, Equipamentos e Instr. Auxiliares	1.644
Veículo e Equipamentos Móveis	4.400
TOTAL	115.396

- US\$

Edital nº PND-A-08/92/Acesita-Prospecto.

- Aspectos Jurídicos

A Acesita Energética é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo controlador é a Acesita e o principal acionista minoritário o Banco do Brasil.

De acordo com a Assembléia de 30 de abril de 1992 o capital social da Energética foi estipulado em US\$ 33.612.216,10, dividido em 115,176786.683 ações ordinárias.

A Administração da empresa era estruturada da mesma forma que a da Acesita, contando com um Conselho de Administração, Diretoria composta por três membros e pelo Conselho Fiscal.

O comodato da quase totalidade dos imóveis rurais de propriedade da Acesita tem em geral prazos de 23 a 30 anos de duração, podendo ser extendidos até 35 anos.

- Recursos humanos:

Havia questões pendentes relativas ao acordo coletivo firmado com sindicatos referentes a compensação da jornada de trabalho, diferenças salariais face à redução de jornada a partir da CF/88; pessoal utilizado em regime de empreitada, as horas extras e transporte.

As atividades administrativa e financeiras, treinamento e seleção, tesouraria e contabilidade, auditoria e suprimentos, compra de carvão de terceiros e transporte do mesmo estavam sendo centralizadas na Acesita.

Enquanto a Acesita apresentava uma base de remuneração competitiva com o mercado, as médias salariais da Energética se encontravam abaixo das encontradas no

mercado. Em termos de benefícios concedidos sua posição em relação ao mercado já era competitiva.

"Num cenário de conversão total da Acesita para o coque, no entanto, pode-se prever a possibilidade de conseqüências severas sobre as comunidades onde a empresa opera, sobretudo aquelas localizadas no Vale do Jequetinhonha. A economia regional, pobre e pouco diversificada, torna mais difícil a absorção dos efetivos eventualmente desmobilizados, devido a redução do consumo de carvão vegetal produzido nesta região". (Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto).

O efetivo foi reduzido de 3818 para 3.436 empregados devido ao processo de reorganização administrativa e redução de custos.

- Forjas

A Forjas foi constituída como uma sociedade anônima de capital fechado em 31 de janeiro de 1974. Localiza-se em Santa Lúzia, sua criação se deveu ao período de desenvolvimento da indústria automobilística, na década de 70, assim a forjaria que fazia parte da planta da Usina de Timóteo, acabou se constituindo numa unidade independente..

"A Forjas é a única forjaria de matriz fechada do país localizada fora do ABC paulista, o que a coloca numa situação privilegiada para o acesso ao mercado de sua própria região, especialmente no que concerne à indústria automobilística". (Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto).

A Forjas procurou se especializar em peças com "maior valor agregado", ampliando o seu leque de produção. A produção da empresa foi de 5.213 toneladas, em 1991, sendo que o mercado interno absorveu 4.295 toneladas e o mercado externo 2009 toneladas, o que demonstra a tendência da empresa de produzir para suprir o mercado interno, tendo no externo apenas um consumidor para o excedente. Cerca de 80% da produção nacional de forjados têm

sido destinados ao mercado interno, sendo os 20% restantes exportados. Esta percentagem foi crescendo ao longo dos anos devido a retração do mercado nacional.

Os produtos da Forjas são: virabrequins, biclas, eixos para tratores, roletes, engrenagens, pontas de eixo. Os principais insumos utilizados são os tarugos e barras de aço, aços para matrizes e energia elétrica.

Os setores automobilístico e de máquinas agrícolas demandam 70% dos forjados, sendo que os 30% restantes ficam divididos entre a indústria bélica, petroquímica e de motocicletas. A participação de cada setor produtivo é extremamente flutuante e caracteriza o mercado consumidor de forjados como altamente instável e bastante suscetível às políticas nacionais destinadas ao setor agrícola e à produção de automóveis. (Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto).

"todo o know-how da Forjas foi adquirido da Sumitomo Metals Industries Ltd, através do treinamento de todo seu pessoal técnico e operadores dos principais equipamentos, os tipos de equipamento são os mesmo utilizados pela Sumitomo em Osaka ".(Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto).

- Unidades Produtivas

Na forjaria, os equipamentos, a linha de tesouras, linha de prensa de 6000t, linha de prensa de 2.500t. linha de prensa de 1.600t e três fornos elétricos automáticos para tratamento térmico. Além da forjaria formam o processo produtivo a linha de acabamento, linha inspeção, matrizaria, oficina mecânica, laboratórios, estação de tratamento de água e tratamento de esgotos

As instalações da empresa estão sendo utilizadas desde 1977 e apesar disso se encontram em bom estado de conservação, devido a realização de manutenção a cada ano.

A Forjas produz com um baixo percentual de refugo (peças fora de especificação) e de devolução, há um rendimento em relação ao aproveitamento da matéria-prima para produzir uma tonelada de forjados.

ANO	PRODUÇÃO T/ANO	OCUPAÇÃO %	RENDIMENTO %	REFUGO %	DEVOLUÇÃO %
1986	9.545	62	70,0	1.9	0.5
1987	11.818	87	70,3	2.6	1.0
1988	10.717	70	70.9	0.7	0.8
1989	11.039	60	70.2	1.8	0.6
1990	6.726	44	73.2	1.1	0.9
1991	5.213	39	73.6	1.9	3.5

Fonte.: Edital nº PND-A-08/92-Acesita/Prospecto.

- Meio Ambiente:

"Devido a seu baixo potencial poluidor, a Forjas não tem uma estrutura interna de gerenciamento ambiental" de acordo com o edital apenas uma questão foi tema de processo, a exigência de tratamento dos efluentes despejados no Rio das Velhas, para tanto foi construído um tanque para tratamento destes efluentes.

- Recursos Humanos:

O quadro de pessoal da Forjas era formado por 570 empregados e 11 aprendizes, sendo que, 66,5% do total se encontravam no nível operacional, 6,7% no burocrático, técnico nível médio 11,1%, técnico nível superior 4,6%, supervisão 6,5%, chefia 3,2% e gerentes 1,4%.

A estruturação administrativa da Forjas segue o mesmo padrão da Energética, ou, seja conselho de administração, diretoria e conselho fiscal.

- Valor de Reposição:

Valor de reposição calculado para a implantação de uma nova unidade com a mesma capacidade da Forja em 30 de junho de 1991 em US\$ mil era a seguinte:

Conta	em US\$
Terrenos. Imóveis e Dir. Mincrários	1.462
Edificações e Construções Industriais	9.263
Edificações e Construções Auxiliares	5.999
Máquinas. Equip. e Instalações Industriais	80.309
Máquinas. Equip. e Instalações Auxiliares	177
Veículo e Equip. Móveis	439
Total	104.462

Fonte: Edital nº PND-A-08/92 Acesita /Prospecto.

A qualificação do pessoal em posições - chave era satisfatória, mas a proibição de novas contratações, vigente na fase pré-privatização, impediu a renovação do quadro de pessoal. De acordo com o Edital, o plano de cargos e salários, era bem montado.

A retração dos negócios a partir de 1990 resultou em paralizações temporárias das atividades, na redução da jornada de trabalho e de salários e em cortes de pessoal, isto evidentemente provocou reações por partes dos funcionários.

Dentre os benefícios oferecidos pela Forjas aos seus empregados podemos citar a assistência à saúde, lanches, vale transporte e subsídio a uniforme, auxílio funeral e prêmio pecuniário.

Além dos benefícios já mencionados a Forjas ainda concede adicionais de: tempo de serviço (1% do salário base por ano trabalhado até o teto de 35%); por retorno de férias (55% do salário quando do retorno das férias; noturno (30% sobre a hora normal para empregados do turno noturno; insalubridade (20% do salário mínimo para operadores de prensa de forjaria).

- O Impacto Social da Destatização

De acordo com dados do Edital, os esforços dispendidos durante os anos de 1990 e 1991 para redução de custos indicaram que os ajustes necessários em termo de corte de pessoal para a fase pós-privatização deveria ocorrer de forma gradual adequando o quadro de pessoal ao seu mercado. A alteração da estrutura organizacional e gerencial, também foi desenvolvida a partir do momento em que se decidiu privatizar a Acesita. De acordo com essas colocações acima não se avaliava na época grande impacto social em consequência da destatização da empresa.

O setor industrial em Santa Luzia representa sua maior fonte de arrecadação, tanto que o ICMS representou 54% da arrecadação fiscal em 1990 Sendo a Forjas responsável por apenas 5,1% desse total, existem outras indústrias na região e o município integra a economia da região metropolitana de Belo Horizonte, havia potencial para absorção do efetivo que eventualmente fosse desmobilizado após a privatização.

- Financiamentos:

A Forjas contabilizava até 31 de dezembro de 1991 um contrato de empréstimo bancário, do Citibank, sendo o total a pagar de US\$ 9.215 mil, deste total US\$ 4.014,9 deveria ser pago no curto prazo e US\$ 5.200,00 no longo prazo. Em função deste empréstimo, o Banco do Brasil emitiu uma carta conforto fornecida como garantia, pela qual foi cobrada uma comissão de US\$ 119,7 mil. Além disso, havia um adiantamento sobre contratos de câmbio de US\$ 1.040 mil.

A Forjas tinha um débito com sua controladora, até 31 de dezembro de 1991 de US\$ 4,835,4 mil, o contrato não estabelecia prazo de vencimento.

Tanto a Acesita quanto suas controladas passaram por uma série de ajustes visando a privatização, quando assim algumas medidas foram tomadas, tais como: racionalização administrativa; redução do estoque dos produtos em elaboração; implantação de novas técnicas de programação no acabamento dos produtos; realocação dos equipamentos na fábrica no acabamento dos produtos; direcionamento para vendas de produtos de maior valor agregado e informatização.

- Bens Imobiliários:

A Forjas tem apenas um imóvel onde fica a fábrica e os escritórios, com uma área de 440.000m², em Santa Luzia-MG. Este imóvel foi hipotecado ao Banco do Brasil, como garantia para uma operação bancária junto ao Citibank, em novembro e 1988 no valor de US\$ 11.700.000,00.

Tanto a Forjas quanto a Energética devido aos seguidos prejuízos, para liquidar suas obrigações tiveram de tomar recursos junto à controladora.

A forjas, até 31 de dezembro de 1991, tinha os seguintes alvarás para exploração de jazidas minerais:

Cusotila	1	Esteatito	1	Berílio	5
Cromo	5	Chumbo	5	Caulim	5
Mica	5	Silex	2	Areia de	3
Ferro	1	Tântalo	2	Fundição	

Outros 23 alvarás haviam sido requeridos, até a data acima citada, além de outros 26 que se encontravam em avaliação. A Forjas cedeu durante o ano de 1991 a totalidade de seus direitos minerários para a Acesita.

13 - ESTATUTO DA ACESITA

Do Estatuto Social consolidado pela AGE de 23/01/84, alterado conforme deliberação das Assembléias posteriores., a companhia de Aços Especiais Itabira, Acesita, foi constituída sob forma de sociedade anônima aberta, tendo como objeto a fabricação, transformação e comercialização de produtos metalúrgicos especiais, a exploração agro-industrial de mineração e a prestação de serviços técnicos ligados ao seu campo de atividades.

O capital social era de US\$ 202.261.749,10, em valores da época da publicação do edital, divididos em, 448.757.813 (quatrocentos e quarenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e treze) ações sem valor nominal (ago 30/04.92).

O capital na época da publicação do edital de privatização era constituído por 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, todas de forma nominativa, sendo inconversíveis de uma espécie em outra (alteração feita de acordo com uma ago/e de 30/4/91).

A administração da empresa era formada pelo Conselho de Administração e a Diretoria, sendo os administradores eleitos para um mandato de três anos permitida a reeleição e o prazo de gestão se estendendo até a investidura de novos membros.

O Conselho de Administração era constituído por 5 conselheiros, entre eles um presidente e um Vice-Presidente com mandato de três anos. Sendo que, o presidente do Conselho era escolhido dentro do quadro de funcionários do ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (Redação conforme Ago/E de 30/04/91).

De acordo com o Estatuto da Acesita publicado no prospecto de edital nº PNDA - 08/92 de alienação de ações era de competência do Conselho de administração fixar a orientação para os negócios, aprovar planos de ação, programas, eleger e destituir Diretores e determinar atribuições, fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar os documentos da empresa, autorizar a alienação de bens do ativo permanente e escolher auditores externos, convocar assembléias.

Já a Diretoria era composta de 2 a 6 membros eleitos por três anos. o Diretor-Presidente da empresa deveria ser o Vice-Presidente do Conselho e Administração (Redação conforme Age/2/4/90). A Diretoria deveria propor estratégias, propor a estrutura interna, elaborar o orçamento geral, aprovar decisões sobre recursos humanos, conduzir aquisição, alienação, hipoteca, comodato e permuta de bens imóveis, decidir sobre a contratação de operações financeiras; propor criação de fábricas, escritórios e elaborar relatório anual e demonstrações financeiras.

O Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três suplementares, sendo que um deles deveria, juntamente com o suplente, ser efetivo do então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Pelo estatuto os acionistas da empresa tinham direito de receber em dinheiro um dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido apurado na forma da lei.

Enquanto estatal a Acesita, de acordo com o seu estatuto, tinha que publicar no Diário Oficial depois de ser aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda:

"o regulamento de licitações; de pessoal com os direitos e deveres dos empregados, o regime disciplinar e as normas sobre a apuração de responsabilidade; o quadro de pessoal com a indicação, em três colunas, do total de empregos e os numéricos de empregos providos e vagas, discriminados por carreira ou categoria, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e o plano de salários, benefícios, vantagens e quaisquer outras parcelas que compunham a retribuição de seus empregados."

A Acesita Energética S.A., de acordo com o seu Estatuto de 10/08/81, foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto principal a produção processamento e comercialização de biomassa florestal para fins energéticos e industriais e, subsidiariamente, atividade de aproveitamento e exploração de jazidas minerais, em todo o território nacional, agro-industriais, agropecuária e serviços técnicos a elas relacionadas (Ago/E de 29/04/86).

Qualquer alteração no capital social de US\$ 33.612.216,10, divididos em 115.176.786.683 (cento e quinze bilhões, cento e setenta e seis milhões, setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta e três ações ordinárias, sem valor nominal, facultada sua representação por títulos múltiplos (capital social conforme Ago de 30/4/92), pode ser autorizada a emissão de ações, mas deveria ter uma aprovação prévia das autoridades competentes, (Ago/E de 30/04/91), do governo.

A Forjas Acesita S.A, foi constituída sob a forma de sociedade anônima, em 31 de janeiro de 1974, tendo como objeto social a fabricação, transformação e comercialização de produtos forjados, o aproveitamento e exploração de jazidas minerais e a prestação de serviços ligados ao seu campo de atividades, bem como participar de outras sociedades conforme redação da Ago/E de 29/04/86.

- DESEMPENHO OPERACIONAL

A Acesita contabilizou prejuízos por vários exercícios, devido a recessão no mercado interno, alto custo do endividamento e por sua condição de empresa estatal, no que tange a falta de flexibilidade para a tomada de decisão.

A seguir faremos algumas colocações sobre os exercícios de 1990, 1991 e 1º trimestre de 1992 que foram analisados pelos consultores para o processo de alienação das ações da empresa.

Ao final do 1º trimestre de 1992 a Acesita teve como resultado econômico um prejuízo de US\$ 24,3 milhões.

Houve uma considerável elevação da participação dos custos dos produtos e serviços na receita líquida (88,5%), um redirecionamento estratégico das vendas com maior impulsionamento para as exportações em função da recessão no país, assim no 1º trimestre de 1992 a quantidade exportada representou 51,3% do total vendido.

A opção por se investir no mercado externo foi importante para que a empresa utilizasse parte da capacidade ociosa, mas inibiu o lucro bruto e o desempenho operacional, pois os preços do mercado internacional estavam baixos devido ao excesso de oferta, o Mix de vendas das exportações foi menos nobre, com o aço inox representando apenas 5,5% das

vendas, sendo a maioria produtos como carbono/ligados. Para o mercado interno o aço inox representou 21,6% das vendas. (Edital nº PND - A.08/92 Acesita).

Os efeitos da inflação sobre os itens do giro reduziram o lucro bruto, assim como, as depreciações e amortizações, que foram mais relevantes, e as reavaliações do imobilizado e do diferido.

As taxas de juros reais no mercado estavam altas para os financiamentos de curto prazo, que anulou o ganho com a correção monetária sobre a dívida comparada com a variação cambial.

"o endividamento com instituições financeiras medido em dólar ao final do 1º trimestre /92, manteve-se praticamente inalterado, face a posição de dez/91. O endividamento foi reduzido em US\$ 41,2 milhões (mar\91 US\$ 201,5 milhões, mar/92 US\$ 160,3 milhões), (Edital nº PND A-08/92 - Acesita).

O exercício de 1991 teve como características o controle de preços que tornou as vendas para o mercado interno ociosas e a política cambial que penalizava as exportações que acabou prejudicando financeiramente a Acesita. Este exercício trouxe, também, muitas mudanças como uma nova estrutura patrimonial em função da aplicação da lei 8.200/91, redução do endividamento mesmo com a elevação dos custos dos mesmo, melhoria do desempenho industrial e comercial tendo como destaque o aumento da participação de produtos mais nobres, maior valor agregado, realização de pesquisas que propiciassem maior oferta de aços inoxidáveis e prosseguimento do programa de racionalização administrativa - operacional (Caram Filho, Antônio Abrahão, presidente da Acesita antes de ser privatizada em mensagem aos acionistas)

A Acesita assumiu a administração da sua controlada a Acesita Energética, o que resultou numa redução de custos, manutenção da produção do carvão em níveis adequados e redimensionamento dos investimentos em plantio.

A empresa já demonstrava sinais positivos quando, mesmo, com um mercado interno oscilante, a empresa não só manteve os níveis de produção do ano anterior como aumentou em 5% a produção de aços planos inoxidáveis. Houve aumento de produtividade

nos produtos inoxidáveis, redução dos estoques médios mensais, economia de 14,2% do consumo de derivados de petróleo, redução do consumo de energia; isto se refletiu no capital de giro da empresa.

Em 1991 as vendas aumentaram em 16,7% com relação a 1990, sendo comercializadas 588.213 toneladas, 54,3% da produção destinaram-se ao mercado interno e 45,2% ao mercado externo, apesar da demanda do mercado interno ter permanecido a mesma do ano anterior.

Comercialmente, a Acesita passou a desenvolver uma política mais agressiva para elevar as vendas dos aços inoxidável e siliciosos, procurando melhorar a distribuição e direcionando os esforços de venda para setores específicos do mercado como por exemplo destacar a utilização arquitetural no setor de construção do aço inoxidável.

Com relação ao mercado externo a empresa procurou diversificar o mercado consumidor, oferecendo produtos de valor agregado mais elevado e de maior conteúdo tecnológico. Tanto que, as exportações de aços planos inoxidáveis aumentaram 89,1%; as de aços siliciosos de grão orientado tiveram um acréscimo de 36,1%.

Investimentos Realizados:

No exercício de 1991 os investimentos totalizaram cerca de US\$ 16,7 milhões e foram destinados para a melhoria da qualidade e da produtividade, como também, para proteção ao meio ambiente.

Foram implantados projetos visando modernizar a produção preparando a siderúrgica para competir com maior agressividade. Este ano, de acordo com os dados da Acesita, foi considerado o ano de consolidação das atividades de desenvolvimento tecnológico na empresa, quando foram estabelecidos convênios e cooperação técnica com empresas nacionais e internacionais.

Os projetos implantados foram:

- Esmirilhadeira de bobinas nº 2 da laminação a frio inox, visando o aumento na capacidade de esmirilhamento de chapas inox com qualidade superior;

- Plasma térmico para forno elétrico possibilitando a redução do consumo de energia elétrica, eletrodos e de revestimento refratário;
- Forno elétrico passou por obras de modernização reduzindo custos e melhorando as condições de trabalho.

Os projetos que deveriam ser implantados no período foram:

- Preparadora de bobinas nº 2 na laminação inox visando a produção de bobinas de até 1.600mm de largura;
- Montagem do paralelismo dos sistemas de energia elétrica CEMIG e Sá Carvalho, visando aumentar a utilização da energia gerada internamente;
- Complementação da linha nº 2 de revestimento para aços siliciosos go que visa a oferta ao mercado de novos tipos de revestimentos de qualidade superior;
- Modernização do lingotamento contínuo nº 2, visando ao processamento contínuo de aços e melhorias de desempenho;
- Montagem do sopro submerso no forno elétrico a arco nº 3 objetivando aumento de produtividade e redução nos consumos de energia eléctrica, eletrodos e ligas;
- Utilização do redutor coque, programado para entrar em funcionamento neste ano de 1994, que resultará numa redução de 33% do consumo global de carvão vegetal, (Edital nº PND-A-08/92/Acesita).
- Reforma do alto forno nº 1.

Como as demais siderúrgicas a Acesita investiu em projetos destinados à preservação do Meio Ambiente cumprindo termos de compromisso com o Conselho Estadual de Proteção ao meio-ambiente, assim como desenvolvendo um programa para reduzir os focos de poluição no processo produtivo, como por exemplo tratamento, filtragem e recirculação da água de lavagem de gases dos altos fornos, eliminando a descarga de espuma e sólidos em suspensão no rio Piracicaba.

- Resultados Econômicos

Em 1991 a Acesita apresentou um prejuízo US\$ 86,343 milhões , devido ao congelamento de preços dos produtos, o que não foi respeitado por alguns insumos, desvalorização do cruzeiro no final de outubro daquele ano, o que se refletiu no custo real da dívida indexada a moedas externas. Manutenção do nível das vendas no mercado interno abaixo dos índices históricos de anos anteriores, administração da dívida de curto prazo em um cenário de juros reais elevados, incompatíveis com o nível de produção.

O lucro bruto representou 14,3% da receita líquida o que demonstra as adversidades enfrentadas pela empresa, como os efeitos de depreciação (lei 8.200/91) no custo dos produtos.

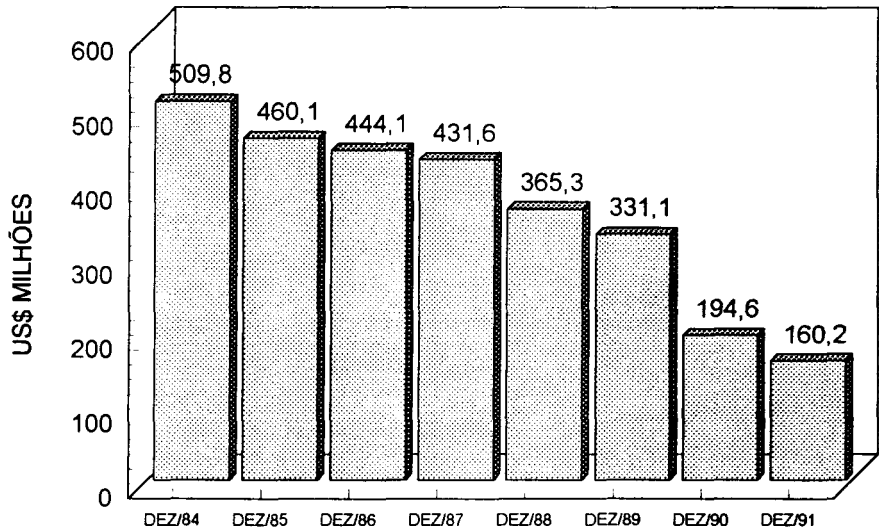
O resultado operacional gerado foi prejuízo, representando 27,6% da Receita líquida. O que mais influenciou para que fosse operado tal resultado, foram as despesas administrativas (15,8% da receita líquida), despesas com vendas, grande parte em função do aumento das exportações (3,4% da receita líquida), depreciação / amortização foram elevadas (8,6% da receita líquida) e as despesas / receitas financeiras representaram 11,8% da receita líquida(Edital nº PND - A - 08/92 - Acesita).

O endividamento médio em dólar caiu 45,9% de US\$ 348,1 milhões para US\$ 188,3 em 1991.

Em função da aplicação da lei 8.200/91, que foi .retroativamente a 1979, o ativo permanente assumiu maior proporção dentro dos itens do ativo, em 1990 representava 64%, em 1991 passou para 78% o que se adequou mais às características dos ativos do setor siderúrgico. Quanto ao passivo, o patrimônio líquido aumentou sua participação em 42% com relação ao total em dezembro de 1990 para 63% em 1991.

Endividamento:

De 1984 a 1991 a dívida da empresa foi reduzida em 69% (US\$ 349,6 milhões)



Fonte: Edital nº PND - 08/92 - Acesita

Administração

Durante o exercício de 1991, anterior ao ano em que a Acesita foi privatizada, houve uma redução de pessoal em comparação com o ano de 1990 (8693 empregados) contra 8.428 empregados, mas estas demissões não proporcionaram o enxugamento necessário do quadro de pessoal.

Houve um esforço para capacitar os funcionários com programas de qualidade, produtividade e competitividade industrial, assim, como, um programa de preparação para a aposentadoria de um contingente que deveria ser desligado em 1992 sem reposição.

Neste ano ocorreu uma evolução na áreas de informática com a automação dos escritórios e consolidação de um sistema de suporte gerencial, o que envolveu um treinamento específico de 1.258 empregados.

Foi realizado um trabalho de reorganização administrativa na Acesita Energética, quando a controladora passou a realizar as atividades de compra de carvão, serviços corporativos e de apoio como contabilidade, tesouraria, informática, auditoria e suprimentos.

Tanto a Acesita Energética quanto a Forjas Acesita introduziram programas de redução do quadro de pessoal. O efetivo da Acesita Energética S.A. caiu de 3818 para 3436 empregados em 1991 e a Forjas contava com 500 empregados, o que resultou numa redução de 17% em relação a 1990.

A Forjas Acesita S.A. apesar de ter tido uma retração no seu mercado de vendas conseguiu se equilibrar operacionalmente em função dos esforços realizados na administração

de estoques e redução de custos operacionais e administrativos. Assim como as demais empresas do grupo a Forjas estava implementando um programa de melhoria contínua da qualidade.

Os auditores responsáveis pela avaliação dos balanços patrimoniais foram Bianchessi & CIA Auditores; portanto, as considerações sobre os resultados operacionais e financeiros foram fundamentadas nas apreciações desses auditores.

A Lei nº 8.200 de 29 de junho de 1991 trata da correção monetária especial das contas do ativo permanente e da complementação da correção monetária das demonstrações contábeis "relativas do exercício findo em 31/dezembro/90 pela diferença de variação ocorrida em 1990 entre o índices (utilizados na época) de preços ao consumidor (IPC) e o BTN fiscal." A Acesita aplicou a correção integral sobre os itens do balanço.

- Financiamentos

Os financiamentos tomados pela Acesita em moeda nacional sujeitos a correção monetária, tinham juros variando entre 5% e 12% ao ano, sendo que os que não eram corrigidos tinham taxas de juros variando de 280,56% a 374,40% ao ano. Já para os financiamentos em moeda estrangeira os juros variavam entre 0,5625% e 1,125%. a. a. acima das taxas internacionais de Londres (Libor), ao apresentavam taxas fixas variando entre 7,625% e 8,57% ao ano.

Em 31 de dezembro de 1991 os financiamentos realizados pela Acesita, US\$ 148,005 era devido ao Banco do Brasil, acionista controlador.

O Banco do Brasil sempre trabalhou como avalista da Acesita para financiamentos de expansão, recebendo em garantia bens de seu ativo imobilizado, o que o levou à posição de acionista controlador.

Pela correção integral e legislação societária 31/dez/91			Pela correção integral 31/dez/90	
ANO	NO PAIS	NO EXTERIOR	NO PAIS	NO EXTERIOR
1992	-	-	56.535	1.281
1993	26.834	687	122	637
1994	72	82	20	76
1995	21	-	23	-
1996	21	-	23	-
1997 A 2000	51	-	58	-
SUB-TOTAL	26.999	769	56.781	1.994
TOTAL	848.731		58.775	

Em valores correntes do ano 1991.(31/12/91 - taxa US\$ 1.068,80)

Fonte: Edital nº PND-A-08/92 - Acesita

- Capital Social

Em 1991 "o capital social subscrito e integralizado estava representado por ações sem valor nominal sendo 149.585.938 ações ordinárias e 299.171.875 ações preferenciais, nominativas ou ao portador, inconversíveis de uma espécie em outra " (Edital nº PND-08 - 08/92 - Acesita).

Apesar dos acionistas terem garantido estatutariamente um dividendo mínimo e obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, isto não foi obtido devido aos subseqüentes prejuízos acumulados.

Como empresa estatal e, portanto submetida ao controle do governo, a remuneração dos administradores e empregados era regulamentada pelo decreto nº 95524 de 21 de dezembro de 1987 e legislação complementar no exercício de 1991. Este decreto estipulava a maior e a menor remuneração a ser paga aos empregados do quadro permanente, em média US\$ 6.289,15, com o valores de agosto de 1991 e US\$ 189,27 para cargos de dirigentes.

A Acesita até ser privatizada tinha um plano de seguridade para complementar a previdência oficial dos empregados, que era administrado pelo Montreal Bank, a empresa tinha a posição de patrocinadora do plano.

"As aposentadorias por tempo de serviço especial e por invalidez eram calculadas pelo regime de capitalização. As pensões pelo regime de partição de capital de cobertura e os demais benefícios eram calculados pelo regime de repartição simples."(Edital nº PND-A-08/92 - Acesita)

Devido às grandes transformações ocorridas no ano de 1990, em função do plano Collor I para estabilizar a economia, a Acesita passou por um período de instabilidade que impediu que seus resultados fossem o que se havia planejado. A empresa passou, então, por um período de readaptação ao cenário da economia nacional, quando se detectou a necessidade de reformular a sua organização, rever sua cultura burocrática, suas práticas de decisão e seu comportamento administrativo.

Em função dos pontos acima colocados a empresa estabeleceu algumas metas visando se adequar a uma economia que começava a ser liberalizada. Foi elaborado um plano de reorganização administrativa, que englobava redução de custos e estoques, desmobilização de ativos não operacionais e a realização de esforços para abertura de novos mercados.

De acordo com a proposição de se analisar alguns tópicos das demonstrações de resultados; balanço e outros instrumentos contábeis de mensuração dos resultados da empresa, será feita a seguir a apreciação do exercício de 1990.

Atividades industriais.

O volume de produção de 1990 ficou apenas 2% abaixo do de 1989, mesmo com as oscilações do mercado interno, sendo que, as linhas mais afetadas pela retração na demanda foram a de laminação de barras e de silício de grão não orientado.

A Acesita procurou se estruturar para sobreviver à nova ordem econômica e industrial, o que resultou na implantação do plano de competitividade industrial, projetado para equiparar a empresa ao nível de suas concorrentes. Assim se estabeleceu uma política e diretrizes para incentivar o aperfeiçoamento do sistema de qualidade. A Acesita recebeu um certificado de qualidade concedido pela Caterpillar (USA). Edital nº PND - A 08/92/ Acesita.

Além das iniciativas acima citadas houve um esforço de redução no consumo de insumos, adequação do quadro de pessoal ao nível de produção e melhoria do rendimento da laminação dos produtos planos.

Foram realizados US\$ 28 milhões em investimentos em manutenção preventiva dos equipamentos, elevação da produtividade e da qualidade, o suporte administrativo e a proteção ao meio ambiente.

Os projetos abaixo citados foram implementados (Edital nº PND - A 08/92/ Acesita).

- o controle do nível do molde no lingotamento, que propicia a redução de defeitos superficiais das placas, o que resultou em economia no esmerilhamento;
- modernização do Forno elétrico a Arco nº 3 visando aumento da produção e redução dos custos com energia elétrica;

- instalação de prensa desempenadeira de barras grossas, visando a ampliação da capacidade de desempenho, racionalização de mão-de-obra e melhoria na qualidade;
- adaptação do forno de recolhimento e decapagem nº 1 possibilitando que o óleo diesel fosse substituído por gás de alto forno;
- Entrada em operação do compressor de ar visando garantir a linha de produção e a manutenção da usina;

Dentre os projetos que se encontravam em fase de implantação no ano de 1990, os principais eram:

- paralelismo dos sistemas Amig/SA Carvalho, visando melhoria na qualidade da energia elétrica, reduzindo níveis de variação de tensão e frequência e otimização da utilização da energia própria;
- modernização do lingotamento contínuo nº 2, visando o processamento contínuo de aços da linha de não planos e a melhoria de desempenho;
- reforma do forno de ferro silício.

Em termos de avanços tecnológicos foram firmados convênios de cooperação técnica com a Universidade de São Paulo / Instituto de Física (IFUSP), Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Fundação Tecnológica e Industrial da Secretaria de Ciência e Tecnologia (FTI), Instituto de Desenvolvimento Industrial de MG (INDI), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e ARMCO-Advanced Materials Corporation.

O núcleo de desenvolvimento e tecnologia da Acesita realizou vários trabalhos como o patenteamento do aço inoxidável 430 e em diversos países, desenvolvimento de um método que colore aços inoxidáveis, entre outros. Este núcleo tem possibilitado a melhoria da execução de vários processos que ampliam a eficiência operacional da empresa.

Já em 1990 foram implantados projetos visando a instalação de padrões de controle ambiental, que implicassem na contenção e tratamento de efluentes hídricos e atmosféricos, despoluição dos solos, monitoramento ambiental, aumento de áreas verdes e a consecução de propostas para a destinação dos resíduos industriais. Foi neste ano que a Acesita assinou seu

termo de compromisso com o COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental), se comprometendo a tomar providências sobre os itens citados até 1996.

Com relação às atividades comerciais, 1990 registrou uma queda de 10,8% em relação à produção comercializada em 1989. Isto se deveu à retração de 18,3% na demanda interna em comparação com exercício anterior, em grande parte devido à baixa liquidez da economia após o confisco da poupança das empresas e pessoas físicas.

As exportações, no entanto, foram incrementadas; tanto que o ano de 1990 apresentou um aumento nas vendas para o mercado externo de 9,3% com relação ao ano de 1989.

- Resultados Financeiros:

O exercício de 1990 apresentou prejuízo, que correspondeu a 4,9% da receita líquida, em valor corrente da data de publicação do Edital US\$ 16,6.

Os fatores que influenciaram neste resultado foram uma redução na quantidade vendida de 75,3 mil toneladas, em comparação com o exercício anterior; perda na receita em virtude do congelamento de preços de março a julho da ordem de US\$ 50 milhões; dificuldade de se embarcar 44 mil toneladas o que reduziu o faturamento; houve uma recuperação cambial, com reflexos no endividamento externo da empresa, de 58,4% e por fim uma defasagem entre os índices medidores da inflação e os indexadores do balanço, na época BTN fiscal, devido ao expurgo parcial da inflação de março/90 no BTN de abril e seu congelamento naquele mês, fator que prejudicou o resultado econômico que poderia ter sido positivo caso esses parâmetros estivessem equilibrados.

O lucro bruto foi reduzido em 16,4% devido à involução de 1,2% na receita líquida e da expansão do custo, de 4,9%, líquido com efeitos inflacionários sobre o capital de giro.

As vendas líquidas foram 1,2% menores de que em 1989; dentre as causas já citadas cabe destacar que com o deslocamento das vendas do mercado interno, para o externo, de menores preços médios, para uma quantidade vendida 10,8% menor. O aumento dos custos se deu em função dos maiores custos financeiros embutidos nas compras a prazo e do aumento real dos preços médios de insumos de significativa ponderação.

As receitas financeiras tiveram um incremento de 2.486,9% se comparadas ao exercício anterior, neste resultado se encontrava a apropriação do deságio de 65% obtido em renegociação da dívida externa em 20/12/90.

O custeio do endividamento da empresa representou 93,4% das despesas financeiras e 47,7% da receita líquida. Este custo teve uma expansão devido a política cambial desfavorável, já que a variação cambial superou em 58,4% a correção monetária (ganhos pela exposição da dívida à inflação), maior endividamento de curto prazo em moeda nacional e elevação das taxas de juros reais sobre os empréstimos de curto prazo.

A realização da equivalência patrimonial penalizou o resultado operacional do exercício de 1990.

"O resultado líquido dos itens não operacionais, em 1990, foi negativo em US\$ 2,2 , somado ao resultado operacional culminou no prejuízo final US\$ 16,4 milhões . Dada a insuficiência do excedente operacional para a cobertura do não operacional, sobretudo o serviço da dívida, coube quase que totalmente aos novos financiamentos a composição das fontes não operacionais" (Edital nº PND - A 08/92/ Acesita.).

O serviço da dívida em 1990 foi 3,5 vezes maior que o de 1989, sendo que as amortizações e os juros em ambos os períodos superaram os novos empréstimos.

Em 1990 venceu US\$ 1,4 milhão da dívida da empresa, enquanto que em 1989 foram pagos US\$ 56,8 milhões.

Os compromissos de curto prazo da Acesita em 1990 eram de US\$ 174,1 milhões, enquanto que em 1991 foram de US\$ 130,5 milhões, o que representou uma queda em termos absolutos, mas eram ainda elevados, proporcionalmente, ao endividamento.

"A companhia concluiu, em Dezembro de 1990, negociação com seus credores externos para reestruturação da sua dívida. A operação foi estruturada mediante a utilização de esquemas com aproveitamento de deságios de títulos de dívida brasileira negociados no mercado secundário (MYDFA). Assim, a dívida de US\$

259.442 mil, foi reestruturada para US\$ 91.647 mil, ensejando uma redução de US\$ 167.795mil, ou 64,7% e, além disso, previa prazo de 24 meses para pagamento, com carência de 06 meses . (Edital nº PND - A 08/92/ Acesita.)

- Atividades Administrativas:

Entre dezembro/89 e março/90 em observância a preceitos constitucionais, foram realizadas admissões para término da implantação da 5ª letra, assim o efetivo aumentou de 8.619 para 8.693 empregados.

O ano de 1990 foi quando e a idéia de reestruturação organizacional começou a ser implementada, o que provocou a extinção de 4 gerências, 5 divisões, 16 seções e do escritório de vendas do Rio de Janeiro. Além disso, as atividades de planejamento e controle da Acesita energética começaram a ser absorvidas pela controladora.

À medida em que foi se concretizando o direcionamento do PND para o setor siderúrgico, alguns resultados foram observados em termos da reação dos empregados, em função da implantação de uma gerência voltada para a excelência empresarial, o que se traduziu por exemplo na queda do número de licenças médicas, medidor da desmotivação do setor estatal.

O número de grupos de controle de qualidade foi aumentando e conseqüentemente maior numero de projetos nesta área foi apresentado e implantado.

As empresas controladas Acesita Energética S.A. e a Forjas Acesita S.A. entraram no mesmo processo de reestruturação da Acesita, visando novos mercados, melhoria da qualidade e redução dos custos dos produtos.

Um fator presente na história das siderúrgicas estatais, que por várias vezes paralisou as atividades da Usina - os movimentos grevistas que prejudicavam a performance da empresa , como no caso da Acesita em 1989 que permaneceu parada durante 30 dias- deixou de ocorrer já se enfocando o novo direcionamento da gestão empresarial.

14 - O Processo de Desestatização

A Acesita ao ter sua capacidade de produção duplicada em 1984 inseriu o Brasil no restrito rol de produtores de aços planos inoxidáveis e ao silício. A empresa passou a suprir a demanda interna destes produtos até então importados.

Os investimentos realizados para finalização do plano de expansão, foram efeitos quase todos com capital de terceiros. Este aspecto não teria abalado financeiramente a Acesita se não fosse a utilização, pelo governo, das estatais como instrumentos de política pública para a estabilização da economia do país. Com o desajuste entre preços e custo o empreendimento deixou de cumprir sua finalidade de remunerar o patrimônio de seus acionistas.

A Acesita apesar de ter enfrentado problemas financeiros por um longo período, tecnologicamente teve uma evolução com ganhos de produtividade, de qualidade, de conquista de mercado internacional, melhoria do mix produzido e comercializado e autosuficiência energética, estes dados foram obidos da mensagem aos acionistas escrita pelo então Presidente da empresa Mauricio Hasenclever Borges (19/03/90).

De acordo com o Edital nº PND-A-08/92 Acesita:

"A desestatização da Acesita enquadrrou-se nos objetivos do PND que buscavam atingir o reordenamento da posição estratégica do estado na economia, transferindo para o setor privado atividades antes de seu domínio, estas empresas, geralmente, já se encontravam consolidadas, de forma a permitir maiores esforços nos setores de educação, saúde, saneamento e segurança."

O processo de desestatização da Acesita se iniciou quando foram depositados no Fundo Nacional de Desestatização as ações ordinárias e preferenciais pertencentes ao Banco do Brasil e ao BAMB.

Em seguida o gestor realizou a licitação para escolher as empresas de consultoria econômica que realizassem a avaliação econômica serviços de agente de privatização e modelagem da alienação das ações. O edital desta licitação foi publicado, de acordo com a lei nº 8031 de 12 de abril de 1990, em jornais de grande circulação.

Os consultores foram designados para os serviços "A" e "B"; o serviço "A" englobava as seguintes atividades:

- Execução de avaliação econômico financeira da Acesita, Energética e Forjas com posterior recomendação do preço mínimo de venda das ações, baseado no resultado da avaliação patrimonial fornecida pelo consultor contratado para o serviço "B", na própria avaliação econômico-financeira; valor presente do fluxo de resultados da empresa englobando as perspectivas de rentabilidade e de geração futura de resultados em diversos cenários; prazos de implantação de idênticos empreendimento econômico; identificação de variáveis críticas e análise de sensibilidade; avaliação do mercado dos principais insumos da Acesita; estudo de utilização de insumos alternativos; avaliação da competitividade em relação a concorrentes nacionais e internacionais; avaliação da demanda, o preço futuro provável dos produtos da Acesita e controladas tanto no país, quanto no exterior; identificação e análise das alternativas de investimento visando a modernização, expansão e competitividade como subsídio para a tomada de decisão de participar acionariamente da Acesita, Energética e Forjas; comparação dos valores obtidos na avaliação econômico-financeira da Acesita com os valores apresentados internacionalmente por empresas similares que foram privatizadas.

O serviço "B" englobou as seguintes atividades:

- Análise e avaliação de alternativas de alienação da Acesita e controladas, julgadas convenientes e que passam permitir uma maior valorização do conjunto, prevendo a possibilidade de venda de ativos operacionais e/ou não-operacionais; avaliação econômico-financeira como estabelecido para o serviço "A"; montagem e execução do processo de desestatização, assim como, nova composição acionária; identificação das necessidades de ajustes prévios de natureza patrimonial, financeira, operacional e societária; avaliação da situação jurídica nos âmbitos fiscal, trabalhista, previdenciário, assim

como, avaliação de sua situação junto aos órgãos de controle do meio ambiente; avaliação dos elementos do ativo patrimonial da Acesita e controladas a preços de mercado, identificação dos ativos operacionais e não operacionais, desativos em caso de liquidação e do patrimônio líquido das companhias; com ajustes dos elementos não registrados pelo método contábil; avaliação da situação de recursos humanos em termos de estrutura organizacional e gerencial, contratos de serviços de terceiros, plano de cargos e salários, programa de treinamento e avaliação, benefícios, produtividade; bem como relações industriais, abrangendo aspectos sindicais, representações dos empregados; avaliação do perfil de endividamento da Acesita e controladas com proposições para alongamento do mesmo; elaboração do cronograma do processo de desestatização ; proposta de sistemática de alienação das ações; estratégia para colocação das ações junto aos empregados e investidores nacionais e estrangeiros; identificação de adquirentes potenciais, nacionais e estrangeiros; preparação do Edital e Prospectos; prestação de informações a terceiros; auditoria especial para fins de aquisição e alienação; identificação de insubsistências ativas e supervivências da Acesita e controladas. (Edital nº PND - A 08/92/ Acesita.)

Os seguintes consultores privados foram contratados para a realização da montagem do modelo de venda da empresa:

- uma associação da Máxima Corretora de Commodities e consultoria Ltda. e Paulo ABIB Engenharia S.A., ficou com o serviço "A".
- um consórcio, do Banco ICATU S.A., The First Boston Corporation e Jaakko Poyry Engenharia Ltda., foi designado para o serviço "B".

Para o serviço de auditoria externa foi contratada a empresa Teixeira e Associados - Auditores Independentes em 14 de outubro de 1991, responsável pelo acompanhamento do processo de privatização com o objetivo de verificar a observância às regras e lisura do processo.

Além dos Editais e prospecto durante o processo de apresentação de informações, houve visitas, reuniões técnicas de esclarecimento ao público e empregados, que ocorreram para esclarecer os investidores sobre as regiões do processo de desestatização.

15 - Alteração no Capital Social

A Acesita alienou durante os anos 1983, 1984 e 1985, 40.290.819 partes beneficiárias das quais 40.290.549 foram adquiridas pelo Banco do Brasil. O que foi obtido dessa alienação foi contabilizado como reserva de capital, para resgatar as partes beneficiárias, que eram resgatáveis ou poderiam ser convertidas em ações ordinárias.

Durante a fase de ajustes prévios foram discutidos o aumento de capital e resgate das partes beneficiárias não convertidas em ações ordinárias no aumento de capital.

O aumento de capital proposto determinava a emissão de 1.115.513.228 (um bilhão, cento e quinze milhões, quinhentas e treze mil, duzentos e vinte oito) ações ordinárias, sendo que, a subscrição foi particular.

O valor estipulado por ação foi de Cr\$ 329,10, com base no valor de patrimônio líquido das ações em 31 de dezembro de 1991, (US\$ 0,31), já reduzido o montante contabilizado como reserva de capital que seria utilizado para resgatar as partes beneficiárias. (Edital nº PND-A-02/92 Acesita).

A integralização das ações poderia ser feita em moeda corrente nacional ou por meio da conversão das partes beneficiárias de emissão da Acesita.

Os acionistas da Acesita tiveram preferência à subscrição do aumento de capital e para a reserva de sobras de ações de acordo com a Lei 6.404/76, parágrafo 1º do artigo 171.

As partes beneficiárias foram convertidas através da capitalização da reserva de capital, que em 31 de dezembro de 1991 era de US\$ 312.259.891,50, que deveria seria ser corrigido pela variação diária da UFIR até a data da integralização no aumento de capital.

De acordo com as informações contidas no Edital nº PND-A-08/92 Acesita - prospecto, " a Comissão Diretora aprovou em 1º de junho de 1992 a aquisição pela Acesita das ações do Banco do Brasil nas controladas e das partes beneficiárias da emissão da Energética detidas pelo Banco Brasil".

16 - A Dívida da Acesita com o Banco do Brasil

Em 31 de dezembro de 1991 o Banco do Brasil era o maior credor, detendor de 92% do total da dívida da Acesita, o que em valor desta data equivalia a US\$ 148.005.094,50, com data de vencimento para julho de 1993.

A Comissão Diretora determinou o reescalonamento desta parcela da dívida, de acordo com os seguintes condições:

"o prazo total para o reescalonamento seria de 2 anos, com uma taxa de remuneração equivalente a ANBID +2% aa, o saldo devedor deveria ser atualizado pelo índice geral de preços para o mercado IGP-M, o juro seria calculado através da fórmula $\{[(1+b)/(1+c)]-1\} \times 100$ a ser pago mensalmente, a amortização deveria ser paga em parcela única no fim do período.

17 - O Objeto da Alinenação

O objeto do edital era a alienação de 1,157.576.081 (um bilhão, cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitenta e uma) ações ordinárias, as ações preferenciais do BB e do BAMB não seriam alienadas.

A alienação das ações para os empregados foi feita através de lotes de 100 ações ordinárias, já para o leilão foi feita em blocos compostos por 100 ações ordinárias.

18- Modelagem do processo de alienação das ações:

O processo de destatização da Acesita foi elaborado em duas etapas, sendo que a primeira consistiu na oferta aos empregados de até 156.427.000 ações ordinárias, em lotes.

A segunda etapa consistiu na realização do leilão, para a alienação de 1.001.149.081 ações ordinárias, em blocos. No edital foi salientado que, caso, houvesse sobras da oferta aos empregados, elas deveriam ser colocadas no leilão.

"o preço para as ações objeto da oferta aos empregados era diferente do preço das ações ofertadas no leilão, por implicar este em venda do controle acionário, que representa um grau de poder significativamente diferente do poder contido

no volume de ações ofertado aos empregados. O produto da oferta aos empregados mais o produto da alienação no leilão não poderia ser inferior, ao preço mínimo total para as ações objeto de venda, aprovado pela comissão diretora." (Edital nº PND-A-08/92 - Acesita - Prospecto).

O preço para oferta aos empregados foi de U\$ 9,14, referente à posição de 1º de junho de 1992, sendo reajustado pela taxa referencial diária até a data de liquidação da oferta, o mesmo devendo ocorrer para os demais preços.

Os participantes do leilão foram classificados como participantes nacionais, participantes estrangeiros, fundos e fundações privadas. Os empregados que podiam se habilitar para a oferta, faziam parte do quadro de pessoal da Acesita e controladas assim como os aposentados.

19 - Regras para a realização do leilão

Os participantes do leilão passaram por uma pré-identificação, cada participante teve que ser representado por uma sociedade corretora.

A fase de pré-identificação classifica os investidores nacionais e internacionais, detecta se estão participando entidades públicas, de quaisquer dos poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que tem vedada sua participação, além de verificar a capacidade de liquidação dos investidores e a regularidade da situação fiscal.

A liquidação financeira pelo edital poderia ser feita em cruzeiros; certificado de privatização e créditos relativos aos cruzados novos bloqueados; créditos e títulos da dívida externa (não sendo admitida a utilização destes créditos na oferta aos empregados e na aquisição de ações por pessoas físicas nacionais); títulos da dívida agrária (TDA); Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND); debêntures da Sidebrás; créditos vencidos contra entidades controladas direta ou indiretamente, pela união; letras hipotecárias emitidas pela Caixa Econômica Federal; créditos contra a União representados por títulos judiciais.

Estas formas de pagamento foram admitidas através do disposto da lei nº 8.250 de 24 de outubro de 1991, nas resoluções CD/PND, 05/91, 06/91, 07/91, 53/92, 55/92, 65/92,

70/92 e 71/92 de 04 de março de 1991, 25 de março de 1991, 05 de maio de 1992, 25 de maio de 1992, 13 de julho de 1992 e 24 de julho de 1992, respectivamente, da comissão diretora.

"A formalização da alienação ocorre com a liquidação financeira da operação e a lavratura de termo próprio nos livros sociais da Acesita"(Edital nº PND -A- 08/92 - Acesita - Prospecto).

Pelo edital não poderia haver sobras no leilão, pois se isto ocorresse a alienação não seria concluída.

A data para a liquidação da oferta aos empregados e do leilão foi estipulada para 28 de outubro de 1992.

Os resultados da alienação e aquisição de ações "tem por condição essencial a não responsabilidade da comissão diretora, dos BNDES, do Banco do Brasil e do BAMB por eventuais insubsistências ativas, supervivências passivas e/ou contingências da Acesita e controladas". Edital nº PND. A- 08/92 - Acesita - Prospecto.

Os participantes do leilão que adquiriram percentual igual ou superior a 5% do capital votante da Acesita, obrigaram-se de forma irrevogável e irretroatável, a assumir o compromisso de não alienar ações a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras até 22 de outubro de 1994 que resultasse em participação percentual superior a 49% do capital votante da empresa.

Os adquirentes da Acesita tiveram que cumprir algumas obrigações explícitas no edital, tais como:

- estender aos acionistas minoritários com direito a voto oferta pública de aquisição de ações, sendo que a forma de pagamento foi estabelecida em moeda corrente nacional, pelo preço médio ponderado obtido no leilão;
- ter que convocar assembléia geral extraordinária para eleger a nova administração, no primeiro dia útil após a liquidação financeira da aquisição do controle acionário;
- garantir a presença de um representante dos empregados e aposentados no conselho de administração, no caso deles não obterem participação acionária suficiente para tanto;
- apresentar contra-garantias em favor do Banco do Brasil para garantir eventuais avais e fianças por ele prestados a obrigações financeiras, que por ventura já não estejam cobertas;

- fornecer informações sobre a Acesita e controladas, caso sejam solicitadas por órgãos federais de controle e auditoria;
- reativar os contratos já firmados, que têm como objeto imóveis cedidos em comodato;
- manter o comodato firmado nas condições pactuadas antes da desestatização, com relação ao terreno, ao prédio e aos equipamentos utilizados pelo Hospital Acesita;
- seja quem for o adquirente teve que observar as obrigações acima citadas, mesmo que o controle não tenha sido definido na fase de liquidação financeira.

Os empregados e aposentados da Acesita e controladas adquirentes de ações não poderiam vender suas ações, pelo prazo de 365 dias contados da liquidação financeira do negócio, a não ser que a venda se realizasse em pregão de Bolsa de Valores. Caso fosse quebrada esta obrigação contratual o adquirente teria que pagar ao alienante a diferença entre o preço unitário da ação na oferta aos empregados e o preço unitário médio por ação obtido no leilão, atualizada pela (TRD), ou índice que a substituísse.

Como para as demais empresas privatizadas o Edital da Acesita limitou a participação do capital estrangeiro a 40% do capital votante, de acordo com a lei nº 8 /90, não havendo limites para o capital nacional.

O leilão foi programado para se realizar no dia 22 de outubro de 1992 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, sendo permitida a participação apenas dos investidores pré-identificados.

No início do leilão o leiloeiro ofereceu o preço mínimo por bloco e foi coletando propostas de quantidades demandadas pelos participantes àquele preço. Ao longo do leilão as propostas vão sendo apresentadas com a diferenciação entre o capital nacional e estrangeiro, quando o número de blocos demandados excede o total de blocos ofertados no leilão e o número de blocos demandados pelo capital estrangeiro foi superior ao limite de participação que lhe é permitido, o leiloeiro deve elevar o preço por bloco, coletando novas propostas até que a demanda seja inferior a quantidade ofertada em um dado preço.

Da oferta aos empregados

Cada empregado pode comprar até um teto estipulado pelo número de lotes dividido pelo número de empregados e aposentados habilitados e a quantidade mínima estipulada 25 lotes.

A oferta aos empregados teve início em 1 de setembro de 1992 e foi encerrada em 25 de dezembro de 1992, eles puderam fazer reserva de lotes até essa data limite.

Foi assegurado aos empregados e aposentados o acesso ao financiamento para a compra de suas ações em instituições financeiras habilitadas, que poderiam adquirir ativos do BNDES em função da concessão dos empréstimos.

As condições do financiamento para a aquisição de ações eram as seguintes:

- "montante financiado: até 100% do valor da aquisição;
- prazo do financiamento: até 12 anos;
- carência: 2 anos;
- pagamento de juros: semestral, a partir da data da venda;
- amortização do principal: semestral, a partir do término da carência;
- taxa de juros: 6,5% ao ano, acrescido de "del credere" de até 2% ao ano;
- atualização monetária: IGP-M - índice geral de preços para o mercado, ou índice que o substitua;
- garantia: caução das próprias ações;
- indisponibilidade: até a liquidação do financiamento."

Mercado e comercialização dos produtos da Acesita

Segundo dados do Edital nº PND -A- 08/92, Acesita Prospecto, se cogita a possibilidade de crescimento da demanda brasileira de aço, pois o nível de consumo girava em torno de 0,7 kg/hab/ano, enquanto em países desenvolvidos o consumo de aços inoxidáveis era de 8,0 kg/hab/ano e a média mundial 3,5 kg/hab/ano, o que seria um fator impulsionador para a siderurgia nacional.

A Acesita tem uma boa localização tanto para o suprimento de insumos, quanto para escoar a produção, pois tem acesso a malha rodoviária e pontos de escoamento de produção para o mercado externo, por fim situa-se próxima a reservas de minério de ferro.

A política de preços extremamente rígida durante sua fase como empresa estatal, quando os preços de seus produtos foram controlados ou monitorados, agravaram sua situação econômica. Somente após agosto de 1991 uma portaria, a 166, da secretaria executiva do então Ministério da Economia, fazenda e Planejamento, liberou seus preços.

As tarifas projetadas para produtos similares aos produzidos pela Acesita que apesar de deter o monopólio da produção de aço inoxidável, são as seguintes o que:

Produto	Tarifa 20%
Aços Ino	20
Aços silício	20
Alto e baixo carbono	10
Barras laminadas	10

Fonte: Edital nº PND-A-08/04/92 - Prospecto.

A Acesita não mantém contratos formais de longo prazo para venda de seus produtos ou eventuais serviços, as vendas são firmadas caso a caso no mercado "spot".

Um dos fatores que favorecem o potencial fortalecimento da Acesita no mercado externo, é sua condição monopolista dos principais produtos da linha de aços planos, tendo a seu favor as tarifas de importação, outros fatores como os altos custos portuários, proximidade dos clientes, vendas em pequenos lotes fazem com que as vendas ao mercado interno produzam margens maiores do que para o mercado externo.

O aço inoxidável tem um consumo anual de 75 a 100 mil toneladas, desde total 10 mil toneladas tem sido importadas, já que a Acesita não produz alguns aços planos. Este produto é utilizado em equipamentos industriais, bens duráveis, construção civil, transportes e moedas. A indústria automobilística tem utilizado para o sistema de exaustão dos automóveis, que pela legislação, por serem menos poluidores, a partir de 1997 todos os carros devem ter catalizadores, o que pode representar um consumo a mais de 4 a 5 mil ton/ano.

O aço plano do silício de grão não orientado é utilizado na fabricação de transformadores portanto, voltado para programas de geração e distribuição de energia

elétrica. A Acesita atende 95% da demanda deste aço, o restante são produtos que ela não gera. Devido a falta de investimentos no setor o consumo tem sido reduzido. A marca Usicore da Usiminas é o único produto no mercado que compete com o da Acesita.

Os aços carbono / ligados planos laminados a quente produzidos pela Acesita são vendidos no mercado interno representando 10% da demanda e 45 a 65% respectivamente são utilizados pelo setor agrícola, setor petroquímico e de ferramentas, além de uma parte ser utilizada para relaminação por fabricantes de tubos e de perfis.

20 - Metodologia para Cálculo do Econômico e do Preço Mínimo:

"A avaliação da Acesita e controladas foi realizada de acordo com a licitação objeto do Edital nº PND/CN-02/91, através da qual foram contratados os Consultores para definição da modelagem do processo de privatização e sistemática da avaliação". Edital nº PND-A-08/92 - Acesita-Prospecto.

A metodologia de avaliação das três empresas já foi mencionada nas informações prestadas, mas serão melhor definidas nos itens abaixo relacionados; de acordo com o Edital;

- Avaliação do Custo de Reposição, destinada a apurar o valor das empresas através do cálculo do custo de implantação de idêntico empreendimento econômico;
- Avaliação Patrimonial, que demonstra o valor contábil teórico dos ativos após a depreciação, considerando o custo de reposição como valor inicial;
- Avaliação de Empresas e Aquisições Comparáveis para a atividade de produção siderúrgica, que baseou-se em empresas deste setor cujas características (relativa ao fluxo de caixa gerado, produtos, vendas, lucro operacional e lucro líquido) são comparáveis às da Acesita. A partir desses dados foram produzidos índices que permitem analisar como mercado avaliaria uma empresa siderúrgica com características similares às Acesita.
- Avaliação pelo Método de Fluxo de Caixa Descontado, para cada uma das empresas, baseado em informações fornecidas pela própria empresa e outras fontes, e em fluxos de caixa operacionais, posteriormente trazidos a valor presente. Os cenários adotados foram aqueles que representam as empresas na situação em que elas se encontram no momento da avaliação, considerados os investimentos em andamento e o seu planejamento

operacional, os investimentos necessários para a manutenção das atividades, as melhorias em termos de redução de custo, "mix" de produtos e seus reflexos nos preços médios de venda. Para a Acesita, o cenário base considerava também a conversão do Alto Forno 1 para coque, decisão oficial da empresa, e suas implicações no nível de reflorestamento, exigido pelo PIFI.

O valor econômico foi apurado através do valor presente do fluxo de caixa operacional das três empresas, projetado para os próximos 20 anos, a partir da data de avaliação, definido pela projeção do fluxo gerado por cada uma antes dos efeitos financeiros. Além disso, deve-se refletir as exigibilidades fiscais e necessidades de investimentos.

Com base no estudo de avaliação da Acesita e controladas, deduzido o saldo das dívidas entre as companhias, o valor presente do endividamento com entidades fora do grupo e as contingências fiscais, agregando o valor atribuído aos ativos não operacionais alienáveis detidos pela Acesita e controladas, o preço mínimo recomendado pelos consultores foi de US\$ 476,624 mil para 100% do capital.

21 - Principais mudanças da Acesita já privatizada:

A Acesita fechou o ano de 1993 com cerca de US\$ 18 milhões de lucro, segundo o artigo "Wilson Brumer brinda 1994 com os lucros da Acesita" (Mercado Comum, 16 a 31 de dezembro de 1993). Isto só foi possível graças a um trabalho mais agressivo de gestão visando flexibilizar a atuação da empresa com a criação de alternativas administrativas, financeiras e comerciais.

Depois de 50 anos operando em prejuízo que girou em torno de US\$ 600 milhões, após as perdas de 1992 de US\$ 100 milhões, o faturamento do primeiro semestre de 1993 ao indicar um crescimento de 27,68% em relação ao mesmo período do ano anterior e as vendas 19,5% maiores já delineavam as perspectivas para o exercício de 1993.

A Acesita demonstrou sinais de melhoria da situação econômica já no primeiro semestre de 1993; ela teve um prejuízo de apenas US\$ 5 milhões contra as perdas de US\$ 56 milhões no ano anterior no mesmo período.

"A Acesita em agosto de 1993 começou a sair de sua posição negativa, com um prejuízo de US\$ 5 milhões, pela legislação societária, enquanto que pelo critério de correção integral lucrou US\$ 1,6 milhões." (Gazeta Mercantil, 11/8/93)

Segundo Brumer, no artigo citado no primeiro parágrafo deste tópico, a obtenção de lucro no ano de 1993 foi possível devido a uma mudança nos critérios de depreciação da empresa, que estava superacelerado, além da redução dos custos de natureza administrativa, operacional e financeira. O lucro de 1993 foi de quase US\$ 18 milhões e pelo critério de correção integral US\$ 30 milhões.

A empresa estava obsoleta, com funcionários desmotivados e sem recursos para investir, mas já privatizada o seu faturamento chegou a US\$ 600 milhões. (Exame, 5/1/94).

A Mckinsey propôs a diversificação dos mercados, já que a economia tem se mostrado desaquecida no mercado interno, através da elaboração de novos negócios e associação com outras empresas.

Os aços não planos representam 30% da produção da Acesita, sendo seu grande cliente o setor de forjaria. Em função disso, a empresa resolveu adquirir a SIFCO, visando criar um mercado de aços não planos. A Forjas Acesita detinha 6% do mercado e a SIFCO 27%, com a união das duas a Acesita passa a dominar 33% do mercado de forjados brasileiros.

A aquisição da SIFCO possibilitou uma aproximação com a indústria automobilística. A SIFCO tem uma empresa Moto Peças S. A., transmissões e engrenagens que produz itens como coroa e pinhão de alto valor agregado. A Acesita adquiriu dois terços do controle acionário da BRASIFCO, a holding deste grupo paulista, juntamente com a Eletrometal.

A Acesita é uma grande produtora de aços não planos, como barras, cujos clientes são as forjarias como a SIFCO que compra 25% do aço que consome dessa empresa, de acordo com o artigo "O aço da Acesita volta a brilhar" (Exame, 5/1/94).

Foram necessários US\$ 9 milhões para a aquisição de 66% do capital da SIFCO, sendo que do total a Acesita pagou a metade. A SIFCO tem 3.000 funcionários, patrimônio líquido de US\$ 70 milhões e faturamento de US\$ 150 milhões. Esta empresa tem sido a vice-

líder do mercado de forjados para a indústria automobilística. Sua tradição é de ser exportadora, obtendo os Estados Unidos quase que a metade de suas receitas.

Um dos maiores problemas da SIFCO é o seu endividamento, que equivale a 63% do seu patrimônio (Exame, 5/1/94), o que gerou um prejuízo de US\$ 50 milhões.

Houve uma associação entre a Acesita e a DIMAP (distribuidora de aço) para que a siderúrgica passasse a atender aos clientes que desejassem comprar chapas cortadas. O investimento necessário estimado foi de US\$ 5 milhões.

De acordo com o artigo "O aço da Acesita volta a brilhar" (Exame, 5/1/94), antes da privatização a empresa estava imersa "no sono induzido pela anestesia estatal com breves intervalos de lucidez". Isto ocorreu porque no modelo estatal, o Estado como maior acionista, acaba cobrindo as insuficiências da empresa, enquanto que o acionista privado espera por resultados do patrimônio investido a cada balanço. A exemplo disso, apesar de fazerem parte da nova composição acionária 40 fundos de pensão, 70 bancos e 100 distribuidoras e corretoras, os investimentos só são assegurados através da apresentação de bons projetos.

Houve renegociações da dívida da empresa que caiu de US\$ 220 milhões para algo em torno de US\$ 160 milhões.

Brumer (Mercado Comum, 16 a 31 de dezembro/93) colocou que foram tomadas medidas para se criar uma base para a lucratividade, sendo traçadas metas para possibilitar à Acesita competir com maior agressividade no mercado externo, o que implica em investimentos em tecnologia e racionalização e diversificação da produção.

Houve um aumento, já em função da reestruturação da empresa, no número de círculos de controle de qualidade de 600 para 2.000 círculos, até dezembro de 1993. Um dos projetos elaborados visava a eliminação do uso de oxigênio no processo industrial, trocando-o por nitrogênio, o que propiciaria uma economia de US\$ 1,6 milhões por ano.

Para alcançar as metas elaboradas a Acesita fez um contrato de assessoria e consultoria tecnológica com a Kawasaki Steel e contratou a consultora McKinsey para realizar um trabalho de avaliação. Esta empresa é especializada em gestão, da situação da empresa com relação a sua capacidade competitiva no mercado internacional.

Foi feito um levantamento sobre os equipamentos da siderúrgica e constatou-se que o grau de atualização dos mesmos era baixo, já que em sua maioria foram adquiridos no início

da operação da Usina e na década de 70, quando ela foi expandida; em função disso foram estabelecidas as metas de investimento.

A Acesita quase um ano depois de ter sido privatizada participou da disputa do controle acionário da Açominas, formando um consórcio com fundos de pensão, seguradoras e bancos. Estes dados foram obtidos do artigo "Acesita monta consórcio para comprar a Açominas"(JB, 11/8/93).

A idéia era aumentar o potencial do grupo com a aquisição da Açominas, pois o grupo passaria a faturar US\$ 1,1 bilhão, ao invés dos US\$ 600 milhões, por ano. A compra da Açominas teria representado uma complementação dos negócios das duas empresas, já que a Açominas exporta 60% de sua produção e 40% fica no país, já a Acesita vende 70% do que produz no mercado interno e exporta 30%.

Devido à concorrência acirrada no leilão da Açominas, o que resultou em ágio elevado, como a Acesita estava liderando um grupo de fundações de previdência privada que haviam estipulado um teto para as ofertas, não foi possível manter sua posição; a empresa acabou sendo arrematada pelo consórcio liderado pelo grupo Mendes Júnior.

A administração da Acesita tem sido descentralizada seguindo uma proposta de redução dos níveis intermediários e maior autonomia na tomada de decisão pelos gerentes.

Segundo o artigo "Wilson Brumer brinda 1994 com lucros da Acesita" (Mercado Comum, 16 a 31 de dezembro/93), foram feitos cortes no quadro de pessoal a partir da privatização em torno de 25% do efetivo, ou seja, 1700 empregados foram demitidos. Portanto, o quadro de pessoal deixou de contar com os 7.500 empregados, passando a 5.600. Estas demissões foram ocorrendo na medida em que eram necessárias para que a economia regional não fosse impactada de forma brusca em um curto período de tempo.

Após a privatização o quadro de pessoal já existente foi prestigiado, tanto que, somente no nível de alta gerência houve contratações de executivos do mercado, como o presidente da empresa e quatro componentes da diretoria. Segundo Brumer, no artigo citado no parágrafo anterior, a capacitação técnica da empresa já existia, portanto, as respostas aos novos estímulos e vivências empresariais foram boas, já que os empregados perceberam que teriam que lutar pela recuperação da empresa, na medida em que o Estado deixava de cobrir sua ineficiência, para manter seus empregos.

22 - Dados sobre o resultado do leilão:

A modelagem estruturada para privatização da Acesita foi a venda em lotes de ações sem oferta ao público, com um leilão de ordinárias em lotes onde foram oferecidos 64% do capital da empresa, sendo que o total ofertado foi totalmente vendido a uma oferta de 10% aos empregados que também obteve completa subscrição por parte dos 13/91 empregados.

As empresas responsáveis pela avaliação da empresa foram a Máxima, Serviço A e ICATU que apresentaram os seguintes valores, respectivamente, US\$ 417 milhões e US\$ 476,6 milhões, sendo que o valor mínimo estipulado para a alienação foi de 465,4 milhões o que implicou em ágio.

Foram obtidos US\$ 450,3 milhões no leilão da empresa e US\$ 15,1 milhões com a oferta aos empregados.

As entidades de previdência privada foram as maiores adquirentes pagando US\$ 204,4 milhões, seguidas pelo setor financeiro nacional com US\$ 149 milhões, empresas nacionais não financeiras com US\$ 60,9 milhões, o capital estrangeiro com US\$ 9,9 milhões e pessoas físicas adquiriram o correspondente a US\$ 41,3 milhões.

A Acesita foi vendida sem que nenhum grupo adquirisse o controle acionário, sendo a Previ o maior acionista com 15%. O grupo comandado pela Usiminas acabou ficando de fora, após se retirar do leilão por não poder deter o controle.

Houve uma acirrada disputa entre a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e o grupo liderado pela Usiminas para controlar a Acesita.

Para a Usiminas só interessava a obtenção do controle acionário, sendo assim ela ofertou até 50% acima do preço mínimo, mas a Previ acompanhou a subida e adquiriu 9,5% dos 74% do capital votante ofertado.

Ao perceber que não poderia administrar sozinha a Acesita, a Usiminas provocou uma quebra no primeiro dia do leilão, procurando fazer um acordo com a Previ. Como este não se concretizou, pois a Previ desejava uma administração compartilhada, ela optou por se retirar do leilão. Como o regulamento do leilão estipula que é preciso vender todas as ações da empresa ofertadas para um só controlador ou para um consórcio, o fechamento do leilão foi adiado.

O grupo formado pela Usiminas, bancos Econômico, Bozano Simonsen e América do Sul tentou um acordo com outros investidores até o prazo final que os investidores que haviam comprado na véspera, tinham para se manifestarem pela compra das sobras (381.747 blocos - de mil ações), ao preço mínimo de US\$ 8.361,92, cada, mas o acordo não foi possível o que levou o grupo a desistir da comprar.

De acordo com a participação de cada acionista, somente a Previ teve garantida a indicação de um representante para o Conselho de Administração.

No primeiro dia do leilão foram vendidos 48,9% do capital votante, restando 30,18% para serem vendidos. No segundo dia do leilão só puderam arrematar esta sobra os participantes das ofertas anteriores.

Apesar da Previ ser acionista da Usiminas, com 15% do capital, elas entraram em atrito devido aos enfoques diferenciados para a gestão da Acesita, como, por exemplo, no dimensionamento do enxugamento do quadro de pessoal que, para a Usiminas, deveria ser mais arrojado.

A operação foi concluída em Cr\$ 3.536.314.416.000,00, que, em dólar projetado para a data da aquisição, equivalia a US\$ 451,5 milhões representando um ágio médio de 29,5% (*A Acesita é vendida com ágio*, Gazeta Mercantil, 26/10/92).

Foram colocados a venda 74% do capital votante, sendo que, outros 10% foram destinados aos empregados e mais 10% aos sócios minoritários.

No leilão da Acesita o governo arrecadou apenas 1,1% em moeda corrente, do total de US\$ 450,3 milhões, o restante foi pago em títulos. Em função desse leilão o Presidente da República, Itamar Franco, decidiu que o percentual a ser pago em títulos ou dinheiro deveria variar conforme a rentabilidade, eficiência e significado da empresa para a economia do país.

Como fluxo de recursos da união foram aportados US\$ 397,8 milhões, além dos dividendos no valor de US\$ 41,10 milhões, totalizando US\$ 356,7 milhões comparando com o valor de venda de US\$ 465,4 milhões a Acesita foi uma das empresas privatizadas em que a diferença foi positiva.

As moedas utilizadas no processo de privatização da Acesita foram as seguintes:

- Obrigações FND → US\$ 152,0 milhões
- Títulos da dívida agrária → US\$ 111,6 milhões

• Dívidas securitizadas da União	→ US\$ 75,8 milhões
• Certificados de privatização	→ US\$ 74,0 milhões
• Debêntures da Siderbrás	→ US\$ 26,5 milhões
• Letras hipotecárias da CEF	→ US\$ 23,3 milhões
• Títulos da Dívida Externa (DIVEX)	→ US\$ 2,1 milhões
Total	US\$ 465,4 milhões

O total obtido representou 5,9% do total obtido com as privatizações, de acordo com dados dos sistema informativo - nov./94.

Ao completar um ano de execução, o PND teve no leilão da Acesita um exemplo de pulverização do capital, que gera um controle compartilhado, que já havia ocorrido com a Usiminas e com a Fosfertil.

No caso da Acesita, a pulverização foi maior, pois todos os acionistas têm pelo menos 1% do capital votante da empresa, sendo que, em geral, os controladores detêm 35% das ações ordinárias.

Como no caso da Usiminas, Copesul e Petroquisa, a Acesita passou a ser gerida por executivos advindos das empresas componentes do controle compartilhado.

Os maiores compradores da Acesita foram a Previ com 15% do capital votante; Sistel (fundo de pensão da Telebrás) com 9%; Banco Safra com 8,7%; Cia. Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (Banco Real) com 5,6%; Petros (fundo de pensão da Petrobrás) com cerca de 2,2% e Banco Banesa com 4,2%.

A composição acionária da Acesita

Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Banco do Brasil	91,5%	-
Outros acionistas prévios	8,5%	8,5%
Outros adquirentes	-	12,4%
Empregados	-	22,7%
Caixa Prev. B. Brasil - Previ	-	15,0%

Fundação Sistel	-	9,2%
Banco Safra/Albatroz S.A.	-	8,8
Banco Real S.A.	-	5,6%
Banco Comercia Bancesa	-	4,2%
Fundação Petros	-	2,2
Outras Ent. Previdências privada (37)	-	9,7%
Capital estrangeiro (14)	-	1,8
Total	100%	100%

Os funcionários da Acesita formaram uma cooperativa denominada ASSOCIA para garantir a participação acionária na empresa.

A Acesita teve seu leilão inicialmente marcado para 17 de setembro de 1992, tendo sido adiado para 22 de outubro de 1992 devido à necessidade de se suspender, no Superior Tribunal de Justiça, os efeitos da liminar concedida aos acionistas minoritários que impedia a Assembléia do Banco do Brasil de deliberar sobre a privatização da siderúrgica. A liminar foi cassada com o argumento de que a não-privatização poderia causar prejuízos à economia.

No leilão da Acesita foram colocados à venda 143,4 milhões de ações ordinárias, além do aumento de capital de mais 1 bilhão de ações. O preço mínimo estipulado para 100% do capital total foi de US\$ 476,6 milhões, mas para os 74% do capital total que foram vendidos o preço mínimo foi de US\$ 352,7 milhões, ou 91,5% do capital votante.

A oferta aos empregados de 10% do capital total foi marcada para o dia 1º de setembro.

"Entre 1984 e 1992 a Acesita conseguiu, com recursos próprios, reduzir suas dívidas que somavam US\$ 509,8 milhões, em dezembro de 1984 para US\$ 160,2 milhões em dezembro de 1991. O aumento de sua receita com exportações favoreceu o abatimento: o faturamento com vendas ao exterior subiu no mesmo período de US\$ 63,4 milhões para US\$ 146,9 milhões. A operação de saneamento financeiro implementada pela direção da

siderúrgica permitiu por sua vez reduzir o passivo com fornecedores, Banco do Brasil e bancos privados nacionais. E garantiu também o refinanciamento de sua dívida externa" (JB, agosto de 1992).

Para se adquirir 51% do capital da Acesita eram necessários US\$ 243.07 milhões, referente ao preço mínimo de US\$ 352.7 milhões para as ações ofertadas em leilão, da Acesita e suas controladas a Acesita Energética e a Forjas Acesita.

A Acesita acumulou em oito anos US\$ 580 milhões de prejuízo. O endividamento global já alcançou US\$ 1,1 bilhão, sendo US\$ 180 milhões para curto prazo. Além disso, necessitava de investimentos para a modernização operacional e manutenção da competitividade de seus produtos, em torno de US\$ 200 milhões. Estes dados representavam variáveis a serem administradas pelos novos controladores.

Além dos aspectos acima colocados, o fato da Acesita ter apresentado um prejuízo líquido de US\$ 57 milhões no primeiro semestre de 1992, de acordo com o artigo "Compra da Acesita será um desafio para o investidor"(Jornal do Comércio, 22/10/92), justificaram o valor estipulado para sua venda apesar dos inúmeros protestos contrários à avaliação.

Em função das três expansões realizadas pela Acesita, sua capacidade de produção saiu de 6 mil para 850 mil toneladas de aço de carbono e especiais, suprimindo quase que toda a necessidade do mercado interno. Devido a essas expansões, o Banco do Brasil colocou US\$ 1 bilhão na Acesita, mas a partir do momento que o Banco do Brasil deixou de aportar capital a empresa teve que se endividar no mercado internacional, cujos juros foram se elevando ao longo dos anos.

A Acesita acumulou em oito anos US\$ 580 milhões de prejuízo. O endividamento global já alcançou US\$ 1,1 bilhão, sendo US\$ 180 milhões para curto prazo. Além disso, necessitava de investimentos para a modernização operacional e manutenção da competitividade de seus produtos, em torno de US\$ 200 milhões. Estes dados representavam variáveis a serem administradas pelos novos controladores.

Além dos aspectos acima colocados, o fato da Acesita ter apresentado um prejuízo líquido de US\$ 57 milhões no primeiro semestre de 1992, de acordo com o artigo "Compra da

Acesita será um desafio para investidor "(Jornal do Comércio, 22/10/92), justifica o valor estipulado para sua venda apesar do inúmeros protestos contrários à avaliação.

Em função das três expansões realizadas pela Acesita, sua capacidade de produção saiu de 6 mil para 850 mil toneladas de aço de carbono e especiais, suprimindo quase que toda a necessidade do mercado interno. Devido a essas expansões, o Banco do Brasil colocou US\$ 1 bilhão na empresa, a partir do momento que o BB deixou de aportar capital na empresa ela teve que se endividar no mercado internacional, cujos juros foram se elevando ao longo dos anos.

A expansão da empresa se estendeu por dez anos, ao invés dos três projetados inicialmente, em função de empresas nacionais terem atrasado para entregar os equipamentos. Este atraso provocou um aumento do endividamento, mesmo com as injeções de capital realizadas pelo Banco do Brasil na primeira metade da década de 80, o que resultou no agravamento da situação financeira da empresa.

O custo de implantação da usina acabou sendo de US\$ 25 milhões, 200% a mais do que o planejado, sendo que o Banco do Brasil financiou em torno de 75% do total e os outros sócios financiaram US\$ 2,1 milhões.

Em consequência do declínio da situação econômica da Acesita e da necessidade de investimentos, foi cogitada a sua privatização nas décadas de 60 e 70, o que não foi levado adiante.

Apesar da Acesita antes de ser privatizada ter apresentado prejuízos consecutivos, ela continuará sendo a única companhia da América Latina que produz aços finos inoxidáveis e uma das poucas empresas do mundo que detêm a tecnologia para a produção do titânio metálico, material utilizado pela indústria aeroespacial (JB, 22/10/92). Apesar de não ter o lingotamento convencional para alguns aços que precisaria produzir e tinha problemas com a proteção ambiental.

Cabe destacar, no entanto, que os estudos realizados pelos consultores apontavam a viabilidade da empresa de gerar lucros líquidos de até US\$ 70 milhões por ano em função de uma administração voltada para a eficiência (Jornal do Comércio, 22/10/92).

Houve um atraso para que o edital da Acesita fosse publicado, devido às dificuldades encontradas para a negociação da dívida de curto prazo.

A Acesita não tinha condições de pagar suas obrigações de curto prazo, devido ao acúmulo de prejuízos, como o de 1991 de US\$ 86 milhões, juntamente com o endividamento de US\$ 138 milhões que deveria ser quitado em 1992, dívida em grande parte (90%) a ser quitada com o Banco do Brasil.

Os débitos não pagos foram contabilizados como partes beneficiárias componentes do patrimônio líquido e não como dívida, interpretação contrária a da CVM.

Durante a fase de ajustes, alguns pontos foram trabalhados:

- a dívida da Acesita junto ao Banco do Brasil, que necessitava ser saneada;
- havia débitos com quatro bancos, cujo garantidor era o Banco do Brasil; para que a Acesita pudesse ser privatizada os credores precisavam aceitar que os novos controladores oferecessem as garantias;
- dentre os ajustes prévios estipulados para a Acesita se encontrava a negociação da conversão das partes beneficiárias, que significam uma forma de financiamento tomado junto ao acionista controlador, no caso com o Banco do Brasil, onde o pagamento deveria ser feito com ações da empresa. Este empréstimo não foi pago; portanto, esta pendência foi resolvida por meio de uma proposta, onde o Banco do Brasil incorporou ao capital estas partes beneficiárias, ou seja, as ações para que isto não fosse repassado ao novo acionista. Com o processo de privatização, o Banco do Brasil pode vender suas ações da Acesita;
- outra questão negociada com o Banco do Brasil foi o alongamento do perfil da dívida da Acesita, por ser seu principal credor. Além disso, o Banco do Brasil foi o reestruturador da dívida externa, tendo a exclusividade na negociação do câmbio das exportações e a folha de pagamento da empresa, portanto, isto teve de ser revisto, pois o novo acionista poderia não querer trabalhar somente com este banco. O Banco do Brasil abriu mão de seus privilégios visando valorizar a empresa da qual ele é acionista, pois ele permanecerá com ações preferenciais, em torno de 12%, do total de preferências.

O Banco do Brasil decidiu no dia 26/8/92 em Assembleia Extraordinária converter US\$ 312 milhões de investimentos em ações ordinárias nominativas com direito a voto. O Banco do Brasil tinha uma participação de 90,91% na Acesita e voltaria a ser acionista majoritário depois da privatização, se esta

conversão não tivesse sido feita. Com esta operação, a base acionária da Acesita foi expandida para 248,58%. (O Globo, 26/8/92 - BB converterá 1,5 tri em ações da Acesita)

Para que permanecessem inalteradas as participações acionárias de pessoas físicas e fundos de pensão foi necessário um aporte de capital de US\$ 31 milhões. Em função disso:

(O Banco do Brasil financiou com prazo de até 45 meses e carência até janeiro de 1993, os acionistas interessados em participar do aumento do capital da Acesita mas que não tinham condições de pagar pelos papéis. A linha de crédito para os acionistas minoritários somou US\$ 31 milhões. (JB, 10/9/92).

De acordo com o artigo "BB financia a compra de ações da Acesita" (JB, 10/9/92), as ações deveriam ser subscritas até 25 de setembro de 1992; se houvesse sobras, as ações seriam rateadas entre os acionistas, que têm direito de comprar outras 2,48 ações ao preço unitário de CR\$ 1.651,08 (valor fixado em 28 de agosto de 1992 US\$ 0,33), sendo atualizado pela UFIR. "O financiamento terá piso mínimo de US\$ 1 mil, com TRD e juros de 12% ao ano."

Os recursos da ordem de CR\$ 212 bilhões ou US\$ 41,7 milhões viriam do Banco do Brasil ou do BNDES, em função do questionamento por parte dos acionistas minoritários no que se refere a uma possível diluição do capital. "As novas ações teriam que ser pagas com moeda corrente apesar de os compradores do controle acionário da Acesita poderem pagar as ações com as moedas podres inseridas na privatização".

Os investidores que compraram os direitos de subscrição, em bolsa, tiveram acesso à linha de financiamento criada pelo Banco do Brasil para os acionistas minoritários da companhia. Eles tiveram que pagar com recursos próprios 30% do valor total da operação ou então deixaram as ações caucionadas no Banco do Brasil até que todo financiamento seja quitado.

Os funcionários da companhia Aços Especiais Itabira (Acesita) começaram a fazer reservas de lotes de ações que seriam vendidas no leilão do dia 22 de outubro, o prazo estipulado foi de 8 de setembro até 5 de outubro.

"Esperava-se distribuir entre os 13.369 empregados e ex-empregados 1.564.173 lotes de cem ações. (...) cada empregado poderia comprar de 25 a 117 lotes, estipulado em US\$ 14,93 cada."

O esperado era que a totalidade dos lotes reservados para os funcionários fossem adquiridos pelo Clube de Investimento dos Empregados da Acesita (ASSOCIA), o que representava 10% do capital da empresa, sendo que eles podiam adquirir 12,4% do número de ações ordinárias da empresa.

Em assembleia realizada no dia 25 de agosto de 1992, os acionistas do Banco do Brasil aprovaram o preço mínimo de venda da Acesita (US\$ 352,7 milhões) e o aumento do capital realizado na empresa.

"Os acionistas concordaram que o Banco do Brasil utilize as partes beneficiárias (títulos que dão direito à participação nos lucros) para subscrever as ações originadas do aumento. Os acionistas minoritários acompanharam o ajuste feito, mantendo suas posições no capital da siderúrgica, para não serem diluídos." (J.P. , setembro de 1992)

Houve um leilão da sobra do direito de subscrição das ações colocadas à disposição dos acionistas minoritários.

O preço mínimo estipulado para a alienação das ações da Acesita foi questionado judicialmente. Assim como, a formação de um monopólio na produção de aços especiais.

As prefeituras de Timóteo, Ipatinga e João Monlevade entraram com ação popular na Justiça Federal em Belo Horizonte, em setembro de 1992, pedindo o cancelamento do processo de privatização da companhia Aços Especiais Itabira.

A forma de gestão da empresa foi discutida entre os novos acionistas e foi cogitada a entrada de um operador internacional com quem eles fariam um contrato de gestão, com metas acertadas. Outra opção seria contar com o corpo técnico da Acesita.

Em novembro de 1992 Wilson Brumer, então presidente da Vale do Rio Doce, pediu demissão e foi presidir a Acesita, por indicação da Previ. Pelo acordo fechado entre os acionistas, quanto ao tipo de gestão que seria adotada, decidiu-se pela autonomia do presidente para administrar.

Brumer, ao assumir, estabeleceu como objetivo a ser alcançado por sua gestão, de acordo com o artigo *Brumer espera tirar a Acesita do vermelho no próximo ano* (JB, 19/11/92), fazer com que a Acesita desse lucro apesar da dívida de curto prazo, US\$ 180 milhões.

Em assembleia de acionistas foi assinado um acordo e homologado o novo Conselho de Administração, composto pelo vice-presidente Wilson Brumer, um representante da Previ (sócio majoritário, Ronaldo Fidelis na presidência), um representante do Clube de Investimentos dos Empregados (Ciga), um da Sistel, um representante dos fundos acionistas e as instituições financeiras com indicaram Peter Rambaut que é conselheiro do Banco Safra.

Considerações Finais:

O Programa Nacional de Desestatização representou um dos principais passos dados por nosso país em direção de uma economia de livre mercado, dentro deste contexto vem provocando mudanças, assim como, discussões na sociedade brasileira, visto que interesses diversos disputam espaço neste novo cenário econômico-social.

Através do acompanhamento do desenvolvimento do programa nos últimos cinco anos, podemos apresentar fatos sobre a sua criação, como também tivemos condições de examinar os efeitos do mesmo nas empresas nele inseridas.

Apesar das contravérsias existentes sobre o tema privatização, no que tange à forma de se executar o processo, pode-se perceber que existe um consenso na sociedade quanto as vantagens da administração privada versus o Estado empresário.

O processo de privatização brasileiro não é perfeito, tem sido lento, contou com pouco envolvimento por parte do Poder Executivo para defendê-lo, enfrentou vários obstáculos criados pelos setores reacionários da sociedade, que por sua vez são por integrantes do Congresso Nacional, mas que ele era necessário e que a forma como tem sido conduzido parece ser adequada à realidade brasileira, não podemos refutar.

Por meio da avaliação dos resultados obtidos após a privatização pelo setor siderúrgico, podemos perceber claramente os benefícios propiciados pela visão empresarial instituída nas empresas privatizadas, tanto no que se refere aos resultados econômicos, relações com os Recursos Humanos e meio ambiente e com a sociedade, por meio do pagamento de impostos.

O sucesso obtido pelo Programa no setor siderúrgico servirá como exemplo para os setores que ainda não foram privatizados;; além disso, minimiza em muito as possíveis reações contrárias.

No período de 1991 a 1995 foram vendidas 41 empresas, através de 87 tipos de ofertas, o que resultou em US\$ 9.611 Bilhões, sendo que, deste total apenas US\$ 1.925 bilhões são moeda corrente.

A utilização de moedas podres e os preços estipulados para as empresas refletem a realidade dos países, ou seja, estão de acordo com o mercado, o que demonstra uma descapitalização por parte da iniciativa privada para comprar as empresas em moeda forte, já que ao mesmo tempo exigiam vultuosos investimentos para se manterem competitivas. Além disso, o capital externo não foi atraído por nosso processo de privatização, até o presente momento, em grande parte devido às características dos setores que foram privatizadas bem como, ao deságio aplicado aos títulos da dívida externa.

O atual governo retomou o processo de privatizações com a realização dos leilões de três petroquímicas, do banco Meridional, da Escelsa, da Light e do arrendamento de 6 malhas da RFFSA.

O programa foi ampliado com a inserção de empresas do setor elétrico, de concessões de serviços públicos, de instituições financeiras e da inicialização dos estudos para a venda da Cia. Vale do Rio Doce - CVRD.

A Comissão Diretora do PND foi extinta, sendo substituída pelo Conselho Nacional de Destatização formado pelo Ministros do Planejamento, Chefe da Casa Civil, da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado, do responsável pela área em privatização, da Indústria, Comércio e turismo e pelo Presidente do Banco Central no Caso de instituições financeiras.

A venda das oito empresas do setor siderúrgico foi concluída em 1994, o que resultou em US\$5,6 bilhões, como também foram transferidas para o setor privado dívidas no valor de US\$2,6 bilhões. Isto representou uma recuperação de 20% dos recursos líquidos investidos pela União nas siderúrgicas, US\$25,3 milhões.

As empresas siderúrgicas em sua maioria eram deficitárias, reverteram suas posições, passaram a pagar impostos e a distribuir dividendos para seus acionistas.

O setor siderúrgico, após a privatização, passou a ter grupos fortes e competitivos, o que propiciou maiores investimentos, redução de custos e otimização da base produtiva.

Os empregados passaram a ter participação nas companhias através da presença nos Conselhos de Administração, o que possibilitou uma maior integração com os objetivos das mesmas. Além disso, houve aumento médio de remuneração, redução no índice de acidentes e distribuição de participação nos lucros.

As ações das empresas siderúrgicas valorizaram, em média, 50% após a privatização.

O volume de investimentos projetados até 1997 ficou na ordem de US\$2,5 bilhões.

Com a finalização da privatização, também, do setor de fertilizantes e com o setor petroquímico em fase de finalização, o PND passou a realizar estudos para privatizar serviços públicos, tais como: o setor de eletricidade, transportes e de telecomunicações, todos carentes de investimentos e conseqüentemente de atualização tecnológica; mas, para que isto ocorresse, alguns obstáculos de ordem constitucional tiveram que ser enfrentados.

Um dos objetivos propostos para o PND, precisa ser melhor trabalhado, pois a população em geral tem participado pouco do processo de desestatização; ou seja, a democratização do capital das empresas só ocorrerá na medida em que um maior número de pequenos investidores encontrar melhores condições para participar do programa. Além disso, as moedas chamadas sociais, FGTS e passivos da Previdência Social, ao serem utilizadas na privatização, viabilizam a redução de dívidas do governo.

Em pesquisas de opinião realizadas pelo Vox Populi e IBOPE foi dectado que a população deseja que a privatização ocorra de forma mais rápida, além disso, indicam que os

entrevistados estão mais preocupados com o desenvolvimento do país e a estabilização econômica, do que em definir se o agente de transformação deve ser o Estado ou a iniciativa privada.

Ao concluirmos esta dissertação de mestrado, esperamos também, que esteja sendo concluído um longo período de crise na economia brasileira e que o processo de privatização seja uma alavancagem para que o Brasil se firme, enquanto uma nação moderna, no cenário competitivo da economia internacional.

Esperamos que este processo continue e que reduza o aparato estatal, de forma a tornar o Estado ágil para lidar com as necessidades da sociedade. A conclusão do Programa Nacional de Desestatização é importante para que nossa economia se torne mais dinâmica. Assim como, represente mais um sustentáculo do processo de democratização, na medida em que pode beneficiar com seu sucesso um maior número de brasileiros.

Por fim, esperamos que esta dissertação possa servir de referência para que outros trabalhos surjam sobre este tema, visando propiciar a transparência que o processo se propõe.

ANEXO I

Programa Nacional de Desestatização
LEGISLAÇÃO BÁSICA
1990

APRESENTAÇÃO

Legislação Básica - 1990

Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990

Decreto de 19 de julho de 1990

Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990

Decreto nº 99.464, de 16 de agosto de 1990

Apêndice

Exposição de Motivos nº 45, em 15 de março de 1990

Medida Provisória nº 155, de 15 de março de 1990

Mensagem nº 364, de 12 de abril de 1990

Legislação Básica- 1990

Lei nº 8.031, de 12 de abril

de 1990

Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- É instituído o Programa Nacional de Desestatização, com os seguintes objetivos fundamentais:

I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV- contribuir para a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia:

V- permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o Programa.

Art. 2º - Poderão ser privatizadas, nos termos desta Lei, as empresas:

I - controladas, direta ou indiretamente, pela União e instituídas por lei ou ato do Poder Executivo; ou

II - criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle, direto ou indireto, da União.

§ 1º- Considera-se privatização a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade.

§ 2º- Aplicam-se os dispositivos desta Lei, no que couber, à alienação das participações minoritárias diretas e indiretas da União, no capital social de quaisquer outras empresas.

§ 3º- Não se aplicam os dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de acordo com os arts. 21, 159, inciso I, alínea "c" e 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A., e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do art. 192 da Constituição Federal.

§ 4º- (VETADO).

Art. 3º - As transferências de ações de propriedade da União, representativas do capital social da Petróleo Brasileiro S.A.- PETROBRÁS, continuarão a reger-se pelo disposto nos arts. 11 e 18 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Art. 4º - OS Projetos de privatização serão executados mediante as seguintes formas operacionais:

I - alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, preferencialmente mediante a pulverização de ações junto ao público, empregados, acionistas, fornecedores e consumidores;

II - abertura de capital;

III - aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição;

IV- transformação, incorporação, fusão ou cisão;

V- alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações;
ou

VI - dissolução de empresas ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de seus ativos.

Art. 5º- O Programa Nacional de Desestatização terá uma Comissão Diretora, diretamente subordinada ao Presidente da República, cujos membros, titulares e suplentes, serão por ele nomeados, depois de aprovada a sua indicação pelo Congresso Nacional.

§ 1º- (VETADO).

§ 2º- O Presidente da Comissão Diretora terá voto de qualidade.

§ 3º- Participarão das reuniões da Comissão Diretora, sem direito a voto, quaisquer outras pessoas cuja presença, a critério de seus membros, seja considerada necessária para a apreciação dos processos

§ 4º- (VETADO).

Art. 6º- Compete à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização:

I - propor ao Presidente da República a inclusão de empresas no Programa Nacional de Desestatização;

II - propor ao Presidente da República a instituição pública a ser designada gestora do Fundo Nacional de Desestatização;

III - submeter, anualmente, ao Presidente da República o cronograma de execução do Programa Nacional de Desestatização;

IV- divulgar o cronograma de execução do Programa Nacional de Desestatização;

V - coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução do Programa Nacional de Desestatização;

VI - aprovar ajustes de natureza operacional, contábil ou jurídica, bem como o saneamento financeiro de empresas, que sejam necessários à implantação dos processos de alienação;

VII - aprovar as condições gerais de venda das ações representativas do controle acionário, das participações minoritárias e de outros bens e direitos, aí se incluindo o preço mínimo dos bens ou valores mobiliários a serem alienados;

VIII - aprovar a destinação dos recursos provenientes das alienações, previstas no art. 15;

IX - aprovar as formas de pagamentos das alienações, previstas no art. 16;

X- deliberar sobre o disposto no inciso X do art. 13;

XI - fiscalizar a estrita observância dos princípios e regras consagrados nesta Lei e assegurar a rigorosa transparência dos processos de alienação, nos termos do art. 11;

XII - apreciar as prestações de contas de instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização relativas a cada processo;

XIII - sugerir a criação de ações de classe especial e as matérias que elas disciplinarão, nas condições fixadas nos §§ 1º e 2º deste artigo;

XIV- expedir normas e resoluções necessárias ao exercício de sua competência;

XV - publicar relatório anual detalhado de suas atividades e resultados, contendo, necessariamente, as seguintes informações:

a) relação das empresas a serem privatizadas e das já privatizadas;

b) justificativa da privatização, indicando o percentual do capital com direito a voto em geral, alienado ou a ser alienado;

c) data e ato que determinou a constituição de empresa originalmente estatal ou data, ato e motivos de sua estatização;

d) passivo da empresa, seu desdobramento no tempo, indicando os responsáveis pelo passivo após a privatização;

e) situação econômico-financeira de cada empresa, resultados operacionais dos últimos três exercícios, endividamento interno e externo, pagamentos de dividendos ao Tesouro Nacional e recebimento de recursos do Governo Federal e patrimônio líquido;

f) indicação da utilização dos recursos obtidos ou a obter com a privatização;

g) informação sobre a existência de controle de preços sobre produtos e serviços da empresa e sua variação nos últimos exercícios, comparados com os índices de inflação;

- h) descrição do volume de investimentos feitos pelo Governo Federal ou suas entidades na empresa e retorno financeiro da privatização;
 - i) número de empregados e perspectiva de manutenção do número de empregados após a privatização;
 - j) resumo do estudo econômico e avaliação da empresa: preço total e valor da ação;
 - e
 - l) especificação da forma operacional da privatização e sua justificação, com explicação da exclusão da pulverização de ações, quando for o caso,
- § 1º- (VETADO),

§ 2º- A ação de classe especial somente poderá ser subscrita pela União.

Art. 7º- A privatização de empresas que prestam serviços públicos, efetivada mediante uma das modalidades previstas no art., 4º, pressupõe a delegação, pelo Poder Público, da concessão ou permissão do serviço objeto da exploração, observada a legislação específica.

Parágrafo Único- Na hipótese prevista neste artigo, fica estipulado o prazo de sessenta dias, contados do ato que determinar a privatização da empresa, para a elaboração, pelo poder concedente, das condições e regulamentos específicos, que deverão ser observados pelo concessionário ou permissionário,

Art. 8º- Sempre que houver razões que o justifiquem, a União deterá, direta ou indiretamente, ações de classe especial do capital social de empresas privatizadas, que lhe confirmam poder de veto em determinadas matérias, as quais deverão ser caracterizadas nos estatutos sociais das empresas, de acordo com o estabelecido no art. 6º, inciso XIII e §§ 1º e 2º desta Lei.

Art. 9º- Para a execução do Programa Nacional de Desestatização, fica criado o Fundo Nacional de Desestatização, de natureza contábil, constituído mediante a vinculação a este, a título de depósito da totalidade das ações ou quotas emitidas

pelas empresas, que sejam de propriedade, direta ou indiretamente, da União, e cujas alienações vierem a ser aprovadas.

§ 1º - Serão emitidos Recibos de Depósito de Ações - RDA, intransferíveis e inegociáveis, a qualquer título, em favor dos depositantes das ações junto ao Fundo Nacional de Desestatização.

§ 2º- Os Recibos de Depósitos de Ações - RDA, de cada depositante, serão automaticamente cancelados, para todos os efeitos, quando do recebimento dos valores apurados na venda das ações, com as quais depositante tenha concorrido para a constituição da carteira do Fundo Nacional de Desestatização.

§3º- Os titulares das ações que vierem a ser vinculadas ao Fundo Nacional de Desestatização manterão as ações escrituradas em seus registros contábeis, sem alteração de critério, até que se encerre o processo de alienação desses títulos.

Art. 10 - A União e as entidades da Administração Indireta, titulares das participações acionárias das empresas que vierem a ser incluídas no Programa Nacional de Desestatização, deverão, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação, no "Diário Oficial" da União, da decisão que determinar a inclusão da empresa no referido Programa, depositar as suas ações no Fundo Nacional de Desestatização.

Parágrafo Único - Os administradores das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, bem como os de seus acionistas controladores, serão pessoalmente responsáveis, na forma da lei, pelo depósito das ações no Fundo Nacional de Desestatização.

Art. 11 - Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a privatização, assim como da situação econômica, financeira e operacional de cada empresa incluída no Programa Nacional de Desestatização, será dada ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de Edital, no "Diário Oficial" da União, e em jornais de notória circulação nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) justificativa da privatização, indicando o percentual do capital social da empresa a ser alienado;
- b) data e ato que determinou a constituição da empresa originariamente estatal ou, se estatizada, data, ato e motivos que determinaram sua estatização;
- c) passivo das empresas, a curto, médio e longo prazos, indicando os responsáveis pelo mesmo após a privatização;
- d) situação econômico-financeira da empresa, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional ou recebimento de recursos providos pelo Governo Federal, nos últimos exercícios;
- e) indicação da utilização dos recursos oriundos da privatização;
- f) informações sobre a existência ou não de controle de preços sob produtos ou serviços da empresa a privatizar e qual a variação dos mesmos nos últimos exercícios e respectiva comparação com os índices de inflação;
- g) descrição do volume de recursos investidos pelo Estado, no caso de empresas privadas estatizadas, e de como serão recuperados esses recursos após a privatização;
- h) sumário dos estudos de avaliação da empresa, elaborados de acordo com o disposto no art. 13, incisos III e IV, desta Lei;
- i) critério de fixação do preço total de alienação da empresa e o valor de cada ação, com base nos laudos de avaliação;
- j) (VETADO);
- l) a indicação, se for o caso, de que será criada ação de classe especial, e os poderes nela compreendidos.

Art. 12 - (VETADO).

Art. 13 - Os processos de desestatização observarão, além das normas fixadas nos artigos anteriores, os seguintes preceitos:

- I - serão precedidos de editais com ampla divulgação em dois órgãos, no mínimo, de grande circulação, depois de publicados na Imprensa Oficial, expondo as

condições do processo e da situação econômica e financeira da empresa incluída no Programa Nacional de Desestatização;

II- (VETADO).

III- (VETADO).

IV- alienação de ações de empresas a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não poderá exceder a 40% (quarenta por cento) do capital votante, salvo autorização legislativa; que determine percentual superior;

V- (VETADO).

VI - a liquidação da empresa, submetida ao Programa Nacional de Desestatização, obedecerá à Lei nº 6 404, de 15 de dezembro de 1976, e ao Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986.

Art. 14 - (VETADO).

Art. 15- O titular dos recursos oriundos da venda de ações ou de bens deverá utilizá-los na quitação de suas dívidas junto ao setor público.

Parágrafo Único- Observados os privilégios legais, terão preferência, para efeito de pagamento, as dívidas, vencidas ou vincendas, garantidas pelo Tesouro Nacional, e aquelas cujo credor seja a União, direta ou indiretamente.

Art. 16 - Para o pagamento das alienações previstas no Programa Nacional de Desestatização, poderão ser adotadas as seguintes formas operacionais:

I - as instituições financeiras privadas, credoras das empresas depositantes de ações junto ao Fundo Nacional de Desestatização, poderão financiar a venda das ações ou dos bens das empresas submetidas à privatização, mediante a utilização, no todo ou em parte, daqueles créditos;

II - os detentores de títulos da dívida interna vencidos, emitidos pelo alienante das ações ou dos bens e que contenham cláusula de coobrigação de pagamento por parte do Tesouro Nacional, poderão utiliza-los como forma de quitação de aquisição, caso sejam adquirentes das referidas ações ou bens;

III - mediante transferência de titularidade dos depósitos e outros valores retidos junto ao Banco Central do Brasil, em decorrência do Plano de Estabilização Econômica.

Parágrafo único - A utilização das formas operacionais mencionadas neste artigo será aprovada com base nos procedimentos previstos nos arts. 5º e 21 desta Lei.

Art. 17- As empresas que vierem a integrar o Fundo Nacional de Desestatização terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização.

Art. 18 - Na efetivação das formas operacionais previstas no art. 4º, o preço mínimo de venda, aprovado pela Comissão Diretora, será submetido à deliberação das Assembléias Gerais das respectivas empresas.

Art 19 - O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento prestará o apoio necessário ao funcionamento da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.

Art. 20 - O Fundo Nacional de Desestatização será administrado por uma instituição do setor público designada Gestor do Fundo, na forma do inciso II do art. 6º desta Lei.

Art. 21 - Competirá ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização:

I - fornecer apoio administrativo e operacional, especialmente serviços de secretaria que vierem a ser solicitados pela Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização;

II - fornecer as informações que vierem a ser solicitadas pela Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização;

III - divulgar amplamente todos os processos de alienação, bem como prestar todas as informações que vierem a ser solicitadas pelos poderes competentes;

IV- promover licitações para a contratação de empresas de consultoria econômica, avaliação de bens e de auditoria necessárias aos processos de alienação previstos nesta Lei;

V- submeter à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização as condições gerais de venda de ações representativas do controle acionário, de

participações minoritárias e de outros bens e direitos, aí incluindo-se o preço mínimo dos bens ou valores mobiliários a serem alienados;

VI- recomendar à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização a destinação dos recursos provenientes das alienações, nos termos previstos no art. 15 desta Lei;

VII - recomendar à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização a forma de pagamento das alienações, nos termos previstos no art. 16 desta Lei;

VIII - promover ampla articulação com o sistema de distribuição de valores mobiliários e as Bolsas de Valores objetivando estimular a dispersão do capital das empresas integrantes do Programa Nacional de Desestatização;

IX - determinar quais as informações necessárias à instrução de cada processo de alienação, além dos já definidos nesta Lei;

X- recomendar à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização os ajustes de natureza operacional, contábil ou jurídica, bem como o saneamento financeiro de empresas, que sejam necessários à implantação dos processos de alienação;

XI - recomendar à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização outras formas de alienação, nos termos do inciso X do art. 13 desta Lei;

XII - selecionar e cadastrar empresas de reconhecida reputação e tradicional atuação na negociação de capital, transferência de controle acionário e venda de ativos, para os fins previstos no inciso II do art. 13 desta Lei;

XIII - preparar a documentação de cada processo de alienação, para apreciação pelo Tribunal de Contas da União,

XIV- submeter à Comissão Diretora do Fundo Nacional de Desestatização as prestações de contas relativas a cada processo de desestatização;

XV- recomendar a Comissão Diretora a criação de ações de classe especial e as matérias que elas disciplinarão sempre respeitando o previsto no art. 6º, inciso XIII e seus parágrafos desta Lei;

XVI - recomendar à Comissão Diretora as condições de participação, na compra de ações, dos empregados vinculados às empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, nos termos previstos no art. 14 desta Lei.

Art. 22 - Os acionistas controladores e os administradores das empresas integrantes do Programa Nacional de Desestatização adotarão, nos prazos estabelecidos, as providências que vierem a ser determinadas em resoluções expedidas pela Comissão Diretora, necessárias à implantação dos processos de alienação.

Art. 23- Serão responsabilizados pessoalmente, na forma da lei, por eventuais ações ou omissões que impeçam ou prejudiquem o curso dos processos de alienação previstos nesta Lei:

I- os administradores das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização e os das instituições detentoras das ações dessas empresas;

II - os administradores da instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização;

III - os membros da Comissão Diretora do Fundo Nacional de Desestatização;

IV- os servidores da Administração Federal Direta, de que dependa o curso dos processos de alienação.

Parágrafo único- Será de responsabilidade exclusiva dos administradores das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização o fornecimento, em tempo hábil, das informações sobre as respectivas empresas, necessárias à instrução dos processos de alienação.

Art. 24 - Ao gestor do Fundo Nacional de Desestatização caberá uma remuneração de 0,2% (dois décimos por cento) do valor líquido apurado nas alienações para cobertura de seus custos operacionais, bem como o ressarcimento dos gastos efetuados com terceiros, corrigidos monetariamente, necessários à implantação dos processos de alienação previstos nesta Lei,

Art. 25- O Fundo Nacional de desestatização será auditado por auditores externos independentes registrados na Comissão de valores Mobiliários a serem contratados mediante licitação pública pelo gestor do Fundo Nacional de Desestatização.

Art. 26- Ficam extintos o Conselho Federal de Desestatização e respectiva Secretaria Executiva.

Art. 27 - Será nula de pleno direito a venda, a subscrição ou a transferência de ações que importe a infringência desta Lei.

Art. 28- O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 29 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação,

Art 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República .

FERNANDO COLLOR

Bernardo Cabral

Zélia M. Cardoso de Mello

Decreto de 19 de julho de 1990

O Presidente da República, de acordo com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, resolve

NOMEAR

para compor a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização os seguintes membros:

Na qualidade de titulares:

- Eduardo Marco Modiano - Presidente;
- João da Silva Maia - substituto do Presidente em suas ausências ou impedimentos eventuais;
- Paulo César Ximenes Alves Ferreira;
- Sérgio Cutolo dos Santos;
- Carlos Eduardo Bulhões Pedreira;
- Nelson Laks Eizirik;
- Ernesto Rubens Gelbcke;
- Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo;
- Geraldo Hess;
- Bernardo Goldfarb; e
- Mário de Salles Oliveira Malta Júnior.

Na qualidade de suplentes:

- José Pio Borges de Castro Filho, suplente de Eduardo Marco Modiano;
- José Francisco de Lima Gonçalves, suplente de João da Silva Maia;
- Luiz André Rico Vicente, suplente de Paulo César Ximenes Alves Ferreira;
- Marcelo Affonso Monteiro, suplente de Sérgio Cutolo dos Santos;
- Ana Lúcia Marinho Cambruzzi, suplente de Carlos Eduardo Bulhões Pedreira;
- Norma Jonssen Parente, suplente de Nelson Laks Eizirik;
- Valter Gonçalves, suplente de Ernesto Rubens Gelbcke;
- Júlio Sérgio Gomes de Almeida, suplente de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo;

- Michael Lenn Ceitlin, suplente de Geraldo Hess;
- Carlos Henrique Leal de Moraes, suplente de Bernardo Goldfarb; e
- Ricardo do Valle Dellape, suplente de Mário de Salles Oliveira Malta Júnior.

Brasília, 19 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR

Eduardo de Freitas Teixeira

Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990

*Regulamenta a Lei nº 8.031, de
12 de abril de 1990, que cria o
Programa Nacional de
Desestatização e dá outras
providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 28 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

SEÇÃO I

Dos Objetivos do Programa

Art 1º - O programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, tem por objetivos fundamentais:

- I- reordenar a posição estratégica do Estado na economia nacional, mediante a transferência, à iniciativa privada, de atividades econômicas indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III - permitir a retomada de investimentos nas atividades econômicas das sociedades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV- contribuir para a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia nacional;

V- permitir que a Administração Pública Federal concentre seus esforços e recursos nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; e

VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, mediante o aumento de ofertas públicas de valores mobiliários e a democratização da propriedade do capital social das sociedades que integrarem o Programa Nacional de Desestatização,

SEÇÃO II

Das Sociedades Sujeitas a Privatização

Art. 2º- Poderão ser privatizadas sociedades:

I - controladas, direta ou indiretamente, pela União, instituídas por lei ou em decorrência de autorização legislativa;

II - organizadas por entidades controladas direta ou indiretamente pela União; ou

III - criadas pelo setor privado que, por qualquer motivo, tenham passado ao controle, direto ou indireto, da União

Parágrafo único- As sociedades que vierem a ser incluídas no Programa Nacional de Desestatização terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização.

SEÇÃO III

Das Sociedades Excluídas do Programa

Art. 3º- Ficam excluídas do Programa Nacional de Desestatização:

I - as empresas públicas e as sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de acordo com os arts. 21,159, inciso I, alínea "c", e 177, da Constituição; e

II - o Banco do Brasil S/A, e o órgão oficial ressegurador referido no art. 192, inciso II, da Constituição.

Parágrafo único- As transferências de ações de propriedade da União representativas do capital social da Petróleo Brasileiro S.A.- PETROBRÁS continuarão a reger-se pelo disposto nos arts, 11 e 18 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

SEÇÃO IV

Dos Direitos e Bens Objeto de Privatização

Art. 4º- Poderão ser objeto de privatização:

I - participações societárias, representadas por ações ou quotas do capital social de sociedades, que assegurem à União, diretamente ou através de sociedades controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores das sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização;

II - participações societárias minoritárias detidas, direta ou indiretamente, pela União no capital social de quaisquer sociedades;

III - bens e instalações de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela União; e

IV- elementos do ativo patrimonial de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela União que, por decisão da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, venham a ser dissolvidas ou parcialmente desativadas.

SEÇÃO V

Dos Projetos de Privatização

Art. 5º- O Programa Nacional de Desestatização será implementado mediante projetos de privatização que poderão compreender as seguintes modalidades operacionais:

I - alienação de participação acionária, inclusive do bloco de controle acionário, que será efetivada, preferencialmente, de modo a propiciar pulverização das ações

representativas da participação societária junto ao público, aos acionistas, aos empregados, aos fornecedores e aos consumidores da sociedade;

II- abertura do capital social da sociedade;

III - aumento do capital social da sociedade, com renúncia ou cessão, total ou parcial, dos direitos de subscrição por parte da União ou da respectiva controladora;

IV- transformação, incorporação, fusão ou cisão da sociedade;

V- alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações da sociedade; e

VI - dissolução da sociedade ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de elementos do ativo patrimonial.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO DIRETORA DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

SEÇÃO I

Da Composição da Comissão Diretora e da

Nomeação de seus Membros

Art. 6º- O Programa Nacional de Desestatização terá uma Comissão Diretora, órgão de deliberação colegiada, diretamente subordinada ao Presidente da República, composta de oito a doze membros efetivos e igual número de suplentes

§ 1º - Os membros da Comissão Diretora e respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, após a aprovação de sua indicação pelo Congresso Nacional.

§ 2º- O Presidente da República designará, dentre os membros efetivos, o Presidente da Comissão Diretora e o respectivo substituto.

§ 3º- Na composição da Comissão Diretora serão observadas as seguintes regras:

a) três dos cargos de membro efetivo, e respectivo número de suplentes, serão exercidos pelos representantes dos Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento, da Infra-Estrutura e do Trabalho e da Previdência Social; e

b) de cinco a nove cargos de membro efetivo, e respectivo número de suplentes, serão exercidos por pessoas de notório saber em direito econômico, em direito comercial, em mercado de capitais, em economia, em finanças ou em administração de empresas.

§ 4º- Os membros da Comissão Diretora tomarão posse mediante assinatura de termo lavrado no livro de atas de reuniões.

§ 5º- Os membros efetivos da Comissão Diretora, e respectivos suplentes, não farão jus a remuneração pelo exercício do cargo.

SEÇÃO II

Das Proibições

Art. 7º- É vedado aos membros efetivos e respectivos suplentes, aos servidores que participem dos trabalhos da Comissão Diretora, seus cônjuges e parentes até segundo grau, bem assim aos funcionários da instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização, diretamente ou por intermédio de sociedade sob seu controle:

I - participar das licitações promovidas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização; e

II - adquirir, a qualquer título ou forma, participações societárias ou elementos do ativo patrimonial de sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização,

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às modalidades operacionais de privatização mediante alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização,

SEÇÃO II

Das Reuniões da Comissão Diretora

Art. 8º - A Comissão Diretora reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que convocada:

I - pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de, pelo menos, três de seus membros; ou

II - pelos membros que a tenham requerido, se o Presidente, dentro de seis dias do recebimento do pedido, não expedir os avisos de convocação.

§1º - Os avisos de convocação indicarão a ordem do dia e deverão ser entregues aos membros da Comissão Diretora com, pelo menos, cinco dias de antecedência da data designada para reunião.

§2º - Independentemente do prazo previsto no parágrafo anterior, será considerada regular a reunião que contar com a presença da totalidade dos membros da Comissão Diretora.

§3º - A reunião da Comissão Diretora poderá instalar-se com a presença da maioria de seus membros, que, em suas ausências ou impedimentos, serão substituídos pelos respectivos suplentes.

§4º - As deliberações da Comissão Diretora serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, não computadas as abstenções, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade.

§5º - Das reuniões da Comissão Diretora serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os presentes, cujo extrato será publicado no "Diário Oficial" da União, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

§6º - Poderão participar das reuniões da Comissão Diretora, sem direito a voto, mediante convite do Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de pelo menos dois de seus membros:

- a) o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; e
- b) qualquer outra pessoa cuja presença seja considerada útil ou necessária para apreciação de processo ou julgada do interesse da Comissão Diretora.

SEÇÃO IV

Da Competência da Comissão Diretora

Art.9º - Compete à Comissão Diretora:

I - propor ao Presidente da República:

a) a inclusão de sociedade no Programa Nacional de Desestatização; e

b) a instituição pública a ser designada gestora do Fundo Nacional de desestatização;

II - submeter, anualmente, ao Presidente da República, o cronograma de execução do Programa Nacional de Desestatização;

III - divulgar o cronograma de execução do Programa Nacional de Desestatização e suas eventuais alterações;

IV - coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução do Programa Nacional de Desestatização;

V - aprovar os projetos de privatização;

VI - estabelecer as providências necessárias à implantação do processo de privatização e os prazos em que devam ser adotados pelos acionistas controladores e pelos administradores da sociedade;

VII - definir, para cada projeto de privatização, as modalidades operacionais de que trata o art.5º;

VIII - aprovar ajuste de natureza operacional, contábil ou jurídica, bem como o projeto de saneamento financeiro de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização, necessários à implantação e execução do respectivo projeto de privatização;

IX - aprovar as condições gerais de alienação de ações de bloco de controle acionário, de participações societárias minoritárias e de outros bens e direitos da sociedade, inclusive o preço mínimo de alienação dos bens, direitos e valores mobiliários;

X - aprovar as formas de pagamento do preço dos bens, direitos ou valores mobiliários objeto de alienação, de acordo com as diretrizes e a política econômica

do Governo Federal, estabelecidas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;

XI - aprovar a destinação dos recursos provenientes das alienações efetuadas na execução do Programa Nacional de Desestatização, exceto quando se tratar de receita da União;

XII - deliberar sobre a dissolução e liquidação de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização, ou a desativação parcial de seus empreendimentos, bem como sobre as condições de alienação de elementos do ativo patrimonial e de pagamento das obrigações da sociedade;

XIII - deliberar sobre as condições de alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização;

XIV - aprovar as condições de incorporação, fusão ou cisão de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização;

XV - aprovar a transformação de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização;

XVI - fiscalizar a estrita observância da Lei nº 8.031, de 1990, deste Decreto e das normas reguladoras do Programa Nacional de Desestatização, bem assim assegurar rigorosa transparência de cada projeto de privatização, inclusive das alienações nele previstas;

XVII - apreciar a prestação de contas da instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização, relativa a cada projeto de privatização;

XVIII - sugerir a criação de ações de classe especial e as matérias que elas disciplinarão;

XIX - expedir normas e resoluções necessárias ao exercício da sua competência;

XX - verificar o cumprimento das condições das licitações dos bens definidos no art. 4º, inclusive quanto à celebração de acordo de acionistas que constitua pressuposto de projeto de privatização de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização;

XXI - submeter ao Presidente da República, quando necessário, relatório especial contendo informações sobre as metas e os resultados alcançados na implantação e implementação do Programa Nacional de Desestatização;

XXII - fazer publicar relatório anual detalhado de suas atividades e resultados, contendo, necessariamente, as seguintes informações e elementos:

- a) relação das sociedades a serem privatizadas e das que tenham sido privatizadas;
- b) justificativa de cada privatização, com indicação, quando for o caso, do percentual do capital social com direito a voto em geral, alienado ou a ser alienado;
- c) data e ato que tenham determinado a constituição de sociedade estatal ou data, ato e motivos de sua estatização;
- d) o montante do passivo da sociedade e seu desdobramento no tempo, com indicação dos responsáveis pelo passivo após a privatização da sociedade;
- e) situação econômico-financeira de cada sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização e os resultados operacionais dos últimos três exercícios, com indicação do endividamento interno e externo, dos pagamentos de dividendos ao Tesouro Nacional, de recebimento de recursos da União e do patrimônio líquido da sociedade;
- f) indicação da utilização dos recursos obtidos ou a obter com a privatização;
- g) existência de controle de preços sobre produtos e serviços da sociedade e sua variação nos últimos três exercícios, comparados com os índices de inflação;
- h) descrição do volume de investimentos feitos pela União ou suas entidades no sociedade e o retorno financeiro da sua privatização;
- i) número de empregados da sociedade e perspectiva dos que serão mantidos após sua privatização;
- j) resumo do estudo econômico e da avaliação da sociedade, com indicação do preço total e do valor da ação;
- l) especificação da forma operacional da privatização e sua justificação, com explicação da exclusão do princípio de pulverização de ações, quando for o caso; e
- m) outros dados julgados de interesse público pela Comissão Diretora;

XXIII - deliberar sobre os casos omissos, observados os princípios e preceitos da Lei nº 8.031, de 1990, e deste Decreto.

§1º - No uso das suas atribuições, a Comissão Diretora observará os atos normativos de competência do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

§2º - A Comissão Diretora manterá entendimentos com a Comissão de Valores Mobiliários visando à implantação de procedimento que propicie ampla articulação do sistema de distribuição de valores mobiliários e das bolsas de valores para estimular a dispersão do capital de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização.

SEÇÃO V

Da Competência do Presidente da Comissão Diretora

Art. 10 - Compete ao Presidente da Comissão Diretora;

I - dirigir e coordenar as atividades da Comissão;

II - presidir as reuniões da Comissão;

III - expedir e fazer publicar, no "Diário Oficial" da União, as normas e resoluções aprovadas pela Comissão;

IV- representar a Comissão perante o Presidente da República, autoridades públicas federais, órgãos da Administração Pública Federal, representantes da sociedade civil e sócios minoritários e administradores de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização;

V- submeter à apreciação e aprovação da Comissão:

a) minuta dos relatórios anuais e especiais sobre as atividades do Programa Nacional de Desestatização;

b) minuta de anteprojetos de leis e de decretos sobre matérias de interesse do Programa Nacional de Desestatização, a serem submetidos ao Presidente da República, quando não oriundos da própria Comissão;

c) relatório de acompanhamento e execução do Programa Nacional de Desestatização; e

VI - encaminhar à Presidência da República os relatórios, anteprojetos e projetos a que se referem, respectivamente, as alíneas "a" e "b" do inciso anterior.

SEÇÃO VI

Do Conflito de Interesses

Art. 11- É vedado a membro da Comissão Diretora intervir em qualquer ato ou matéria de processo de privatização em que tiver interesse conflitante com o do Programa Nacional de Desestatização, bem como participar da deliberação que a respeito tomarem os demais membros da Comissão, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer constar, em ata de reunião, a natureza e extensão do conflito de interesse,

Parágrafo único- A Comissão Diretora poderá baixar normas para a execução do disposto neste artigo.

SEÇÃO VII

Do Uso de Informação Privilegiada

Art. 12- É vedado a membro da Comissão Diretora valer-se de Informação sobre processo de privatização, à qual tenha acesso privilegiado em razão do exercício de seu cargo, relativa a fato ou ato relevante não divulgado ao mercado.

Parágrafo único- Os membros da Comissão Diretora guardarão sigilo sobre as informações relativas a ato ou fato referente aos processos de privatização, até sua divulgação ao público, e não se utilizarão de informações às quais tenham acesso em razão do exercício do cargo, de modo a obter, para si ou para outrem, vantagem de qualquer natureza,

SEÇÃO VIII

Da Responsabilidade dos Membros da Comissão Diretora

Art. 13 - Os membros da Comissão Diretora serão responsabilizados, na forma da lei, por eventuais ações ou omissões no exercício do cargo, inclusive as que impeçam ou prejudiquem o curso de processo de privatização

SEÇÃO IX

Do Apoio à Comissão Diretora

Art. 14- O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento dará o apoio necessário ao funcionamento da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.

CAPÍTULO III

DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

SEÇÃO I

Da Natureza e Constituição do Fundo

Art. 15 - O Fundo Nacional de Desestatização, criado pelo art, 9º da Lei nº 8 031, de 1990, tem natureza contábil e será constituído pela vinculação, a título de depósito, da totalidade das participações societárias em sociedades privatizáveis, de propriedade direta ou indireta da União, cuja alienação venha a ser aprovada pela Comissão Diretora.

SEÇÃO II

Do Depósito de Ações e da Emissão do Recibo

Art. 16- Serão depositadas junto à instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização, no prazo de cinco dias contados da data da publicação do decreto que determinar a inclusão da sociedade no Programa Nacional de Desestatização,

as ações do respectivo capital social, de propriedade da União ou de entidade por ela controlada direta ou indiretamente.

§1º- Contra o depósito das ações, a instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização emitirá, em nome do depositante, Recibo de Depósito de Ações-RDA, que:

- a) será intransferível e inegociável, a qualquer título, pelo depositante;
- b) identificará os certificados, ou títulos múltiplos das ações objeto do depósito, bem como a espécie e a quantidade das ações; e
- c) indicará o capital social realizado da sociedade e o percentual correspondente das ações objeto do depósito

§ 2º- Juntamente com o depósito das ações, o depositante outorgará mandato à instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização com poderes para aliená-las nas condições aprovadas pela Comissão Diretora.

§ 3º- O RDA emitido a favor do depositante será cancelado automaticamente pela instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização, para todos os efeitos legais e de direito, quando do recebimento do preço de alienação das ações objeto do depósito.

§ 4º- Na hipótese de ser tornada insubsistente a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização, da sociedade cujas ações do capital social tenham sido objeto de depósito, além do cancelamento do RDA, ficará de pleno direito revogado o mandato referido no § 2º.

§ 5º- Os titulares de ações depositadas deverão mantê-las escrituradas em seus registros contábeis sem alteração de critério, até que seja encerrado o processo de privatização da sociedade nos termos dos §§ 3º e 4º.

§ 6º- A Comissão Diretora poderá expedir normas complementares ao disposto neste artigo, visando à fiel execução dos projetos de privatização e à conservação dos direitos e interesses dos depositantes de ações junto ao Fundo Nacional de Desestatização.

SEÇÃO III

Das Quotas de Sociedade Limitada

Art 17 - No caso de sociedade limitada, o titular das quotas outorgará mandato à instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização, com poderes para aliená-las nas condições aprovadas pela Comissão Diretora, bem assim para assinar os atos de alteração do contrato social.

§1º-Na hipótese de que trata este artigo, a instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização fornecerá ao titular das quotas recibo do mandato, que conterá:

- a) a denominação e o capital social realizado da sociedade;
- b) o percentual da participação societária do titular das quotas, em relação ao capital social realizado da sociedade; e
- c) outros elementos determinados pela Comissão Diretora.

§ 2º- O mandato referido neste artigo não poderá ser exercido pela instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização em desacordo com as condições de alienação das quotas aprovadas pela Comissão Diretora, no caso de transformação da sociedade por quotas em companhia ou se for declarada insubsistente a inclusão da sociedade no Programa Nacional de Desestatização.

SEÇÃO IV

Da Alienação de Elementos do Ativo Patrimonial

Art, 18 - No caso de o processo de privatização abranger apenas a alienação de elementos do ativo patrimonial de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização, caberá à Comissão Diretora estabelecer a forma de procedimento e definir os atos que devam ser praticados pelos respectivos administradores.

SEÇÃO V

Das Outras Formas de Privatização

Art. 19- O disposto no artigo anterior aplica-se às hipóteses de:

I - alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização; e

II - dissolução de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de bens do seu ativo patrimonial.

SEÇÃO VI

Da Responsabilidade do Administrador e do Sócio Controlador

Art. 20 - Os administradores e os sócios controladores das sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização responderão, na forma da lei, pela realização do depósito de que trata o art. 16 ou pela não outorga do mandato previsto no art. 17.

SEÇÃO VII

Da Auditoria Externa do Fundo Nacional de Desestatização

Art. 21- O Fundo Nacional de Desestatização será auditado por auditor externo independente, registrado na Comissão de Valores Mobiliários, que será contratado mediante licitação pública promovida pela instituição gestora.

Parágrafo único- O auditor externo do Fundo Nacional de Desestatização prestará, por escrito, os esclarecimentos sobre o seu parecer que forem solicitados pela Comissão Diretora e, quando convocado, comparecerá às suas reuniões.

CAPÍTULO IV

DO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

SEÇÃO I

Da Designação

Art. 22 - O Fundo Nacional de Desestatização será administrado por instituição do setor público denominada Gestor do Fundo, designada pelo Presidente da República, por proposta da Comissão Diretora.

SEÇÃO II

Da Competência

Art. 23 - Compete ao Gestor do Fundo:

- I - fornecer apoio administrativo e operacional à Comissão Diretora, bem como prover os serviços de secretaria por ela solicitados;
- II- prestar as informações solicitadas pela Comissão Diretora;
- III - proceder à ampla divulgação de todos os processos de privatização e prestar todas as informações que lhe forem solicitadas pelos poderes competentes;
- IV- estabelecer requisitos para o cadastramento de empresas de consultoria econômica, de avaliação de bens e de auditoria necessários aos processos de alienação, cadastrá-las e promover licitações para contrata-las;
- V- submeter à prévia aprovação da Comissão Diretora as condições gerais de venda de ações de controle acionário, de participações societárias minoritárias e de outros bens e direitos, inclusive o preço mínimo dos bens ou valores mobiliários a serem alienados;
- VI - recomendar à Comissão Diretora a destinação dos recursos provenientes das alienações, nos termos previstos no inciso XI do art. 99;
- VII - recomendar à Comissão Diretora a forma de pagamento do preço dos bens e valores mobiliários objeto de alienação, nos termos previstos no inciso X do art. 99;
- VIII - promover ampla articulação com o sistema de distribuição de valores mobiliários e as bolsas de valores, objetivando estimular a dispersão do capital das sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização;
- IX - determinar as informações necessárias a instrução de cada processo de privatização;
- X- recomendar à Comissão Diretora os ajustes de natureza operacional, contábil ou jurídica, que sejam necessários a implementação do processo de privatização, bem como ao saneamento financeiro de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização;

- XI - recomendar à Comissão Diretora outras formas de desestatização, nos termos do inciso XII do art. 99;
- XII - estabelecer requisitos para o cadastramento de empresas de reconhecida reputação e tradicional atuação na negociação de capital, transferência de controle acionário e venda de ativos, para os fins previstos no art. 30, bem assim cadastrá-las, para fins de licitação;
- XIII - preparar a documentação de cada processo de privatização, a ser submetido à apreciação do Tribunal de Contas da União;
- XIV- submeter a Comissão Diretora prestação de contas de cada processo de privatização;
- XV- recomendar à Comissão Diretora a criação de ações de classe especial e as matérias que elas disciplinarão, observado o disposto no art. 40;
- XVI - recomendar à Comissão Diretora as condições de participação na compra de ações pelos empregados das sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização; e
- XVII - exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pela Comissão Diretora.

SEÇÃO III

Da Remuneração e do Ressarcimento

Art. 24 - Pelo exercício da função de administrador do Fundo Nacional de Desestatização, o Gestor do Fundo fará jus à remuneração de dois décimos por cento do valor líquido das alienações realizadas de acordo com cada projeto de privatização, para cobertura dos custos e despesas operacionais e dos encargos próprios incorridos na implementação e execução de cada processo de privatização.

§ 1º - Para efeito de determinação da base de cálculo da remuneração de que trata este artigo, considera-se valor líquido o apurado nas alienações, deduzidos os gastos efetuados com terceiros, corrigidos monetariamente de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão Diretora.

§ 2º- A remuneração do Gestor do Fundo será paga quando da liquidação financeira de cada alienação, observadas as normas aprovadas pela Comissão Diretora.

Art. 25- Serão ressarcidos, pelo titular de RDA ou pelo titular de quotas do capital de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização, monetariamente corrigidos, os gastos incorridos pelo Gestor do Fundo, com serviços de terceiros relativos a:

I - publicação e publicidade do programa de privatização da sociedade;

II - corretagem e preço de serviços de empresas de consultoria técnica, auditoria ou de outro ramo de atividade necessários à execução do projeto de privatização da sociedade; e

III - taxas, emolumentos e demais encargos ou despesas relativos ao processo de privatização, inclusive outros custos especificados pela Comissão Diretora.

Parágrafo Único - Os gastos de que trata este artigo serão ressarcidos no prazo de trinta dias, contado da data da apresentação do aviso de cobrança pelo Gestor do Fundo.

SEÇÃO IV

Da Responsabilidade dos Administradores

Art. 26 - O disposto no art. 13 deste Decreto aplica-se aos administradores do Gestor do Fundo.

SEÇÃO V

Do Dever do Sigilo dos Administradores e Funcionários

Art 27 - O disposto no art. 12 deste Decreto aplica-se aos administradores e funcionários do Gestor do Fundo.

CAPÍTULO V

DOS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO

SEÇÃO I

Da Divulgação dos Editais

Art 28- A cada processo de privatização será dada ampla divulgação, visando propiciar ao público em geral irrestrito conhecimento de suas características e condições gerais, inclusive de alienação, quando for o caso.

§ 1º - O procedimento de divulgação de que trata este artigo terá por objetivo dar conhecimento ao público da situação econômico-financeira da sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização.

§ 2º - A divulgação de cada processo de privatização será feita mediante publicação de edital no "Diário Oficial" da União e, posteriormente, em dois jornais de grande circulação nacional que conterá, conforme seu objeto, as seguintes informações e elementos

- a) justificativa da privatização, com indicação do percentual do capital da sociedade a ser alienado, quando for o caso;
- b) a data e a o ato de instituição da sociedade pela união ou a data e os motivos determinantes da sua estatização, na hipótese de alienação de participação societária;
- c) os passivos circulante e a longo prazo da sociedade, bem como a identificação do responsável por sua liquidação, após o encerramento do processo de privatização;
- d) a situação econômica-financeira da sociedade, especificando o lucro ou prejuízo, o endividamento interno e externo, as épocas e os valores de pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional e os aportes de recursos realizados pela União nos últimos exercícios;
- e) indicação do emprego dos recursos provenientes do processo de privatização;
- f) existência ou não de controle de preços sobre os produtos ou serviços da sociedade e a variação dos preços por ela praticados em comparação com os índices de inflação;

- g) indicação do volume dos recursos investidos pela união em sociedade originária do setor privado e as condições em que serão recuperados os recursos públicos após a privatização;
- h) sumário do estudo de avaliação da sociedade, elaborado de acordo com o disposto no art 30;
- i) critério de fixação do preço total de alienação de bem ou, no caso de alienação de participação societária, o valor unitário da ação ou quota, determinados com base em laudo de avaliação; e
- j) informação, quando for o caso, de que será criada classe de ações especiais referidas no art. 40 com a especificação dos direitos que essa classe de ações assegurará ao seu titular.

§ 3º - A Comissão Diretora poderá especificar outras informações ou elementos que devam ser divulgados para a preservação do interesse público quanto ao amplo e exato conhecimento dos processos de privatização.

SEÇÃO II

Da Auditoria Externa

Art. 29 - Os processos de privatização, em cada uma de suas etapas, serão auditados por auditor externo independente, registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º - Em cada processo de privatização será feita licitação pública para a contratação de auditor externo independente.

§ 2º - Ao auditor externo independente competirá verificar e atestar a lisura e a observância das regras estabelecidas no edital de licitação, prestar os demais serviços previstos no respectivo contrato e apresentar, ao final do processo, relatório, que será submetido a apreciação da Comissão Diretora.

SEÇÃO III

Do Preço Mínimo de Alienação de Bens

Art. 30 - A determinação do preço mínimo dos bens referidos no art. 4º levará em consideração as condições de mercado, a situação econômico-financeira e as perspectivas de rentabilidade da sociedade e outros critérios definidos pela Comissão Diretora.

§ 1º - O preço mínimo será fixado com base em laudos de avaliação elaborados por duas empresas contratadas mediante licitação pública promovida pelo Gestor do Fundo.

§ 2º - O preço mínimo de alienação, aprovado pela Comissão Diretora, será submetido a deliberação da assembléia geral da companhia ou a apreciação dos sócios da sociedade limitada, incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

SEÇÃO IV

Da Divergência nas Avaliações

Art. 31 - Havendo divergência igual ou superior a vinte por cento, quanto ao preço mínimo, entre as avaliações, a Comissão Diretora poderá determinar a contratação, mediante licitação pública, de avaliador desempatador, que se manifestará sobre as avaliações e apresentará laudo no prazo fixado pela Comissão, não excedente a sessenta dias.

SEÇÃO V

Da Alienação de Ações

Art. 32 - A alienação de ações de companhia será efetuada mediante:
ou

I - leilão público, em pregão especial de bolsa de valores do País:

II - distribuição das ações a preço fixo e com garantia de acesso, de modo a propiciar sua pulverização ao público, inclusive aos acionistas minoritários, aos empregados, aos fornecedores e aos consumidores.

§ 1º - No caso de pulverização do bloco de ações de controle, a Comissão Diretora tomará as providências para que sejam instituídos mecanismos de preservação da estabilidade dos órgãos administrativos da sociedade.

§ 2º- A Comissão Diretora poderá fixar, em cada processo de privatização, limite máximo de número de ações do capital da sociedade que poderá ser adquirido por participante ou grupo de participantes no processo de privatização.

SEÇÃO VI

Da Alienação de Quotas

Art. 33 - O disposto no artigo anterior aplica-se, no que couber, à privatização de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

SEÇÃO VII

Da Alienação, Comodato, Locação ou Cessão de Bens ou Instalações da Sociedade

Art 34 - A Comissão Diretora disporá sobre as modalidades de privatização mediante alienação, comodato, locação ou cessão de bens ou instalações da sociedade.

Parágrafo único- O disposto no art. 30 aplica-se às modalidades de privatização de que trata este artigo.

SEÇÃO VIII

Da Dissolução, Liquidação e Desativação

Art. 36- A dissolução e a liquidação de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização observarão as disposições legais aplicáveis à matéria, especialmente as normas da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, e do Decreto-lei nº 2,300, de 21 de novembro de 1986.

§ 1º- O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à desativação parcial de empreendimento explorado pela sociedade, mediante alienação de elementos do seu ativo patrimonial.

§ 2º - A Comissão Diretora poderá expedir normas para a execução do disposto neste artigo.

SEÇÃO IX

Da Concessionária ou da Permissionária de Serviços Públicos

Art. 36- A privatização de sociedade concessionária ou permissionária de serviços públicos pressupõe a delegação ao adquirente, pelo Poder Público, da concessão ou permissão do serviço explorado pela sociedade, observada a legislação específica.

§ 1º - No prazo de sessenta dias contados da data da publicação do decreto de inclusão da sociedade no Programa Nacional de Desestatização, o poder concedente regulará as condições de exploração do serviço, que deverão ser observadas pelo adquirente.

§ 2º - As condições e os regulamentos específicos de exploração do serviço objeto da concessão ou permissão constarão dos editais de privatização da sociedade.

§ 3º- Na fixação do preço mínimo de alienação de participação societária em sociedade concessionária ou permissionária de serviços públicos ou de bens do seu ativo patrimonial, serão levados em conta os critérios de fixação e revisão tarifária e

outras condições previstas nos atos de concessão ou permissão existentes ou que vierem a ser expedidos nos termos do §1º.

SEÇÃO X

Da Limitação da Participação de Estrangeiros

Art. 3º - A alienação, à pessoa física ou jurídica estrangeira, de ações do capital social de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização não poderá exceder a quarenta por cento do capital votante, salvo autorização legislativa que determine percentual superior.

SEÇÃO XI

Das Formas de Pagamento

Art. 38 - No pagamento do preço de aquisição dos bens referidos no art. 4º, por autorização da Comissão Diretora:

I - a instituição financeira privada, credora de sociedade depositante de ações no Fundo Nacional de Desestatização, poderá financiar a venda de ações do capital social ou de elementos do ativo patrimonial da sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização, mediante utilização, no todo ou em parte, do respectivo crédito;

II - o credor por título emitido em moeda nacional pelo alienante das ações do capital social de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização, ou de bens, que, garantido pelo Tesouro Nacional, não tenha sido resgatado no vencimento, poderá utilizar, total ou parcialmente, o respectivo crédito;

III - o adquirente de participação societária ou de elementos do ativo patrimonial de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização poderá, no todo ou em parte:

- a) transferir a titularidade de depósitos e outros valores mantidos no Banco Central do Brasil em decorrência do disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990;
- b} utilizar o Certificado de Privatização, observado o disposto na Lei nº 8.018, de 11 de abril de 1990; e
- c) adotar outras formas de pagamento definidas em resolução da Comissão Diretora, inclusive a assunção de dívidas do controlador.

SEÇÃO XII

Da Utilização dos Recursos da Alienação

Art. 39 - O titular dos recursos oriundos da alienação dos bens referidos no art. 4º deverá empregar-los na quitação de suas dívidas para com o setor público.

§ 1º - Observados os privilégios legais, terão preferência as dívidas vencidas ou vincendas garantidas pelo Tesouro Nacional e aquelas cujo credor seja, direta ou indiretamente, a União

§ 2º - Após a liquidação de todas as suas dívidas, o alienante ou seu sucessor, exceto a União, aplicará o eventual saldo dos recursos recebidos na aquisição de título da dívida pública federal de longo prazo, de emissão especial, que não poderá servir de lastro de operação no mercado aberto.

§ 3º - A União aplicará os recursos recebidos na redução da dívida pública federal.

§ 4º - Caberá ao Banco Central do Brasil expedir normas sobre as condições de emissão, transferência e resgate do título da dívida pública de que trata o § 2º.

§ 5º - A Comissão Diretora estabelecerá a ordem dos pagamentos das dívidas, observado o disposto no § 1º.

§ 6º - Deduzidos a remuneração, os custos e encargos previstos no art. 24, o valor líquido de cada alienação deverá ser colocado à disposição do alienante, ou, quando for o caso, recolhidos ao Tesouro Nacional, no prazo de dez dias, contado

da data do efetivo recebimento dos recursos pelo Gestor do Fundo, acrescido do rendimento líquido de aplicação financeira efetuada de acordo com critérios estabelecidos pela Comissão Diretora.

SEÇÃO XIII

Das Ações de Classe Especial

Art. 40 - Havendo razões que o justifique, a União deterá ações de classe especial do capital social de sociedade privatizada, que conferirão poder de veto de determinadas matérias previstas no respectivo estatuto.

§ 1º- As ações de classe especial somente poderão ser subscritas ou adquiridas pela União.

§ 2º - Caberá à Comissão Diretora, com base em parecer fundamentado, sugerir a criação de ações de classe especial, especificar sua quantidade e as matérias passíveis de veto e estabelecer, quando for o caso, a forma de sua aquisição.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

SEÇÃO I

Da Responsabilidade dos Servidores da Administração Pública Federal Direta

Art. 41 - Os servidores da Administração Pública Federal direta e autárquica responderão, nos termos da lei, por eventuais ações ou omissões que impeçam ou prejudiquem o curso dos processos de privatização.

SEÇÃO II

Das Informações sobre as Sociedades

Art. 42 - Os administradores das sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização são responsáveis pela exatidão e pelo fornecimento, em tempo hábil, das informações necessárias à instrução do processo de privatização.

SEÇÃO III

Da Nulidade

Art. 43 - Será nula de pleno direito a venda, a subscrição ou a transferência de ações efetuadas com infringência do disposto na Lei nº 8.031, de 1990.

SEÇÃO IV

Dos Atos Dependentes da Autorização da Comissão Diretora

Art. 44- A partir de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização, a sociedade não poderá:

I - alienar elementos do seu ativo permanente ou adquirir bens nele registráveis sem prévia autorização da Comissão Diretora, exceto os necessários à manutenção e operação da empresa; e

II - contrair obrigações financeiras em desacordo com as condições estabelecidas pela Comissão Diretora, inclusive de limite máximo de endividamento.

Parágrafo único- O disposto no inciso II não se aplica a obrigações financeiras previstas em projeto de investimento da sociedade, aprovado até o dia 13 de abril de 1990.

SEÇÃO V

Das Disposições Finais

Art 45- Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de acordo com a legislação pertinente, representar a União nas assembleias gerais de sociedades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, bem assim na outorga do mandato ao Gestor do Fundo e nos atos de transferência de ações ou cessão de direitos de subscrição.

Art. 46- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrario.

Brasília, 16 de agosto de 1990; 1699 da Independência e 1029 da República.

FERNANDO COLLOR

Zélia M. Cardoso de Mello

Decreto nº 99.464, de 16 de agosto de 1990

Dispõe sobre prioridades, inclusões no Programa Nacional de Desestatização e designação do Gestor do Fundo Nacional de Desestatização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Na execução do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº. 8.031, de 12 de abril de 1990, a Comissão Diretora dará prioridade à análise das empresas de cujo capital participe, direta ou indiretamente, a União, com atuação nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes.

§ 1º - As análises e os estudos, setoriais e empresariais, serão executados diretamente pelo Gestor do Fundo Nacional de Desestatização ou mediante contratação de terceiros, com base em deliberação e sob a orientação da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.

§ 2º - A Comissão Diretora orientará os trabalhos a que se refere este artigo, tendo em vista a política industrial do País, visando à inclusão no Programa Nacional de Desestatização de empresas específicas.

Art. 2º - Ficam incluídas no Programa Nacional de Desestatização, para os fins e efeitos da Lei nº 8.031, de 1990:

I- a Companhia Siderúrgica do Nordeste- COSINOR;

II- a Aços Finos Piratini S.A.;

III- a Companhia Siderúrgica de Tubarão- CST;

IV- a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;

V- a Usiminas Mecânica S.A. - USIMEC;

VI- a Mafersa Sociedade Anônima;

VII- a Companhia Petroquímica do Sul - COPEL;

VIII - as participações acionárias da Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA nas companhias de segunda geração que integram o Pólo Petroquímico de Triunfo;

IX- a participação acionária da Petrobrás Química S.A.- PETROQUISA na Companhia Petroquímica do Nordeste- COPEL;

X- as participações acionárias da Petrobrás Química S.A.- PETROQUISA nas companhias de segunda geração que integram o Pólo Petroquímico de Camaçari;

XI- a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. - ICC;

XII- a Goiás Fertilizantes S.A.- GOIASFÉRTIL; e

XIII- a Mineração Caraíba Ltda.

Art 3º- As ações representativas das participações acionárias da União e das entidades da Administração Pública Federal indireta nas sociedades referidas nos incisos I a XII do artigo anterior deverão ser depositadas no Fundo Nacional de Desestatização no prazo de cinco dias contados da data da publicação deste Decreto (Lei nº 8.031, de 1990, art. 10).

Parágrafo único- A entidade da Administração Pública Federal indireta, detentora da participação societária representada por quotas do capital social da sociedade mencionada no inciso XIII do art. 2º, outorgará mandato ao gestor do Fundo Nacional de Desestatização, com poderes para cedê-las e transferi-las, nas condições aprovadas pela Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, bem assim para assinar os atos jurídicos de alienação das quotas e de alterações do Contrato Social daquela sociedade.

Art 4º - Fica designado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES gestor do Fundo Nacional de Desestatização, instituído pelo art. 99 da Lei nº 8.031, de 1990.

Art 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de agosto de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR

Zélia Cardoso de Mello

Antonio Magri

Ozires Silva

Apêndice

Exposição de Motivos nº 45, em 15 de março de 1990

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa Medida Provisória que institui o Programa Nacional de Desestatização. As medidas ora sugeridas foram elaboradas a partir de uma detalhada reavaliação dos instrumentos jurídicos que disciplinaram ou disciplinam o programa de desestatização, levado a efeito no País, nos últimos três anos, e dos projetos de lei de autoria dos Poderes Executivo e Legislativo, que se encontram em tramitação no Congresso Nacional.

2. O Programa Nacional de Desestatização cumprirá o papel de reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo para a iniciativa privada atividades atualmente exploradas pelo setor público. Com esta reordenação, haverá expressivos ganhos na eficiência da Administração Pública como um todo, uma vez que seus esforços serão utilizados mais racionalmente nas efetivas prioridades do Governo. A economia brasileira será, também, revitalizada com a retomada do investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas pelo Estado à iniciativa privada, uma vez que estes investimentos encontram-se hoje cerceados, em face dos constrangimentos financeiros enfrentados pelo setor público. Como consequência, o parque industrial brasileiro será modernizado, ampliando sua

competitividade e reforçando a capacidade empresarial nacional dos diversos setores da economia.

3. O Programa Nacional de Desestatização concorrerá, por outro lado, para a redução da dívida do Tesouro Nacional, auxiliando o saneamento das finanças públicas, não só pelo ingresso de novos recursos, provenientes das vendas, como também pela própria desobrigação do Estado em realizar investimentos nas empresas e nas atividades transferidas. Com esse objetivo, está ainda prevista a possibilidade de conversão de parte da dívida externa do setor público federal em investimentos de risco, mediante a aquisição, por parte dos credores estrangeiros, de participações societárias das empresas que forem incluídas no Programa Nacional de Desestatização. O mecanismo de conversão de dívida propiciará não só a redução do estoque da dívida externa, como também permitirá maior integração da economia brasileira à economia mundial.

4. O Programa Nacional de Desestatização trará, ainda, como consequência, um expressivo fortalecimento do mercado de capitais, com a ampliação da oferta de valores mobiliários e a democratização da propriedade do capital das empresas que vierem a integrar o programa.

5. Para o atendimento dos objetivos expostos, o incluso projeto de Medida Provisória inclui, também, as atividades econômicas sujeitas à concessão ou permissão de serviços, cujas diretrizes estão previstas no artigo 175 da Constituição Federal, que institui o regime jurídico de delegação de serviços públicos.

6. O Programa Nacional de Desestatização terá uma Comissão Diretora, órgão colegiado, diretamente subordinado ao Presidente da República, cujos membros serão por ele nomeados, contando, em sua composição, com representantes da sociedade civil. Competirá a essa Comissão a definição das linhas estratégicas do

Programa, cujos preceitos básicos são relacionados no artigo 11, bem como a coordenação, supervisão e fiscalização da sua execução. Competirá, também, à Comissão Diretora garantir a ampla divulgação e transparência do Programa Nacional de Desestatização.

7. Para a execução do Programa Nacional de Desestatização, é criado o Fundo Nacional de Desestatização, de natureza apenas escritural, constituído mediante o depósito das ações ou quotas representativas do capital social das empresas que vierem a integrar o Programa, por decisão do Presidente da República. O Fundo Nacional de Desestatização estará automaticamente extinto com o encerramento do Programa.

8. Os recursos decorrentes da execução do Programa serão utilizados no saneamento das finanças públicas, seja através da redução do endividamento dos respectivos depositantes de títulos no mencionado. Fundo ou mediante a aquisição de títulos da dívida pública, quando houver recursos excedentes, ou, ainda, no pagamento de dividendos aos acionistas, conforme previsto no artigo 13.

9. O Fundo foi concebido com o objetivo de assegurar, através de uma administração centralizada, a uniformidade de procedimentos e o cumprimento dos cronogramas e eventos dos diversos processos de alienação, O Fundo será gerido por uma instituição do setor público já existente, não acarretando, assim, qualquer gasto público adicional,

10. A instituição gestora do Fundo terá como responsabilidade básica o monitoramento dos processos de desestatização vinculados ao mesmo, não sendo responsável pela administração operacional das empresas integrantes do Programa Nacional de Desestatização, que continuará cabendo aos administradores eleitos segundo seus atos constitutivos. Os administradores dessas empresas deverão,

entretanto, tomar todas as providências de ordem contábil, operacional e jurídica, que venham a ser determinadas pela Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, Com relação às empresas cuja transferência de controle vier a ser determinada, sua estratégia operacional deverá ser direcionada para o atendimento dos objetivos da desestatização, nos termos do artigo 15 da Medida Provisória.

11. Além da função de monitoramento dos processos de alienação, caberá ao gestor do Fundo secretariar executivamente a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, bem como recomendar, à decisão desse órgão colegiado, todos os atos julgados necessários à implementação dos processos de alienação, conforme estabelecido no artigo 19.

12. Finalmente, são extintos o Conselho Federal de Desestatização e a respectiva Secretaria Executiva.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO

Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento

Medida Provisória nº 155, de

15 de março de 1990

Cria o Programa Nacional de

Desestatização e dá outras

providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 1º- É instituído o PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, com os seguintes objetivos fundamentais:

I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades atualmente exploradas pelo setor público;

II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV - contribuir para a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia.

V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades do Governo; e

VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o Programa.

Art. 2º - Serão privatizadas, nos termos desta Medida Provisória, as empresas:

I - controladas, direta ou indiretamente, pela União e instituídas por lei, ou ato do Poder Executivo; ou

II - criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle, direto ou indireto, da União.

§1º - Aplicam-se os dispositivos desta Medida Provisória, no que couber, à alienação das participações minoritárias diretas e indiretas da União, no capital social de quaisquer outras empresas

§ 2º - Não se aplicam os dispositivos desta às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de acordo com artigos 21 e 177 da Constituição Federal.

Art 3º - As transferências de ações de propriedade da União, representativas do capital social da Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobrás, continuarão a reger-se pelo disposto nos artigos 11 e 18 da Lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953.

Art. 4º - Os projetos de privatização serão executados mediante as seguintes formas operacionais:

I - alienação de participação societária, inclusive de controle acionário;

II- abertura de capital;

III - aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição;

IV- transformação, incorporação, fusão ou cisão;

V- alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações;
ou

VI - dissolução de empresas ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de seus ativos.

Art. 5º - O PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO terá uma Comissão Diretora, órgão colegiado, diretamente subordinado ao Presidente da República, cujos membros, titulares e suplentes, serão por ele designados.

§1º - A Comissão Diretora terá a seguinte composição:

a) Presidente;

b) 1 (um) representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;

- c) 1 (um) representante do Ministério da Infra-Estrutura;
- d) 1 (um) representante do Ministério do Trabalho; e
- e) 4 (quatro) pessoas de notório saber em direito econômico, mercado de capitais, economia ou administração de empresas

§ 2º- O Presidente da Comissão Diretora terá voto de qualidade.

§ 3º - Na designação dos membros da Comissão Diretora será assegurada pluridisciplinaridade, observando-se, nas indicações, critérios de competência, devidamente justificados pela experiência em matérias de ordem econômica, financeira ou jurídica.

§ 4º- Participarão das reuniões da Comissão Diretora, sem direito a voto, o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários e, por solicitação do Presidente da Comissão Diretora, qualquer outra pessoa cuja presença seja considerada fundamental à apreciação dos processos.

§ 5º - Os membros da Comissão Diretora não poderão integrar o Conselho de Administração, nem a Diretoria, das empresas incluídas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.

§ 6º - Os membros da Comissão Diretora e as demais pessoas envolvidas na condução dos processos de alienação não poderão adquirir, por si ou interposta pessoa, ações ou bens objetos do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.

Art 6º - Compete à Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO:

I - recomendar ao Presidente da República a inclusão de empresas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

II - recomendar ao Presidente da República a instituição pública a ser designada gestora do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

III - submeter, anualmente, ao Presidente da República o cronograma de execução do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

IV- divulgar o cronograma de execução do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

V- coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

VI- aprovar ajustes de natureza operacional, contábil ou jurídica, bem como o saneamento financeiro de empresas, que sejam necessários à implantação dos processos de alienação;

VII - aprovar as condições gerais de venda das ações representativas do controle acionário, das participações minoritárias e de outros bens e direitos, aí se incluindo o preço mínimo dos bens ou valores mobiliários a serem alienados;

VIII - aprovar a destinação dos recursos provenientes das alienações previstas no artigo 13;

IX - aprovar as formas de pagamento das alienações, previstas no artigo 14;

X- deliberar sobre o disposto no inciso X do artigo 11;

XI - fiscalizar a estrita observância dos princípios e regras consagrados nesta Medida Provisória e assegurar a rigorosa transparência dos processos de alienação;

XII - apreciar as prestações de contas de instituição gestora do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO relativas a cada processo;

XIII - aprovar a criação de ações de classe especial e as matérias que elas disciplinarão;

XIV- expedir normas e resoluções necessárias ao exercício de sua competência; e

XV- deliberar sobre o disposto no artigo 12.

Art 7º - A privatização de empresas que prestam serviços públicos, efetivada mediante uma das modalidades previstas no art. 49, pressupõe a delegação, pelo Poder Público, da concessão ou permissão do serviço objeto da exploração, observada a legislação específica.

Parágrafo único- Na hipótese prevista neste artigo, fica estipulado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados do ato que determinar a privatização da empresa, para a

elaboração, pelo poder concedente, das condições e regulamentos específicos, que deverão ser observados pelo concessionário ou permissionários

Art 8º - Sempre que razões de interesse nacional o requeiram, a UNIÃO poderá deter, direta ou indiretamente, ações de classe especial do capital social de empresas privatizadas que lhe confirmam poder de veto em determinadas matérias, as quais deverão ser devidamente caracterizadas nos estatutos sociais das referidas empresas.

Art. 9º - Para a execução do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO fica criado o FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, de natureza contábil, constituído mediante a vinculação a este, a título de depósito, da totalidade das ações ou quotas emitidas pelas empresas, que sejam de propriedade, direta ou indireta, da UNIÃO, e cujas alienações vierem a ser determinadas pelo Presidente da República.

§1º- Serão emitidos Recibos de Depósito de Ações - RDA, intransferíveis e inegociáveis, a qualquer título, em favor dos depositantes das ações junto ao FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.

§ 2º - Os Recibos de Depósito de Ações - RDA, de cada depositante, serão automaticamente cancelados para todos os efeitos, quando do recebimento dos valores apurados na venda das ações, com as quais o depositante tenha concorrido para a constituição da carteira do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.

§ 3º - Os titulares das ações que vierem a ser vinculadas ao FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO manterão as ações escrituradas em seus registros contábeis, sem alteração de critério, até que se encerre o processo de alienação desses títulos.

Art. 10- Os titulares das participações acionárias das empresas que vierem a ser incluídas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO deverão, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação, no "Diário Oficial" da União, do Decreto que incluir a empresa no referido Programa, depositar as suas ações no FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.

Parágrafo único- Os Administradores das empresas incluídas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, bem como os de seus acionistas controladores, serão pessoalmente responsáveis, na forma da lei, pelo depósito das ações no FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.

Art. 11- Os processos de desestatização observarão os seguintes preceitos básicos:

I - serão precedidos de ampla divulgação, de forma a assegurar o conhecimento público das condições em que se processarão, bem como da situação econômica, financeira e operacional das empresas incluídas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

II - todas as etapas dos processos de alienação serão acompanhadas por auditores externos independentes, para esse fim contratados, através de licitação pública, cumprindo aos mesmos assegurar a lisura e o cumprimento das regras estabelecidas nos editais de venda, elaborando, ao final, relatório sobre cada operação concluída;

III - o preço mínimo das ações ou o valor mínimo dos ativos levará em conta as condições de mercado e as perspectivas de rentabilidade da sociedade e será fixado com base em laudos de avaliação, elaborados por duas empresas privadas especializadas, contratadas mediante licitação pública;

IV- no caso de grave discrepância entre os dois laudos de avaliação, a Comissão Diretora poderá contratar, mediante licitação pública, uma terceira empresa privada especializada para, em prazo fixo, manifestar-se em relação às duas avaliações;

V - o preço mínimo das ações ou o valor mínimo dos ativos, na hipótese de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, levará em conta a fixação de tarifas e outras condições que afetem os contratos celebrados ou que venham ser celebrados entre o poder concedente e o concessionário;

VI- a alienação de ações a pessoas físicas ou jurídicas não nacionais poderá ser limitada a um percentual do capital votante, quando justificado por razões de interesse do País, a critério da Comissão Diretora;

VII- a alienação das ações deverá ser efetivada através do sistema de distribuição de valores mobiliários, constituído pelos Bancos de Investimento, Bancos Múltiplos, Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários e Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, mediante a realização de distribuições secundárias ou leilões;

VIII - a alienação das ações deverá privilegiar a democratização do capital das companhias emissoras, quando a colocação pulverizada dos títulos se revelar viável;

IX - será admitida a alienação da totalidade das ações possuídas, direta ou indiretamente, pela União no capital das empresas em lote único e indivisível, sempre que esta opção for tecnicamente justificável;

X - aos adquirentes das ações das empresas integrantes do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO poderão ser impostas restrições, de caráter temporário ou permanente, de intransmissibilidade das mesmas a empresas não nacionais;

XI - a liquidação da empresa ou a celebração de contrato de comodato, arrendamento ou cessão de seus bens ou instalações poderá ser decidida, na hipótese de não se efetivar ou não ser viável a transferência do controle acionário.

Parágrafo único- A liquidação da empresa far-se-á conforme as disposições da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, observando-se, quanto à venda de seus ativos, os preceitos do Decreto-lei nº 2300, de 21 de novembro de 1986,

Art. 12 - Fica facultada a concessão de condições diferenciadas no pagamento da compra das ações por parte dos empregados vinculados às empresas cujas ações estiverem sendo alienadas, a critério da Comissão Diretora.

Parágrafo único- As ações adquiridas, nas condições previstas neste artigo, serão intransferíveis, a qualquer título, durante o prazo mínimo de 01 (um) ano. Na hipótese de pagamento em prazo superior a 01 (um) ano, as ações serão intransferíveis enquanto não for pago o valor total da compra,

Art. 13- O titular dos recursos oriundos da venda de ações ou de bens deverá utiliza-los na quitação total ou parcial de suas dívidas junto ao setor público,

§ 1º - Observados os privilégios legais, terão preferência, para efeito de pagamento, as dívidas, vencidas ou vincendas, garantidas pelo Tesouro Nacional e aquelas cujo credor seja a União, direta ou indiretamente.

§ 2º - Liquidadas as dívidas, os recursos excedentes serão aplicados, conforme o caso, em títulos intransferíveis, de longo prazo, da dívida pública, ou no pagamento de dividendos aos acionistas,

Art. 14- Para o pagamento das alienações previstas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, poderão ser adotadas as seguintes formas operacionais:

I - as instituições financeiras, credoras das empresas depositantes de ações junto ao FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, poderão financiar a venda das ações ou dos bens das empresas submetidas à privatização, mediante a utilização, no todo ou em parte, daqueles créditos;

II - os detentores de títulos da dívida emitidos pelo alienante das ações ou dos bens e que contenham cláusula de coobrigação de pagamento por parte do Tesouro Nacional poderão utiliza-los como forma de quitação da aquisição, caso sejam adquirentes das referidas ações ou bens:

III - os detentores dos títulos representativos da dívida externa brasileira, junto ao Banco Central do Brasil - BACEN, poderão utilizá-los no pagamento de aquisição de ações ou bens, nas condições que venham a ser estabelecidas pela Comissão Diretora do Programa.

Parágrafo único - A utilização das formas operacionais mencionadas neste artigo serão aprovadas com base nos procedimentos previstos nos artigos 5º e 19.

Art. 15- As empresas que vierem a integrar o FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO terão sua estratégia operacional voltada para atender aos objetivos da desestatização, não podendo efetivar quaisquer novos projetos de investimento, nem contratar pessoal ou promover renegociações de contratos com fornecedores e clientes, salvo os necessários à operação da empresa.

Art 16- Nos casos de transferência de controle acionário ou de liquidação de empresas integrantes do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, o preço mínimo de venda, aprovado pela Comissão Diretora, será submetido à deliberação das Assembléias Gerais das respectivas empresas.

Art. 17- O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento prestará o apoio necessário ao funcionamento da Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.

Art. 18- O FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO será administrado por uma instituição do setor público designada Gestor do Fundo, na forma do inciso 11 do artigo 69.

Art. 19- Competirá ao Gestor do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO:

I - fornecer apoio administrativo e operacional, especialmente serviços de secretaria que vierem a ser solicitados pela Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

II - fornecer as informações que vierem a ser solicitadas pela Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

III - divulgar amplamente todos os processos de alienação, bem como prestar todas as informações que vierem a ser solicitadas pelos poderes competentes;

IV- promover licitações para a contratação de empresas de consultoria econômica, avaliação de bens e de auditoria necessárias aos processos de alienação previstos nesta lei;

V- submeter à Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO as condições gerais de venda de ações representativas de controle acionário, de participações minoritárias e de outros bens e direitos, aí incluindo-se o preço mínimo dos bens ou valores mobiliários a serem alienados;

VI - recomendar à Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO a destinação dos recursos provenientes das alienações, nos termos previstos no artigo 13;

VII - recomendar à Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO a forma de pagamento das alienações, nos termos previstos no artigo 14;

VIII - buscar a mais ampla articulação com o sistema de distribuição de valores mobiliários e as Bolsas de Valores, como forma de estimular a dispersão do capital das empresas integrantes do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

IX- determinar as informações necessárias à instrução de cada processo de alienação;

X- recomendar à Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO os ajustes de natureza operacional, contábil ou jurídica, bem como o saneamento financeiro de empresas que sejam necessárias à implantação dos processos de alienação;

XI- recomendar à Comissão Diretora do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO outras formas de alienação, nos termos do inciso X do artigo 11;

XII - selecionar e cadastrar empresas de reconhecida reputação e tradicional atuação na negociação de capital, transferência de controle acionário e venda de ativos, para os fins previstos no inciso II do artigo 11;

XIII - preparar a documentação de cada processo de alienação, para apreciação pelo Tribunal de Contas da União;

XIV- submeter à Comissão Diretora do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO as prestações de contas relativas a cada processo de desestatização;

XV - recomendar à Comissão Diretora a criação de ações de classe especial e as matérias que elas disciplinarão; e

XVI - recomendar à Comissão Diretora as condições de participação, na compra de ações, dos empregados vinculados às empresas incluídas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, nos termos previstos no artigo 12.

Art. 20 - Os acionistas controladores e os administradores das empresas integrantes do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO adotarão, nos prazos

estabelecidos, as providências que vierem a ser determinadas em resoluções expedidas pela Comissão Diretora, necessárias à implantação dos processos de alienação.

Art. 21- Serão responsabilizados pessoalmente, na forma da lei, por eventuais ações ou omissões que impeçam ou prejudiquem o curso dos processos de alienação previstos nesta Lei:

I - os administradores das empresas incluídas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO e os das instituições detentoras das ações dessas empresas;

II- os administradores da instituição gestora do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

III - os membros da Comissão Diretora do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO;

IV- os servidores da Administração Federal direta, de que dependam o curso dos processos de alienação.

Parágrafo único- Será de responsabilidade exclusiva dos administradores das empresas incluídas no PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO o fornecimento, em tempo hábil, das informações sobre as respectivas empresas, necessárias à instrução dos processos de alienação.

Art. 22- Ao gestor do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO caberá uma remuneração de 0,2% do valor líquido apurado nas alienações para cobertura de seus custos operacionais, bem como o ressarcimento dos gastos efetuados com terceiros, corrigidos monetariamente, necessários à implantação dos processos de alienação previstos nesta Lei.

Art. 23 - O FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO será auditado por auditores externos independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, a serem contratados mediante licitação pública pelo gestor do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO.

Art. 24- Ficam extintos o Conselho Federal de Desestatização e respectiva Secretaria Executiva,

Art. 25 - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de março de 1990; 1699 da Independência e 1029 da República.

FERNANDO COLLOR

Bernardo Cabral

Zélia Cardoso de Mello

MENSAGEM Nº 364 DE 12 DE ABRIL DE 1990

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, resolvi vetar parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 1990, resultante da Medida Provisória nº 155/90, que "Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências".

Os Dispositivos ora vetados, que considero contrários ao interesse público, são os seguintes:

- a) § 4º do art. 2º;
- b) § 1º do art. 5º;
- c) § 4º do art. 5º;
- d) § 1º do art. 6º;
- e) alínea "j" do art. 11;
- f) art. 12;
- g) inciso II do art. 13;
- h) inciso III do art. 13;
- i) inciso V do art. 13;
- j) art. 14;
- l) § 1º do art. 14; e
- m) § 2º do art. 14.

Sobre o assunto, assim se manifestou o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento:

Art 2º, § 4º - "A alienação da participação acionária das empresas públicas e das sociedades de economia mista em outras empresas, quando essa participação significar integração em um complexo estratégico para a realização dos objetivos estatutários das sociedades controladas pela União, dependerá de lei."

Razões "O parágrafo revela-se obscuro e indefinido e, assim, poderá dar margem a dificuldades no processo de desestatização,"

Art 5º, § 1º - "A Comissão Diretora terá a seguinte composição: a) um presidente; b) um representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; c) um representante da Confederação Nacional da Indústria; d) um representante das confederações gerais dos trabalhadores,"

Razões "A composição estabelecida para a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, a par de não incluir, como previa o texto original, especialistas em tema de privatização, o que se afigura indispensáveis para a devida avaliação de questões técnicas relevantes, exclui representantes dos Ministérios da Infra-Estrutura e do Trabalho e da Previdência Social, os quais, pelas respectivas áreas de competência, devem, necessariamente, participar do processo de desestatização,"

Art 5º, § 4º - "05 membros da Comissão Diretora e os funcionários em serviço na referida comissão, nem os membros e sócios das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, seus cônjuges e parentes até o segundo grau, não poderão adquirir ações ou bens pertencentes às empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização,"

Razões: "Na forma como está redigido, este parágrafo impedirá que os acionistas minoritários de qualquer das empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização, inclusive seus empregados, possam adquirir as ações que venham a ser oferecidas à venda, o que constitui, evidentemente, absurda restrição, contrária aos propósitos do Programa,"

Art. 6º, § 1º- "A ação de classe especial, que não terá valor pecuniário, em número de apenas uma, concede ao seu detentor poder de veto sobre as seguintes matérias, entre outras:

- a) alterações estatutárias de qualquer natureza;
- b) fixação de preços;
- c) transferência do controle acionário,"

Razões "Revelam-se excessivos os poderes conferidos aos detentores de ações de classe especial, o que redundará, a toda evidência, na redução do valor do controle acionário da empresa a ser privatizada, quando, na realidade, tais poderes devem depender das especificidades de cada empresa, tal como preceituam, de modo satisfatório, o inciso XIII do próprio art. 6º e o inciso XV do art. 21 do Projeto,"

Art 11,"j" - "Determinação da forma operacional de alienação das ações, dentre as previstas no art. 4º desta Lei, sendo obrigatória a elaboração de plano de pulverização de ações, ou a apresentação de justificativa de sua inviabilidade."

Razões "Embora a democratização do capital seja um objetivo fundamental do Programa Nacional de Desestatização, conforme indica o art. 1º, inciso VI, a obrigatoriedade da elaboração de um "plano de pulverização de ações" contraria o espírito do Programa, na medida em que impõe uma restrição permanente e, em alguns casos, inviável, à venda das ações, retardando, desnecessariamente, o processo de desestatização e desvalorizando, compulsoriamente, o patrimônio público,"

Art. 12 - "Dentro do prazo de 60 dias, a contar da publicação no Diário Oficial da União do edital referido no art. 11 desta Lei, o Congresso Nacional, mediante Decreto Legislativo, com tramitação em regime de urgência, poderá excluir a empresa, objeto do Edital, do Programa Nacional de Desestatização, ou determinar providências condicionantes da desestatização que poderão se constituir, inclusive, em alterações nas condições especificadas no Edital,"

Razões "O artigo revela-se inconstitucional e, no mérito, contraria o espírito do Programa Nacional de Desestatização, vulnerando o próprio Plano Econômico do

Governo, hum dos seus pilares fundamentais. Com efeito, a participação do Congresso Nacional em atividades próprias do Poder Executivo choca-se com o clássico princípio da independência dos Poderes, inscrito no art. 2º da Constituição. No mérito, o exame das desestatizações, caso a caso, pelo Congresso Nacional, não constituiria qualquer inovação em relação a situação anterior em que a desestatização não deslanchou, justamente por se fazer necessária autorização legislativa específica para cada caso. Por outro lado, a prévia aprovação, pelo Congresso Nacional, dos membros indicados para a Comissão Diretora, como prescreve o art. 59, ensejar-lhe-á um controle adicional da execução do Programa, tornando desnecessária a norma cujo veto ora se propõe. Além disso, a duplicidade de análises técnicas, pela Comissão Diretora e pelo Congresso Nacional, retardaria a execução do Programa, em prejuízo do interesse público."

Art. 13. II - "As etapas do processo de alienação das empresas serão precedidas de avaliação por auditoria realizada pela Caixa Econômica Federal, que, no final, elaborará relatórios sobre cada operação concluída."

Razões "A realização de auditoria dos processos de alienação das empresas estatais, por órgãos do próprio setor público, revela-se incompatível com a transparência que se deseja imprimir ao Programa Nacional de Desestatização. Demais disto, uma auditoria externa e independente, contratada através de licitação pública, assegurará, sem dúvida, a lisura do processo e o fiel cumprimento das normas estabelecidas,"

Art. 13.111- "O preço mínimo das ações ou dos ativos obedecerá ao laudo de avaliação elaborado pela Caixa Econômica Federal."

Razões "O cálculo do preço mínimo das ações envolve questões técnicas altamente especializadas que não se coadunam, evidentemente, com as finalidades da Caixa Econômica Federal. Outrossim, a limitação a apenas um só laudo de avaliação das ações prejudicará a transparência do processo, por não ensejar comparações."

Art. 13. V- "Aos adquirentes das ações das empresas alienadas pelo Programa Nacional de Desestatização, quando pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, serão impostas restrições de intransmissibilidade das ações."

Razões "Revela-se discriminatória a imposição de restrições quanto à livre transmissibilidade das ações adquiridas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, o que, certamente, lhes reduzirá o interesse na respectiva aquisição, acarretando, destarte, a redução do preço das ações, em detrimento do interesse público."

Art. 14 - "As vendas das ações de que trata esta Lei serão realizadas sempre à vista, excepcionada aquela feita a empregados da empresa objeto de privatização, aos quais serão destinados até 10% (dez por cento) do total de ações de propriedade do alienante, quando poderão ser concedidas vantagens especiais na forma de abatimento no preço das ações, no prazo de pagamento, nos encargos financeiros e na concessão de bônus que incentivem a aquisição por parte dos empregados, podendo ser estabelecido, ainda, prazo de carência para a transferência das ações adquiridas de acordo com este artigo."

Razões- "A obrigatoriedade da venda à vista constitui limitação exagerada ao Programa Nacional de Desestatização, podendo, até mesmo, inviabilizar algumas alienações - desejáveis do ponto de vista do objetivo do Programa -, em momentos de aperto da liquidez da economia. Sob tal aspecto, a limitação em foco fortaleceria a posição do capital estrangeiro, que não sofre o aperto da liquidez interna, tendo, portanto, melhores condições para realizar operações à vista. Outrossim, a limitação das vendas a empregados da empresa objeto da privatização até 10% do total das ações constitui restrição excessiva, e até mesmo incompreensível, tornando o processo inflexível à participação dos funcionários. Por outro lado, a concessão de vantagens especiais, sob a forma de abatimento no preço das ações, constituiria, na realidade, um subsídio explícito aos funcionários da empresa objeto da privatização, cujo onus recairia sobre toda a coletividade."

Art. 14, §1º- "A alienação das ações das empresas não poderá ser financiada por entidade financeira governamental mediante utilização de recursos públicos da União, Estados e Municípios, salvo no caso de venda aos respectivos empregados."

Razões "O disposto neste parágrafo configura restrição excessiva, favorecendo o capital estrangeiro, evidentemente amplo e farto."

Art. 14, § 2º- "Será dada prioridade à forma operacional de privatização que permita a autogestão da empresa pelos empregados, nos casos de arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações."

Razões "A prioridade a formas operacionais de privatização que permitam a autogestão da empresa implicaria, obviamente, a venda do patrimônio público a preços inferiores àqueles que ocorreriam no livre mercado, configurando um subsídio em favor de um segmento privilegiado e à conta de toda a sociedade."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 12 de abril de 1990.

FERNANDO COLLOR

ANEXO II

Programa Nacional de Desestatização
REGULAMENTAÇÃO DAS MOEDAS, TÍTULOS E CRÉDITOS
Volume II

Apresentação

Este volume complementa e substitui, em alguns casos, a regulamentação das moedas, títulos e créditos, como forma de pagamento nas alienações a serem realizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

Assim como o anterior, este volume apresenta na seção I a legislação geral e na seção II a regulamentação específica para a participação direta e indireta de cada forma de pagamento.

-Sumário

I - Regulamentação Geral

I.1 - Resolução CD/PND nº 17, de 26 de agosto de 1991

Dispõe sobre os critérios de valoração de moedas e títulos a serem utilizados nas aquisições no âmbito do PND.

I.2 - Resolução CD/PND nº 22, de 7 de outubro de 1991

Dispõe sobre a participação de Fundos Mútuos de Privatização em alienações efetuadas no âmbito do PND.

I.3 - Parecer PGFN-PGA nº 970/91(Processo nº 10168.0007447/91-80)

Leilão para alienação de ações. Entrega, pelo licitante vencedor, de títulos da dívida pública federal e outros créditos. Caracterizado como permuta. Não existência de ganho de capital para efeito de incidência do imposto de renda.

I.4 - Instrução Normativa da Receita Federal nº 92, de 22 de outubro de 1991

Dispõe sobre o tratamento tributário nos casos de entrega de título da dívida pública federal na aquisição de ações no âmbito do PND.

I.5 - Lei nº 8.250, de 24 de outubro de 1991

Dispõe sobre o artigo 16 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990.

II- Regulamentação Específica

II.1 - CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO

II.1.1- Portaria MEFP nº 860, de 6 de setembro de 1991

Estabelece condições para a negociação privada dos Certificados de Privatização.

II.1.2 - Instrução CVM nº 162, de 11 de setembro de 1991

Altera o critério de composição e diversificação das carteiras do Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro (Instrução CVM nº 157, de 21.8.91) e do Fundo de Privatização - CP (Instrução CVM nº 141, de 27.3.91).

II.1.3 - Resolução CMN nº 1.868, de 23 de setembro de 1991

Autorga a aquisição dos Certificados de Privatização mediante cessão de dívidas bancárias internas contra a União ou por ela avaliadas.

II.1.4 - Portaria MEFP nº 954, de 8 de outubro de 1991

Regulamenta o procedimento de aquisição de Certificados de Privatização mediante a cessão de dívidas bancárias internas contra a União ou por ela avaliadas.

II.2 - CRÉDITOS EXTERNOS

II.2.1 - Resolução CMN no 1.850, de 31 de julho de 1991

Altera disposições da Resolução nº 1.810, de 27.3.91, e revoga a Resolução nº 1.839, de 26.6.91.

II.2.2 - Circular Bacen nº 2.013, de 12 de agosto de 1991

Estabelece condições para autorização e registro concernentes a conversões no âmbito do PND.

II.2.3 - Carta-Circular Bacen nº 2.211, de 29 de agosto de 1991

Estabelece as condições para autorização e registro de investimentos decorrentes de conversões realizadas ao amparo da Resolução nº 1.810, modificada pela nº 1.850, e da Carta-Circular nº 2.013.

II.2.4 - Circular Bacen nº 1.998, de 31 de julho de 1991

Estabelece condições para registro de capitais estrangeiros investidos em Fundos de Privatização, no âmbito do PND.

II.2.5 - Instrução CVM nº 157, de 21 de agosto de 1991

Dispõe sobre a constituição, administração e o funcionamento de Fundos Mútuos de Privatização integralizados com créditos e títulos representativos da dívida externa brasileira, admitidos no âmbito do PND.

Revoga a Instrução CVM nº 142, de 16.4.91.

II.2.6 - Instrução CVM nº 162, de 11 de setembro de 1991 (Ver 11.1.2)**II.2.7 - Resolução CMN nº 1.867, de 23 de setembro de 1991**

Altera o artigo 27 do Regulamento Anexo IV à Resolução nº 1.289, de 20.3.87, que disciplina a constituição e a administração da carteira de valores mobiliários mantida no país por investidores institucionais estrangeiros.

II.3 - OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - OFND**II.3.1 - Decreto nº 193, de 21 de agosto de 1991**

Regulamenta o Fundo Nacional de Desestatização e dá outras providências.

II.3.2 - Comunicado Conjunto Bacen/CVM nº 41, de 5 de setembro de 1991

Dispõe sobre a negociação, em bolsas de valores ou mercado de balcão, de TDA, OFND e debêntures da Siderbrás.

II.3.3 - Comunicado Conjunto Bacen/CVM nº 42, de 13 de setembro de 1991

Altera os artigos 1º, 24, parágrafo 19, 26 e 36 do Comunicado Conjunto nº 34, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos Mútuos de Privatização - Dívida Securitizada. Revoga o Comunicado Conjunto Bacen/CVM nº 36, de 25.6.91.

II.3.4 - Resolução CMN nº 1.858, de 25 de agosto de 1991

Dispõe acerca das OFND integrantes das carteiras das entidades fechadas de previdência privada e da aquisição, por parte de investidores institucionais, de debêntures de emissão de empresa desestatizada ou de empresa adquirente de empresa desestatizada.

II.4 - TÍTULOS DA DMDA AGRÁRIA - TDA**II.4.1 - Comunicado Conjunto Bacen/CVM nº 41, de 5 de setembro de 1991 (ver 11.3.2)****II.5 - DEBÊNTURES SIDERBRÁS****II.5.1 - Ato Declaratório CD/PND nº 1, de 15 de julho de 1991**

Dispõe sobre a utilização de debêntures inegociáveis, de emissão da Siderbrás, para efeito de liquidação de aquisições realizadas no âmbito do PND.

II.6 - OUTROS CRÉDITOS**II.6.1 - Resolução CD/PND nº 10, de 15 de julho de 1991**

Autoriza a utilização de créditos contra entidades controladas direta ou indiretamente pela União nos processos de desestatização.

II.6.2 - Portaria SFN nº 1.158, de 6 de setembro de 1991

Regulamenta a utilização de outros créditos da dívida interna no âmbito do PND.

Regulamentação das moedas, títulos e créditos

VOLUME II

***Resolução CD/PND nº 17,
de 26 de agosto de 1991***

*Dispõe sobre a participação
de Fundos de Privatização em
alienações efetuadas no
âmbito do Programa Nacional
de Desestatização.*

A COMISSÃO DIRETORA DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - PND, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso XIV, da Lei nº 8.031, de 12.4.90,

RESOLVE:

Art. 1º - Para fins de participação nas alienações efetuadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, os Fundos de Privatização, serão classificados como nacionais ou estrangeiros em função da origem da maioria do capital aplicado na subscrição de suas quotas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO MARCO MODIANO

Presidente

Resolução CD/PND nº 22, de

7 de outubro de 1991

*Estabelece critérios de
valoração de direitos de
crédito utilizáveis na aquisição
de bens no âmbito do
Programa Nacional de
Desestatização*

A COMISSÃO DIRETORA DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 69, XIV, da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º- Os direitos de crédito, representados ou não por títulos, utilizáveis na aquisição de bens objeto de alienação no âmbito do Programa Nacional de Desestatização serão considerados por seu valor no quinto dia útil anterior à data fixada para a alienação daqueles bens, para efeito de determinação do limite de capacidade financeira,

Art. 2º - Na liquidação das aquisições de bens no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, os direitos de crédito enumerados neste artigo serão valorados ao par, de acordo com as seguintes regras

I - os direitos de crédito relativos a cruzados novos bloqueados à ordem do Banco Central do Brasil e vinculados, nos termos da Circular Bacen nº 1.985, de 4.7.91, à Câmara de Liquidação e Custódia S/A - CLC serão aceitos por seu valor total efetivamente vinculados à CLC, sem acréscimo de qualquer natureza, inclusive correção monetária e juros;

II - os direitos de crédito representados por Títulos da Dívida Agraria serão aceitos pelo valor nominal desses títulos, acrescido das parcelas de juros não pagos, corrigido monetariamente:

a - até o primeiro dia do mês de sua utilização na aquisição, de acordo com a legislação aplicável aos Títulos da Dívida Agrária; e

b - após o dia a que se refere a letra anterior e até a data da efetiva liquidação da aquisição, pela Taxa de Referência *pro rata die*;

III - os direitos de crédito relativos a Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento serão aceitos por seu valor nominal, corrigido monetariamente

a - até o primeiro dia do mês de sua utilização na aquisição, de acordo com a legislação aplicável às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND);

e

b - após o dia a que se refere a letra anterior e até a data da efetiva liquidação da aquisição, pela Taxa de Referência *pro rata die*, acrescida dos juros devidos até essa data, *calculados pro rata die*, sendo que, na hipótese de a data da efetiva liquidação da aquisição coincidir com a data de pagamento de juros, estes serão integralmente creditados ao titular, não integrando o valor do crédito transferido naquela liquidação;

IV - os direitos de crédito representados por Certificados de Privatização serão aceitos pelo valor nominal desses títulos, corrigido monetariamente até a data da efetiva liquidação da aquisição, de acordo com a legislação aplicável aos Certificados de Privatização;

V- os direitos de crédito representados por debêntures de emissão da Siderurgia brasileira S.A. - Siderbrás serão aceitos pelo valor nominal desses títulos, corrigido monetariamente, até a data da efetiva liquidação da aquisição, de acordo com as disposições vigentes da escritura de emissão das debêntures e dos atos jurídicos de aditamento dessa escritura, acrescido dos juros devidos até aquela data, calculados *pro rata*, observadas as seguintes regras:

a - na hipótese de a data da liquidação ser diferente da data do final de um período de capitalização a correção monetária entre a data da última capitalização e a daquela liquidação terá por base a variação do Índice Geral de Preços -

Disponibilidade Interna IGP-DI), divulgada pela Revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getulio Vargas, calculada *pro rata* para o período;

b - com vista a efetivar-se a liquidação, proceder-se-á, se for o caso, à transferência das debêntures por seu valor nominal, corrigido monetariamente até o último dia 16 imediatamente anterior à data daquela liquidação, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da variação acumulada da Taxa Referencial Diária entre o dia 16 e o da liquidação, permanecendo a operação em aberto até ser divulgado o valor nominal a vigorar no dia 16 imediatamente posterior à liquidação da aquisição;

c - na hipótese da alínea anterior proceder-se-á, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da divulgação oficial do IGP-DI adotado para a correção monetária do valor nominal das debêntures no dia 16 imediatamente posterior à data da liquidação da aquisição, à devolução, em debêntures, do eventual saldo a maior em relação ao valor de aquisição dos bens adquiridos em execução do Programa Nacional de Desestatização; e

d - havendo juros *pro-rata* pendentes de capitalização ou pagamento na data da liquidação da aquisição, esses juros serão calculados até essa data; e

VI - os direitos de crédito relativos a repactuação da dívida procedida no âmbito da Portaria SFN nº 1.158, de 6 de setembro de 1991, serão aceitos pelo valor nominal, corrigido monetariamente até a data da efetiva liquidação, acrescido da parcela de juros *pro-data* até essa data, de acordo com as seguintes regras:

a - na hipótese de a liquidação ocorrer em data diferente da data-base mensal para apuração da dívida, a correção monetária do valor nominal será efetivada aplicando-se a variação do IGP-DI, calculado *pro-rata die*;

b - com vista à efetivação da liquidação, proceder-se-a, se for o caso, a transferência dos referidos créditos pelo valor nominal, corrigido até o último dia 15 imediatamente anterior a data da aquisição, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da variação acumulada da TRD entre aquela data e a data da liquidação, permanecendo a operação em aberto até a publicação do valor nominal a vigorar para o dia 15 imediatamente posterior a data de liquidação;

c - na hipótese da alínea anterior, proceder-se-á, no prazo máximo de 10 (dez) dias contado da publicação do IGP-DI a ser utilizado para correção do valor nominal no dia 15 imediatamente posterior a data da liquidação, a devolução em direitos de crédito da mesma espécie, do eventual excesso entre o valor dos direitos de crédito utilizados e o valor da aquisição; e

d - havendo juros *pro-data* pendentes de capitalização ou pagamento na data de liquidação, esses juros serão calculados até essa data.

Art. 3º - Os direitos de crédito relativos a dívida externa serão convertidos; para efeito de liquidação da aquisição de bens alienados em leilão, nos termos da legislação em vigor, pela taxa oficial de compra do dólar norte-americano do dia útil, imediatamente anterior ao da liquidação da aquisição.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução CD/PND nº 14, de 15 de julho de 1991, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1991.

EDUARDO MARCO MODIANO (Presidente)

Consulte-se a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre as consequências tributárias da aquisição de ações ou quotas de capital adquiridas através de público leilão no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, mediante a entrega de cruzados novos, certificados de privatização ou ativos títulos de crédito (Portaria MEFP nº 263, de 22.4.91).

Parecer PGFN-PGA nº
970/91

Através do Programa Nacional de Desestatização busca o Estado uma volta ao Estado liberal predominante no século XVIII e XIX, dispensando tanto quanto possível a presença do Estado na atividade econômica.

2. O processo de desestatização, embora seja atividade diretamente contrária a intervenção na propriedade e no domínio econômico, também será exercido, como

aquela, mediante atos de impróprio, obedecido o interesse público e o princípio de legalidade. Portanto, o processo de desestatização será regrado por normas de direito público.

3 Nesse sentido, expediu-se a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, instituindo o Programa Nacional de Desestatização, nela incluindo o artigo 16, que enumerou as modalidades a serem utilizadas no pagamento das alienações, cuidando de fazê-lo de maneira claramente exemplificativa evitando a adoção da modalidade taxativa que poderia conduzir a uma indesejável rigidez. Pelo contrário, deixou ao prudente alvedrio da norma regulamentar determinar a aprovação pela Comissão Diretora do Programa da forma de pagamento das alienações, de maneira a que a modalidade enfim adotada, que pode ser, inclusive, a combinação de mais de uma forma de aquisição, permitirá a obtenção do melhor preço em relação às condições de mercado no momento da transação. Em outras palavras, e considerando que os recursos provenientes das alienações serão empregados pelo Estado na realização do bem-estar social e do progresso econômico, a observância do princípio da finalidade aparece bem nítida: trata-se de obter do produto da alienação a maior quantidade possível de meios para produzir o máximo de bem-estar social para citar a conhecida forma de Dalton. Assim não entendesse o legislador, não teria de sequer inserido nas atribuições da Comissão Diretora o comando normativo do inciso IX, do artigo 6º, da Lei nº 8.031/90, que encerra nitidamente o conteúdo de poder de *escolha* da modalidade, conveniência e oportunidade; também teria ele redigido diferentemente o artigo 16, dizendo que: as formas de pagamento deveriam ser somente as enumeradas com exclusão de quaisquer outras. Se assim não procedeu o legislador é porque não queria contrariar o *substratum* teleológico do bem jurídico que se visava tutelar retirar o Estado das ações econômicas que tradicionalmente não lhe são próprias e concentrar a sua atividade, reforçada, inclusive, pelo produto das alienações, no desempenho daquelas atribuições do Estado.

4. Nessa ordem de raciocínio, a desejada flexibilidade tão bem esgrimida pelo legislador é que poderia, como de fato o fez, ser o instrumento adequado para atingir uma outra meta estritamente ligada à principal: atingir no momento e de acordo com as circunstâncias do ambiente econômico-financeiro nacional o melhor proveito.

5. Alienando as empresas deve ser adotado um processo geral e impessoal a fim de relacionar, entre várias propostas apresentadas por particulares, a que mais atenda aos interesses da coletividade. O leilão, espécie de concorrência pública, utilizável na venda de bens móveis e semoventes (Estatuto, artigo 20, parágrafos 59 e 43), foi a forma adotada pela Administração para alienar suas participações societárias em empresas estatais. A licitação é o antecedente necessário do contrato administrativo, o contrato é o conseqüente lógico de licitação. "Mas esta observa-se: é apenas um procedimento administrativo preparatório do futuro ajuste, de modo que não confere ao vencedor nenhum direito ao contrato, apenas uma expectativa do direito. Realmente, concluída a licitação, não fica a Administração obrigada a celebrar o contrato, mas, se o fizer, há de ser com o proponente vencedor" (vide Hely L. Meireles, *Direito Administrativo Brasileiro*, 14a edição, p.240).

6. O leilão, tecnicamente, exprime-se como processo prévio à alienação; que se realiza por pregões a quem mais der.

7. Ora, o Estado, no processo de desestatização, além do interesse de liberalizar a economia, pretende também como objetivo predominante diminuir o déficit público (Lei nº 8.031/90-II). Desfaz-se de um bem de seu ativo, em troca, recebe um título de crédito, que onerava o seu *passivo*. Este objetivo deve ficar presente, a fim de que se compreenda os objetivos do leilão. A expressão em cruzeiros do valor dos títulos oferecidos, traduz-se numa maior ou menor quantidade de títulos públicos, ou seja, não é preço, é um mero instrumento referencial de troca. A moeda, por sinal, é universalmente reconhecida como intermediário nas trocas e medida de valor

comum das mercadorias. Portanto, os cruzeiros lançados pelas partes representariam a quantidade de títulos, valorizados, pelo seu valor de face. Logo, o leilão estaria desvinculado da moeda (cruzeiro) e sim diretamente vinculado à quantidade de títulos oferecidos em troca da participação acionária, conforme as formas operacionais de pagamento restabelecidas pelo artigo 16 da Lei nº 8.031/90.

8. Por outro lado, o imposto de renda tem como fato gerador a disponibilidade econômica ou jurídica de uma renda ou de proventos de qualquer natureza, segundo preceitua o artigo 43 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25.10.66). Como o conceito de renda é um conceito econômico e até hoje sem nítidos contornos, temos que o referido imposto incide sobre a percepção de uma renda, segundo critério jurídico. Isto significa que só são considerados renda ou proventos, os que a lei define como tais, coincidam ou não com o conceito econômico.

9. Ora, como demonstramos, os particulares e o Estado participam de uma operação de troca (permuta), pois os participantes do leilão também buscam trocar títulos públicos por participações acionárias das estatais, e, dessa forma, afastar-se-ia a preocupação dos reflexos na licitação (leilão), pois o objetivo final dele, não são os cruzeiros, mas a maior quantidade de títulos públicos.

10. O vínculo jurídico estabelecido entre o Estado e o particular adquirente da participação societária, via leilão, tem por *objeto imediato* a prestação destinada a satisfazer o interesse das partes, e por *objeto mediato* o bem que deve ser prestado, no caso do particular as ações ou participações societárias e, relativamente ao Estado, receber títulos de dívida pública. Essa troca é o fundamento do negócio jurídico estabelecido, não se podendo confundir o objeto da obrigação (prestação) com o objeto de prestação (no caso lote de ações ou títulos de dívida pública). Nem se diga que haverá fraude ao leilão, o recebimento de títulos por 100, quando o seu preço de mercado seria, por exemplo 40, pois a

melhor interpretação da Lei nº 8.031/90 é a que determina que o título entre pelo seu valor de face (100). Este é um fato jurídico, hábil à produção de efeitos e do conhecimento de toda a coletividade. Esta defasagem é um vínculo social que foi transformado em vínculo jurídico. Logo os participantes de leilão, possuidores de títulos públicos, possuem um instrumento de troca (quase moeda) em igualdade jurídica, não econômica, com os possuidores de cruzeiros. Os negócios jurídicos celebrados entre particulares não têm o condão de interferir nas convenções ou acordos celebrados por pessoa jurídica pública, tendo em vista a predominância do interesse público sobre o privado. A consequência jurídica, no presente caso, é que o valor de mercado prevalente nas negociações privadas não pode prevalecer sobre o valor atribuído pelo Estado para seus títulos, devendo, no contrato administrativo, o título ser aferido pelo seu valor de face, inclusive, por ser o único reconhecido e registrado na contabilidade pública da União.

11. Advirta-se, além disso, que não se pode confundir a situação jurídica do "devedor" por título de crédito ou outro ativo financeiro que tenha "valor de face" com a situação jurídica de terceiro, "o mercado", que apenas avalia, em termos de mensuração, da vantagem econômica e da conveniência e oportunidade, se *lhe interessa* adquirir os créditos, a que o devedor está obrigado a tomar pelo seu valor de face.

12. Enquanto o devedor está obrigado por toda a dívida, o credor além de poder dispensar parte de seu crédito, pode cedê-lo a terceiro, mediante a contraprestação que aceitar; e o terceiro pode, para assumir a posição do credor, avaliar a seu talante a expressão econômica, para si, dessa situação de credor, com as informações e baseado nas análises que entender de proceder. Mas é evidente que o devedor não pode se valer dessa avaliação praticada pelo mercado para se furtar da obrigação que assumiu.

13. É a lei que em muitos casos elege o valor de mercado como parâmetro de negociações de títulos, valores mobiliários e outros bens. Todavia, não pode a lei, sob pena de incidir em confisco, determinar perda para o credor, alegando como parâmetro de grandeza, para realização de novo negócio jurídico com o devedor, a avaliação de mercado, já que tal crédito tem valor juridicamente exigível contra o devedor, que é o valor de face.

14. Eu diria que foi criado, relativamente ao particular participante do leilão, obrigação alternativa, mediante sua escolha, ou entrega cruzeiros, ou entrega títulos, satisfazendo a prestação. Na primeira hipótese haveria claramente um contrato de compra e venda, na segunda hipótese a modalidade obrigacional seria tipificada como troca. O leilão teria o condão da transparência e igualar as oportunidades aos participantes de um negócio jurídico com o Estado (quer seja compra e venda ou permuta de valores).

15. Ainda que se quisesse, *ad argumentandum*, ver um ganho de capital entre a aquisição do título por 40 e o valor 100 conferido na troca, creio que haveria obstáculos jurídicos, relativamente ao aspecto temporal do fato gerador e a própria base de cálculo.

Ruy Barbosa Nogueira, *Direito Financeiro, Curso de Direito Tributário* {19 Tomo, segunda edição, 1969, p. 115), ensina:

"O momento da ocorrência do fato gerador é da maior importância porque é neste momento que nasce a obrigação tributária e, portanto, se aplica a leis vigente à data da sua realização".

16. É evidente que o momento não seria aquele da troca, mas sim quando o particular vendesse a participação acionária trocada. E, ainda, não existiria base de cálculo, pois o valor referencial em cruzeiros no leilão, existe somente como estímulo à troca dos bens (papéis públicos).

17. Esta tributação, ainda, seria iníqua, pois como não foram recebidos cruzeiros, não haveria disponibilidade líquida do contribuinte, e, em consequência naquele momento nenhuma base de cálculo para o fato gerador, pois a renda fica sujeita à tributação quando realizada e quantificada; evidentemente não é a hipótese sob exame,

18. A aparente parcela de maior valia nesta operação seria ilusória, pois nada nos indicaria que a futura participação societária poderia substituir eventualmente os títulos de crédito entregues no leilão.

19. No caso específico dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), por força do artigo 184 da Constituição Federal, a União não pode considerar outro valor, pois eles são medidos com cláusula de preservação do valor real, e cuja utilização é definida em lei, portanto, se constitucionalmente seu valor deve permanecer inalterado não há possibilidade jurídica de admitir-se a sua desvalorização para fins de encontrar uma mais valia.

Em conclusão, não há tributação, pois conforme a jurisprudência e a orientação uniforme das autoridades fiscais são no sentido de que não há ganho de capitais, quando ocorre mera troca de bens, principalmente, por ter a União como parte no contrato, e, em consequência, respondo à consulta no sentido de não haver tributação na aquisição de ações ou quotas de capital permutadas em público leilão no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

SOB CENSURA, é o Parecer.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 16 de setembro de 1991.

WAGNER PIRES DE OLIVEIRA *Procurador-Geral Adjunto*

Aprovo o Parecer.

Submeta-se à superior apreciação do Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 23 de setembro de 1991.

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR

Procurador-Geral da Fazenda Nacional

Processo nº

10168.007447/9140

INTERESSADO: Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031/90). Leilão para alienação de ações. Entrega, pelo licitante vencedor, de títulos da dívida pública federal e outros créditos. Caracterização como permuta. Não existência de ganho de capital para efeito de incidência do imposto de renda.

DESPACHO: Aprovo o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que conclui no sentido de que a entrega pelo licitante vencedor de títulos da dívida pública federal ou de outros créditos contra a União como contrapartida à aquisição das ações leiloadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização caracteriza-se como permuta, caso em que não incide o imposto de renda sobre ganho de capital pela só efetivação do leilão ou da celebração do contrato respectivo, e de que só ocorrera ganho de capital tributável por ocasião da realização desse ganho pela alienação das ações adquiridas.

Encaminhe-se à Secretaria da Fazenda Nacional para as providências cabíveis.

Brasília-DF, 23 de setembro de 1991.

MARCILIO MARQUES MOREIRA

Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

Instrução Normativa nº 92, de

22 de outubro de 1991

*Dispõe sobre tratamento
tributário nos casos de
entrega de título da dívida*

*pública federal na aquisição
de ações de estatais.*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL, no uso das suas atribuições e tendo em vista as conclusões do Parecer

PGFN-PGA nº 970-91, de 23 de setembro de 1991, publicado no D.O.U. de 24 de setembro de 1991 (fis. 20555/6),

RESOLVE:

1 - Terá o tratamento de permuta a entrega, pelo licitante vencedor, de títulos da dívida pública federal ou de outros créditos contra a União como contrapartida à aquisição das ações leiloadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

2 - Na hipótese do adquirente pessoa física, deverá ser considerado como custo de aquisição das ações da empresa privatizada o valor dos direitos, contra a União registrados na declaração de bens, pelo seu valor da aquisição acrescido dos rendimentos computados até o mês da compra das ações no leilão.

3 - Na hipótese de pessoa jurídica não tributada pelo lucro real o custo de aquisição será apurado na forma do item anterior.

4 - No caso de pessoa jurídica tributada pelo lucro real, o custo de aquisição das ações leiloadas será igual ao valor contábil dos títulos ou créditos entregues pelo adquirente na data da operação.

4.1 - Na hipótese em que configure, na aquisição, investimento relevante em coligada ou controlada, avaliável pelo valor do patrimônio líquido, a adquirente deverá registrar o valor da equivalência no patrimônio adquirido em conta própria de

investimentos e o valor do ágio ou deságio na aquisição em subconta do mesmo investimento, que deverá ser computada no lucro líquido, na determinação do lucro real do período-base de realização do investimento a qualquer título.

CARLOS ROBERTO GUIMARÃES MARCIAL

Lei nº 8.250

de 24 de outubro de 1991

*Dispõe sobre o Programa
Nacional de Desestatização.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 16 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, assegura aos titulares de créditos e títulos o direito de utilizá-los na aquisição de bens privatizáveis, não limitando as formas operacionais, as formas de pagamento e os bens, inclusive creditórios, que poderão ser aceitos em permuta daqueles bens.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 24 de outubro de 1991; 1709 da Independência e 1039 da República.

Fernando Collor de Mello

Marcilio Marques Moreira

II-Regulamentação específica

II.1-Certificados de Privatização

Portaria MEFP nº 860, de 6

de setembro de 1991

Estabelece condições para a

negociação privada dos

Certificados de Privatização

de que trata a Lei nº 8.018, de

11.4.90.

O MINISTRO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso 11, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 19, inciso 1, da Lei nº 8.018, de 11.4.90,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a negociação privada dos Certificados de Privatização criados pela Lei nº 8.018, de 11.4.90, nas hipóteses em que a transferência efetiva desses títulos esteja condicionada pelas partes contratante à sua utilização no pagamento de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, na forma da Lei nº 8.031, de 12.4.90.

Parágrafo Único - A aquisição de Certificados de Privatização na forma de que trata o *caput* não será computada como parte do volume mínimo de aquisição obrigatória, estabelecido pelas Resoluções nº5 1.721, de 27.6.90, e 1.730, de 13.7.90, por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entidades de previdência privada, sociedades seguradoras e de capitalização.

Art. 2º - A negociação dos Certificados de Privatização em Bolsa de Valores permanecerá regida pelas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a exclusividade de que trata o artigo 19, da Portaria nº 683, de 14.10.90.

LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES

Instrução CVM nº de 11 de setembro de 1991

Altera o critério de
diversificação das carteiras
do Fundo de Privatização -
Capital Estrangeiro e do
Fundo de Privatização - CP.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que o Colegiado, em sessão realizada nesta data, e com fundamento no disposto no inciso I do artigo 8º da Lei nº 6.385 de 7.12.76, e na Resolução nº 1.819, de 27.03.91, do Conselho Monetário Nacional,

RESOLVEU:

Art. 1º - Alterar a redação do artigo 25 da Instrução CVM nº 157, de 21.8.91, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.25 - O Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro deverá ,manter o seu patrimônio aplicado exclusivamente em:

I - títulos e valores mobiliários emitidos por empresas desestatizada, na forma da Lei nº 8.031, de 12.4.91;

II - títulos da dívida pública federal;

III - débitos vencidos da União, ou por ela garantidos, do qual resulte o seu cancelamento, mediante a correspondente emissão de debêntures por empresa controlada direta ou indiretamente pela união;

IV- Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND); e

V - valores mobiliários de emissão de companhia resultante de associação plurilateral com a finalidade de participar como compradora nos leilões do Programa Nacional de Desestatização, nos termos da Deliberação CVM nº 125, de 24.7.91.

Parágrafo único-

Art. 2º - Alterar a redação do artigo 26 da Instrução CVM nº 141, de 27.3.91, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 - O Fundo de Privatização- CP deverá manter o seu patrimônio aplicado exclusivamente em:

- I - ações de companhias desestatizadas na forma da Lei nº 8.031, de 12.4.90;
- II - debêntures de companhias desestatizadas na forma da Lei nº 8.031, de 12.4.90, debêntures de companhias controladas ou coligadas, ou de sociedades controladoras dessas empresas;
- III - obrigações emitidas por pessoa jurídica que participe como compradora nos leilões do Programa Nacional de Desestatização, observado o limite máximo de 45% (quarenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo;
- IV - valores mobiliários de emissão de companhia resultante de associação plurilateral com a finalidade de participar como compradora nos leilões do Programa Nacional de Desestatização, nos termos da Deliberação CVM nº 125, de 24.7.91;
- V - Certificados de Privatização; e
- VI - Títulos da dívida pública federal.

Parágrafo único-

Art. 3º - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial* da União.

RENÉ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR

Resolução CMN n-º 1.868, de
23 de setembro de 1991

*Autoriza a aquisição dos
Certificados de Privatização
de que trata a Lei nº 8.018, de
11.4.90, mediante cessão de
dívidas bancárias internas
contra a União ou por ela
avalizadas.*

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 99 da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Presidente do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, por ato de 20.9.91, com base no parágrafo 2º do artigo 29 da Lei nº 8.056, de 28.6.90, e na Lei nº 8.201, de 29.6.91, *ad referendum* daquele Conselho, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.018, de 11.4.90,

RESOLVEU:

Art. 1º - Autorizar o pagamento das aquisições dos Certificados de Privatização de que trata a Lei nº 8.018, de 11.4.90, mediante cessão dos créditos de instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de entidades fechadas de previdência privada, de sociedades seguradoras, de sociedades de capitalização e de entidades abertas de previdência privada, bem assim de demais interessados, contra a União e órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, com as seguintes características:

- I - dívida bancária interna, de órgãos da Administração Pública Federal Direta; e
- II - dívida bancária interna, de entidades da Administração Pública Federal Indireta, com aval da União.

Parágrafo 1º - Para fins da cessão de que trata este artigo, serão admitidos os créditos originários ou adquiridos de terceiros.

Parágrafo 2º - Somente serão considerados os créditos sobre os quais não penda demanda judicial, certos, líquidos e exigíveis, cujo vencimento tenha ocorrido até a data prevista para o pagamento de cada parcela dos Certificados de Privatização a serem adquiridos.

Parágrafo 3º - A cessão será realizada considerando-se os valores dos créditos a serem cedidos nas datas de aquisição dos Certificados de Privatização, quando as partes darão quitação mútua dos correspondentes direitos e obrigações.

Art. 2º - A cessão de que trata o artigo 1º desta Resolução poderá ser solicitada antecipadamente, a critério das instituições, entidades e sociedades referidas no *caput* do mesmo artigo, independentemente das disposições da Resolução nº 1.755, de 15.10.90.

Art. 3º - A cessão de que trata esta Resolução estará condicionada a previa existência de dotação de despesa no Orçamento Geral da União nos casos em que essa se fizer necessária.

Parágrafo único - Na hipótese de inexistência, até 15.6.92, da dotação orçamentária referida neste artigo, as diferenças não integralizadas dos Certificados de Privatização deverão ser pagas até 15.7.92, remuneradas de acordo com a Taxa Referencial Diária (TRD).

Art. 4º - O Banco Central do Brasil e o Departamento do Tesouro Nacional, cada qual dentro de sua esfera de competência, poderão adotar as medidas e baixar as normas que se fizerem necessárias a execução do disposto nesta Resolução.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

Presidente

Portaria MEFP nº- 954, de 8 de outubro de 1991

Regularmente o procedimento de aquisição de Certificados de Privatização mediante a cessão de dívidas bancárias internas contra a União ou por ela avalizadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Resolução CMN nº 1.868, de 23.9.91,

RESOLVE:

Art. 1º - A cessão de créditos de que trata a Resolução nº 1.868, de 23.9.91, do Conselho Monetário Nacional, a ser efetivada pelo Departamento do Tesouro Nacional - DTN, deve ser solicitada pelo adquirente de Certificado de Privatização, através da apresentação do valor a ser convertido no Sistema de Informação do Banco do Brasil - Sisbacen, e precedida de:

I - remessa de declaração formal ao DTN/Codip/Diedi, localizado no Anexo "A" do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sala 007, Esplanada do Ministérios, Brasília - DF, na forma do modelo divulgado pelo Comunicado DTN/Codip nº 053, de 17.9.90 - Mensagem Sisbacen nº 90140158-, de que créditos são certos, líquidos e exigíveis, e de sobre eles não pende qualquer demanda judicial;

II - apresentação ao DTN/Codir/Diedi, até trinta dias após a aquisição do Certificado de Privatização, dos documentos que comprovem os créditos e de declaração de reconhecimento dos créditos pelo devedor principal. O DTN enviará a documentação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, a qual encaminhará parecer ao DTN sobre a certeza, liquidez e exibibilidade dos créditos, para efeito de ratificação da cessão.

Art. 2º - Nos casos em que as informações prestadas na declaração de que se trata o inciso I do art. 1º forem consideradas incorretas, fica sem efeito a cessão, incumbida ao declarante a obrigação legal de aquisição dos Certificados de Privatização, com os acréscimos, sem prejuízo das consequências penais.

Art. 3º - O Departamento do tesouro Nacional, no âmbito de sua competência, adotará as medidas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

MARCÍLIO MARQUES MOREIRA

II.2-Créditos externos

Resolução CMN nº 1.850, de
31 de julho de 1991

*Altera disposições da
Resolução nº 1.810, de
27.3.91, permite as socieda-
des de participação tomar
parte no processo de
desestatização e estabelece
as condições para registro
dos investimentos.*

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL em sessão realizada em 31.7.91, tendo em vista as disposições dos artigos 4º, incisos V e XXXI, e 57 da referida Lei, do artigo 50 do Decreto nº 55.762, de 17.2.65, do artigo 5º, *caput*, da Resolução nº 82, de 18.12.90, do Senado Federal, e da Resolução nº 5/91, de 4.3.91, da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização,

RESOLVEU:

Art. 1º - Dar nova redação ao parágrafo 3º do artigo 4º, ao artigo 6º, ao artigo 7º, ao artigo 8º e ao artigo 9º, todos da Resolução nº 1.810, de 27.3.91, como segue:

"Art. 4º-

Parágrafo 3º- Para as conversões realizadas com base nos créditos mencionados no inciso II do artigo 1º e no artigo 2º, o desconto referido no parágrafo 1º será

apropriado pelo Banco Central do Brasil; nos casos de utilização dos recursos de que tratam os incisos I e III do artigo 1º, o desconto reverterá em favor dos respectivos emitentes/devedores."

"Art. 6º - Não serão acolhidas conversões, para fins de registro ao amparo da Lei nº 4.131, de 3.9.62, quando os participantes nas operações, ou pessoas com as quais mantenham vínculo de controle, tenham efetuado, direta ou indiretamente, remessas ao exterior a título de retorno ou ganho de capital no período de 6 (seis) meses imediatamente anteriores, contados a partir da data de aquisição das ações ou quotas das empresas privatizadas.

Parágrafo 1º - Essa vedação não se aplicará quando houver o reingresso no país dos recursos transferidos ao exterior no mencionado período .

Parágrafo 2º - A participação em conversões dentro do Programa Nacional de Desestatização, mesmo que realizada através de Fundos de Privatização ou sociedades de participação, tornará indisponível para remessa ao exterior, a título de retorno/ganho de capital, outros investimentos estrangeiros realizados pelo mesmo investidor, ou por pessoas com as quais mantenha vínculo de controle, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de aquisição das ações ou quotas privatizadas, até o limite do valor líquido convertido."

"Art. 7º - Os lucros, dividendos e demais rendimentos decorrentes de investimentos resultantes das conversões de que se trata, inclusive os apurados pelos Fundos de Privatização, são passíveis de remessa ao exterior, observadas, no que concerne ao regime fiscal, as disposições da Lei nº 4.131, de 3.9.62."

"Art. 8º - Ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, fica vedada a conversão em investimento dos créditos e títulos referidos nos artigos 1º e 2º desta Resolução por empresas brasileiras e/ou suas subsidiárias, filiais e agências no exterior, sejam elas pertencentes ao setor público ou privado, financeiro ou não financeiro.

Parágrafo 1º - Excetuam-se da vedação imposta por este artigo as conversões em investimento realizadas através de sociedades de participação, inclusive as de que

trata a Circular nº 1.339, de 28.7.88, desde que sua participação se constitua a partir da utilização, nos leilões, dos títulos e créditos detidos pelos seus investidores estrangeiros.

Parágrafo 2º - Excetuam-se ainda as conversões realizadas por bancos brasileiros com a utilização dos créditos e títulos referidos nos artigos 1º e 2º desta Resolução, detidos por suas agências, filiais e/ou subsidiárias bancárias no exterior.

Parágrafo 3º - As instituições financeiras referidas no parágrafo anterior somente poderão participar do Programa Nacional de Desestatização até o valor dos portfólios de suas agências, filiais e/ou subsidiárias bancárias no exterior, relativos aos créditos e títulos mencionados nos artigos 1º e 2º desta Resolução, apurados em 31.12.90.

Parágrafo 4º - Aplica-se a essas conversões o disposto no artigo 4º desta Resolução, exceto no que diz respeito ao registro do investimento realizado por bancos brasileiros na forma deste artigo, de vez que os respectivos créditos serão nacionalizados."

"Art. 9º - O Banco Central do Brasil baixará as normas complementares e adotará as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, cabendo ainda ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários, nas respectivas áreas de competência, regulamentar a atuação das sociedades de participação referidas no artigo 8º, parágrafo 1º, desta Resolução."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogados o parágrafo 6º do artigo 4º da Resolução nº 1.810, de 273.91, e a Resolução nº 1.839, de 26.6.91.

FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

Presidente

Circular Bacen nº 2.013, de
12 de agosto de 1991

*Estabelece condições para
autorização e registro
concernentes a conversões
no âmbito do Programa
Nacional de Desestatização -
Resolução nº 1.810, de
27.03.91.*

Comunicamos que a DIRETORIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, com base nas Resoluções nº 1.810, de 27.3.91, e 1.850, de 31.7.91, decidiu estabelecer os critérios a seguir especificados para conversão, em investimento, de créditos externos correspondentes a dívidas do Setor Público Federal, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12.4.90.

Art. 1º - O registro dos investimentos decorrentes das conversões de que trata a Resolução nº 1.810, de 27.3.91, somente ocorrerá após a comprovação de que os recursos foram efetivamente aplicados na aquisição de ações ou quotas de empresas privatizadas, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Art. 2º - A liquidação da operação de compra de ações ou quotas com recursos de que tratam os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1.810 deverá se dar concomitantemente à realização de operações simbólicas de câmbio, as quais estarão sujeitas a autorização prévia do Banco Central do Brasil - Departamento de Capitais Estrangeiros (Firce).

Art. 3º - Até o segundo dia útil imediatamente seguinte ao da realização dos leilões, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização apresentará ao Firce notificação dos resultados, indicando as propostas vencedoras e encaminhando as informações prestadas pelas sociedades corretoras necessárias à perfeita

identificação do investidor estrangeiro e respectivos recursos a serem empregados, bem como informando os percentuais de participação de cada um, em face do disposto no inciso IV do artigo 13 da Lei nº 8.031, de 12.4.90.

Art. 4º - A utilização de créditos decorrentes de obrigações externas do Setor Público Federal, vincendas ou vencidas e não depositadas no Banco Central do Brasil, a que se refere o inciso I do artigo 1º da Resolução nº 1.810, dependerá de expressa concordância da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização no sentido de que aceitará referidos créditos como moeda de pagamentos.

Parágrafo 1º - A manifestação referida neste artigo deverá ser enviada à entidade responsável pelo bloqueio e liquidação, dentro do prazo estabelecido para bloqueio das moedas.

Parágrafo 2º - Caberá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o envio ao Firce, até a data da liquidação, de documentação relativa à cessão ao participante estrangeiro, no exterior, dos créditos externos correspondentes às propostas vencedoras, bem como à sua assunção, no país, para fins de liquidação financeira do leilão, juntamente com os Certificados e/ou Esquemas de Pagamento respectivos.

Art. 5º - As sociedades de participação referidas no artigo 8º da Resolução nº 1.810 poderão participar dos leilões com os títulos e créditos detidos pelos seus investidores estrangeiros, ficando seu capital social automaticamente integralizado com tais títulos e créditos concomitantemente à liquidação financeira do leilão, observado o disposto no artigo 4º da citada Resolução.

Art. 6º - Não será reconhecido para fins de remessa ou registro em moeda estrangeira o lucro decorrente de diferença verificada, por ocasião da privatização, entre o valor de aquisição das ações ou quotas e o seu valor patrimonial.

Art. 7º - A alienação, em prazo inferior a 12 (doze) anos, de participações decorrentes de conversões em investimento de créditos externos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, inclusive aquelas realizadas através de Fundos de Privatização e sociedades de participação, deverá ser imediatamente comunicada ao Firce.

Parágrafo 1º - Quando da comunicação de que trata este artigo, deverá ser identificado o comprador das ações ou quotas e a destinação a ser dada aos recursos provenientes da alienação.

Parágrafo 2º - Na hipótese de alienação do investimento estrangeiro em favor de nacionais, serão considerados para fins de atualização do registro de capitais estrangeiros e de tributação os ganhos ou perdas decorrentes da transação, na forma das normas em vigor.

Art. 8º - O certificado de registro do capital estrangeiro, emitido pelo Banco Central do Brasil, será o instrumento hábil para que se efetivem as remessas de rendimentos e o retorno/ganho de capital estrangeiro.

Art. 9º - O Departamento de Capitais Estrangeiros (Firce) baixará as normas complementares e adotará as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Circular.

Art. 10º - Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ARMINIO FRAGA NETO

Diretor

Carta-Circular Bacen nº 2.211, de 29 de agosto de 1991

*Estabelece as condições para
autorização e registro de
investimentos decorrentes de
conversões realizadas ao
ampara da resolução nº
1.810, de 27.3.91, modificada
pela resolução nº 1.850, de
31.7.91, e da circular nº
2.013, de 12.8.91*

Tendo em vista o disposto na Resolução nº 1.810, de 27.3.91, modificada pela Resolução nº 1.850, de 31.7.91, e na Circular nº 2.013, de 12.8.91, levamos ao conhecimento dos interessados que:

Art. 1º - O bloqueio dos créditos e títulos representativos da dívida externa brasileira, referidos nos artigos 1º e 2º da resolução nº 1.810, será requerido, por intermédio de corretora, diretamente à entidade responsável pela liquidação financeira do leilão, cabendo a esta solicitar as devidas confirmações e o bloqueio junto ao Banco Central do Brasil ou Departamento do Tesouro Nacional (DTN), conforme o caso.

Art. 2º - Observado o prazo estabelecido para o bloqueio das moedas, deverão os participantes, por intermédio de corretoras, enviar o documento "Depósito de Moedas e garantias" à entidade responsável pela liquidação financeira do leilão especificando os créditos e títulos que pretendam converter, indicando, além do nome, endereço, nºs de Fax e Telex, as seguintes informações, conforme o caso:

I - valores e vencimentos das parcelas a serem utilizadas, bem como os números dos correspondentes Certificados de Registro ou de Autorização e respectivos Esquemas de Pagamento;

II - números das contas-depósito no Banco Central do Brasil e respectivos valores a serem utilizados, bem como o acordo que ampara cada depósito objeto de pedido de bloqueio;

III - séries, números, datas de emissão e respectivos valores dos bônus;

IV - no caso de recursos depositados no Banco Central sob a resolução nº 1.564, de 16.1.89, mencionados no artigo 2º da Resolução nº 1.810:

a - o valor, o número e a data do contrato de câmbio relativo ao depósito, bem como nome e praça do banco interveniente; ou

b - quando se tratar de juros decorrentes de acordos de reestruturação da dívida externa brasileira, o valor, a data de vencimento, o acordo a que se referem e o respectivo credor/agente; e

V - nos demais casos previstos no artigo 2º da resolução nº 1.810, a data, o valor e o número do contrato de câmbio relativo ao depósito, bem como o nome e a praça centralizadora do banco interveniente.

Art. 3º - A entidade responsável pela liquidação financeira do leilão encaminhará tempestivamente cópia do documento referido no **caput** do artigo anterior, para fins de confirmação e bloqueio dos créditos, conforme abaixo:

I - ao Departamento de Capitais Estrangeiros (Firce) - Fax nº (061) 226-3441, nos casos do item I do artigo anterior;

II - ao Departamento da Dívida Externa (Dediv) - Fax nº (061) 224-9261, nos casos do item II e alínea "b" do item IV do artigo anterior;

III - ao Departamento da Dívida Externa (Dediv) - Fax nº (061) 224-9261 ou ao Departamento do Tesouro Nacional (DTN) - Fax nº (061) 226-9720, conforme o emitente dos bônus, nos casos do item III do artigo anterior; e

IV - ao Departamento de Câmbio (Decam) Fax nº (061) 214-2410, nos casos da alínea "a" do item V do artigo anterior.

Art. 4º - No que se refere ao bônus de que trata o item III do artigo anterior, deverá o participante providenciar diretamente ou através do depositário do exterior, conforme o caso, o envio ao Morgan Guaranty Trust Company of New York, na forma do Acordo de Agenciamento de Conversão e pagamento ("Conversion and

Paying Agency Agreement"), firmado em 14.11.88, entre a referida instituição financeira, a República Federativa do Brasil e o Banco Central do Brasil, os seguintes documentos;

I - Notícia de Conversão ("Conversion Notice") nos termos dos acordos relativos à emissão desses título, devidamente assinada pelo investidor; e

II - todos os cupons relativos a principal e juros vencidos e, se houver, também aos vencidos e não pagos.

Parágrafo único - Os documentos de que trata este artigo devem ser encaminhados aos seguintes endereços:

- London: 60 Victoria Embankment
London EC4Y OJP
England
Tel: 011 -71-325-8693- Graham Crosby
Fax: 011 -71 -325-8285
- New York Corporate trust Operations Department
Tellers and Mail Unit
55 Exchange Place Basement A
New York, New York 10260-0646
Tel: (212) 235-0646- Michael Woodhouse
Fax: (212) 235-4933

Art. 5º - Quando do pedido de bloqueio dos créditos e títulos de que se trata, deverão os participantes apresentar à entidade responsável pela liquidação financeira do leilão:

I - declaração de que não foram efetuadas, direta ou indiretamente, por si ou por pessoas com as quais mantenham vínculo de controle, remessas ao exterior a título de retorno ou ganho de capital no período de 6 (seis) meses imediatamente anteriores à aquisição das ações ou quotas das empresas a serem privatizadas; e

II - Declaração, irrevogável e irretratável, de concordância com a conversão em investimento.

Parágrafo único - Na hipótese de conversão dos créditos referidos no item I do artigo 1º e no artigo 2º da Resolução nº 1.810 (exceto os depósitos realizados com base na Resolução nº 1.564, de 16.1.89), deverão ser apresentadas, ainda:

I - a via original dos Certificados e Esquemas de Pagamento, de emissão do Firce, representativos dos créditos;

II - a autorização dos respectivos devedores para utilização dos títulos e créditos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND) e para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possa assinar os contratos de cambio relativos às operações simbólicas que venham a ser exigidas para a conversão em investimento e, ainda, quando cabível, para fins de levantamento dos recursos que estejam depositados junto ao Banco Central do Brasil; e

III - a manifestação de concordância da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, a que alude o artigo 4º da Circular nº 2.013, de 12.8.91, se for o caso.

Art. 6º - Deverá o participante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação ao prazo final estabelecido para o bloqueio, comprovar junto ao Departamento competente do Banco Central do Brasil, observado o disposto no artigo 3º desta Carta-Circular, a titularidade dos créditos que pretende utilizar, encaminhando, nos casos de operações agenciadas, manifestação dos respectivos agentes, confirmando o valor e a titularidade dos recursos a serem utilizados.

Parágrafo único - A documentação a que se refere o *caput* deste artigo deve refletir toda a cadeia de cessões do crédito/título, desde o titular constante dos registros do Banco Central do Brasil até o participante no leilão.

Art. 7º - A não observância do prazo previsto no artigo anterior, ou a apresentação de documentação incompleta e/ou insuficiente implicará a impugnação do pedido de bloqueio respectivo.

Art. 8º - O Banco Central do Brasil ou o Departamento do Tesouro Nacional (DTN), conforme o caso, comunicará à entidade responsável pela liquidação financeira dos leilões a validade dos créditos e títulos oferecidos para fins de bloqueio.

Art. 9º - No que se refere à conversão de juros incidentes sobre os créditos e títulos da dívida externa brasileira de que tratam os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1.810, somente serão acolhidas parcelas desses encargos já vencidas e não pagas até a data final do prazo estabelecido para o bloqueio das moedas, excluídos os valores vencidos até 31.12.90, já abrangidos pelo acordo de regularização de juros atrasados (1989/1990-Brazil Interest Arrangement) firmado com a comunidade financeira internacional.

Art. 10 - Não será permitida a utilização parcial do valor dos bônus, observado que, nos casos em que se concretize a conversão em investimento, serão os títulos subsequentelemente cancelados, cabendo ao emitente providenciar o imediato pagamento ao agente de conversão de todas as somas devidas de acordo com os termos e condições contratadas.

Art. 11 - No dia útil seguinte ao da realização do leilão deverá a entidade responsável pela sua liquidação financeira enviar ao Firce toda a documentação apresentada pelos participantes vencedores na forma do artigo 5º desta Carta-Circular.

Art. 12 - Também no dia útil seguinte ao da realização do leilão, deverá o participante cuja proposta tenha sido vencedora apresentar pedido de autorização prévia ao Firce, em Brasília (DF), nos moldes do Anexo desta Carta-Circular, acompanhado de compromisso de apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da liquidação Financeira do leilão, pedido de registro do investimento, na forma das normas em vigor

Art. 13 - Para fins de cálculo máximo de licitação e, conseqüentemente, de participação nos leilões, os créditos e títulos serão convertidos em moeda nacional pela taxa de câmbio de compra da moeda estrangeira obtida através do Sistema de Informações Banco Central Sisbacen - transação PTAX800-OPÇÃO 5-Cotações

para Contabilidade, válida para o dia imediatamente anterior a data de valorização das moedas para fins de participação nos leilões

Art.14 - Nas operações simbólicas de câmbio que venham a ser exigidas, será utilizada a taxa de câmbio obtida através da transação referida no artigo anterior, valida para o dia útil imediatamente anterior ao da liquidação financeira do leilão.

Art. 15 - Os investimentos poderão, à opção dos investidores, ser registrados em moedas distintas daquelas das obrigações externas convertidas, desde que as referidas obrigações não tenham sido objeto de mudança de moeda anteriormente, observado o disposto na Carta-Circular nº. 2064 de 11.4.90.

Are 16 - Esta Carta-Circular entra em vigor na data de sua publicação

MARCIO CARTER MARQUES

Chefe

ANEXO (local e data)

Ao

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Departamento de Capitais Estrangeiros (Firce) - Brasília (DF)

Ref: Pedido de Autorização Prévia

Resoluções nº5 1.810 e 1.850 e Circular nº 2 013

Em cumprimento ao disposto no artigo 11 da Carta-Circular nº 2 .21 1, de 29 8 91, solicitamos a emissão de autorização prévia amparando a conversão, em investimento, de operação realizada dentro do Programa Nacional de Desestatização (PND), cujas características informamos a seguir

I- DO LEILÃO :

Data :

Local : -

II - DO INVESTIDOR

Nome:

Endereço:

Fax nº :

Telex nº

III - DA EMPRESA PRIVATIZADA

Nome:

Endereço:

CGC/MF:

IV - DAS CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

Valor (moeda nacional)

Data de liquidação :

Quantidade de ações adquiridas a) ordinárias b) preferenciais

V- DA ORIGEM DOS RECURSOS

(Vide artigos 1º e 2º da Resolução nº 1.810 e artigo 2º da Carta-Circular nº 2.211)

Finalmente, declaramo-nos cientes e de acordo com as normas que vem a utilização de créditos e títulos da dívida externa brasileira no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND) consubstanciadas nos normativos em referência e normas complementares

(assinatura autorizada)

nome e cargo

Circular Bacen nº 1.998, de

31 de julho de 1991.

Estabelece condições para registro de capitais estrangeiros investidos em Fundos de Privatização, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Comunicamos que a DIRETORIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, em sessão de 30.7.91, com base nas Resoluções nº 1.806 e 1.810, ambas de 27.3.91, decidiu estabelecer os critérios a seguir especificados para conversão, em investimento, de créditos externos correspondentes a dívidas do Setor Público Federal, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído pela Lei nº 8.031, de 12.4.90, por intermédio de Fundos de Privatização.

Art. 1º- As conversões dos títulos e créditos de que tratam os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1.810, de 27.3.91, poderão destinar-se à integralização de quotas de Fundos de Privatização, cuja constituição, administração e funcionamento sujeitem-se a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários- CVM.

Parágrafo único - A aquisição de quotas dos Fundos de Privatização poderá ser realizada também com recursos novos (*fresh funds*) ingressados a título de investimento de capital estrangeiro.

Art. 2º- Os Fundos de Privatização poderão participar dos leilões com os títulos e créditos referidos no *caput* do artigo anterior, detidos pelos seus investidores estrangeiros, ficando suas quotas automaticamente integralizadas concomitantemente à liquidação financeira do leilão, observado o disposto no artigo 49 da Resolução nº 1.810.

Parágrafo único - No que concerne aos recursos novos mencionados no parágrafo, único do artigo anterior, a data da integralização das quotas corresponderá à do ingresso das divisas no país.

Art. 3º - O prazo mínimo de permanência no país dos recursos convertidos, a que se refere o artigo 5º da Resolução nº 1.810, será contado a partir da data da liquidação financeira da aquisição de ações ou quotas de empresas no âmbito do PND.

Art. 4º - A participação dos Fundos de que se trata em conversões dentro do PND tornará indisponível para remessa ao exterior, a título de retorno/ganho de capital, outros investimentos estrangeiros realizados pelo mesmo investidor ou por pessoas com as quais mantenha vínculo de controle, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de aquisição das ações ou quotas privatizadas, até o limite do valor líquido convertido.

Art. 5º - O resgate ou alienação de quotas do Fundo ou das ações ou quotas de empresas privatizadas componentes de sua carteira, em prazo inferior a 12 (doze) anos contados da data da liquidação financeira da privatização, deverá ser imediatamente comunicada ao Banco Central do Brasil - Departamento de Capitais Estrangeiros (Firce) e à Comissão de Valores Mobiliários- CVM.

Parágrafo 1º - Por ocasião da comunicação de que trata este artigo, o administrador do Fundo deverá identificar o comprador e a destinação a ser dada aos recursos provenientes da operação.

Parágrafo 2º - Na hipótese de resgate de quotas do Fundo em prazo inferior a 12 (doze) anos, serão considerados para fins de atualização do registro de capitais estrangeiros e de tributação os ganhos ou perdas decorrentes da transação, na forma das normas em vigor.

Art. 6º - As conversões de que se trata não serão recolhidas para fins de registro ao amparo da Lei nº 4.131, de 3.9.62, quando os participantes nas operações, ou pessoas com as quais mantenham vínculo de controle, tenham efetuado, direta ou indiretamente, remessas ao exterior a título de retorno ou ganho de capital no período de 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de aquisição das ações ou quotas das empresas privatizadas.

Parágrafo único - Essa vedação não se aplicará quando houver o reingresso no país dos recursos transferidos ao exterior no mencionado período.

Art. 7º - Os recursos destinados à aquisição ou subscrição de quotas de Fundos de Privatização, bem como a reaplicação de seus resultados com contrapartida de emissão de quotas, estarão sujeitos a registro no Banco Central do Brasil, para efeito de controle de capital estrangeiro e de futuras remessas para o exterior de rendimentos, ganhos de capital e de retorno do capital investido.

Art. 8º - O Certificado de Registro de capital estrangeiro emitido pelo Banco Central do Brasil será o instrumento hábil para que se efetivem as remessas de rendimentos e de retorno/ganho de capital.

Art. 9º - A instituição administradora é responsável pela veracidade e exatidão de todas as informações prestadas e documentos apresentados ao Banco Central do Brasil, que poderá, a qualquer tempo, adotar as providências a que alude o artigo 62 do Decreto nº 55,762, de 17.2.65.

Art. 10 - O regime fiscal e de registro dos investimentos efetuados nos Fundos de que se trata obedecerão às disposições da Lei nº 4.131 de 3.9.62.

Art. 11 - Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 31 de julho de 1991.

ARMINIO FRAGA NETO

Diretor

Instrução CVM nº 157, de 21
de agosto de 1991

*Dispõe sobre a constituição,
administração e o
funcionamento de Fundos
Mútuos de Privatização
integralizados com créditos e
título representativos da
dívida externa brasileira,
admitidos no âmbito do
Programa Nacional de
Desestatização (PND).*

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que o Colegiado, em sessão realizada nesta data, e com fundamento no disposto no inciso I do Art. 8º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e na Resolução nº 1.810, de 27 de março de 1991, do Conselho Monetário Nacional.

RESOLVEU:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS

Art. 1º - O Fundo Mútuo de Privatização, constituído sob a forma de condomínio fechado, de que participem exclusivamente pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, fundos ou outras entidades de investimento coletivo estrangeiro, constitui uma comunhão de recursos destinados à aquisição de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas que vierem a ser desestatizadas na forma da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990.

Art. 2º - O Fundo adotará a denominação "Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro" e poderá ter seu patrimônio integralizado com:

I - obrigações externas de médio e longo prazos (empréstimos e financiamentos), registradas no Banco Central do Brasil, sujeitas a acordos de reestruturação da dívida externa brasileira, e respectivos encargos;

II- depósitos em moeda estrangeira, constituídos no Banco Central do Brasil ao amparo dos acordos decorrentes de reestruturação da dívida externa brasileira, e respectivos encargos;

III - bônus decorrentes de acordos de reestruturação da dívida externa brasileira, inclusive os de que trata o Decreto nº 96.673, de 12.09.88, e respectivos encargos;

IV- depósitos em moeda estrangeira constituídos no Banco Central do Brasil ao amparo das Resoluções nºs 229, de 01.09.72, 432, de 23.06.77, 479, de 20.06.78, 980, de 13.12.84, 1.209, de 30.10.86, 1.564, de 16.01.89, e 1.646, de 06.10.89, e Circular nº 230, de 29.08.74, e respectivos encargos, independentemente da natureza jurídica do devedor original (setor público federal, estadual e municipal ou setor privado); e

V - recursos novos (*fresh funds*) ingressados no país a título de investimento de capital estrangeiro, os quais não estão sujeitos aos prazos mínimos referidos nos artigos 24 e 26 da presente Instrução.

Parágrafo 1º - O Fundo poderá, por decisão da Assembléia Geral de quotistas, tomar a forma de condomínio aberto após 24 (vinte e quatro) meses, contados da

última aquisição de títulos e valores mobiliários no âmbito do PND, ficando mantido o prazo mínimo de 12 (doze) anos para a permanência dos recursos no país.

Parágrafo 2º - Caso a Assembléia Geral de quotistas decida pela forma de condomínio aberto, o Fundo poderá se transformar em "Fundo Mútuo de conversão-Capital Estrangeiro", passando a ser regido pela Instrução CVM nº 91, de 6 de dezembro de 1988, inclusive no tocante à composição e diversificação de sua carteira.

Art. 3º- Dependerá de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários a constituição do Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro, bem como os seguintes atos relativos ao Fundo:

- I - alteração do regulamento;
- II - indicação e substituição do diretor responsável pela administração do Fundo;
- III - substituição da instituição administradora;
- IV- transformação;
- V- fusão;
- VI- incorporação;
- VII- cisão;
- VIII - liquidação; e
- IX - contratos celebrados com agentes intermediários.

Parágrafo 1º - O Banco Central do Brasil será comunicado pela Comissão de Valores Mobiliários da autorização do Fundo e dos demais atos previstos neste artigo.

Parágrafo 2º - O pedido de autorização para constituição do Fundo será instruído com:

- I- deliberação da instituição administradora relativa à constituição do Fundo, da qual constará o inteiro teor do seu regulamento, o qual, após a autorização, será registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos; e
- II - informações sobre o credenciamento de agentes intermediários.

Parágrafo 3º - O regulamento do Fundo deverá dispor sobre

- I - política de investimento a ser adotada pela instituição administradora, ativos que poderão compor a carteira do Fundo e a política de diversificação;
- II - prazo de duração, que não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da última aquisição de títulos e valores mobiliários no âmbito do PND;
- III - taxas das gestões para obtenção dos direitos de conversão, ou critério para sua fixação, remuneração do agente fiduciário, quando couber, e demais despesas e encargos do Fundo;
- IV - remuneração dos administradores;
- V - prazo de permanência dos recursos no país, que não poderá ser inferior a 12 (doze) anos para cada aquisição de títulos e valores mobiliário no âmbito do PND.
- VI - valor da cota para efeito de subscrição e resgate; e
- VII - prazo para a liquidação de cada investimento, mediante o resgate de quotas, que poderá ser diferenciado em função do percentual do valor do resgate sobre o patrimônio do Fundo.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º - A administração do Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro será exercida, exclusivamente, por banco múltiplo com carteira de investimento, banco de investimento, sociedade corretora sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários ou outras entidades equiparadas, autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários à prática da atividade prevista no artigo 23 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Parágrafo Único - A administração do Fundo ficará sob a supervisão e responsabilidade direta do diretor da instituição administradora,

Art. 5º - A instituição administradora poderá, mediante aviso prévio de seis meses, por intermédio de carta, telex ou telegrama endereçado a cada cotista, renunciar à administração do Fundo, ficando obrigada no mesmo ato, a comunicar sua intenção à Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 6º - A Comissão de Valores Mobiliários, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar a instituição administradora, se esta deixar de cumprir as normas vigentes

Parágrafo 1º - O processo de descredenciamento terá início mediante notificação da Comissão de Valores Mobiliários a instituição administradora, com indicação dos fatos que o fundamentem e do prazo para apresentação de defesa, não inferior a 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da notificação expedida pela Comissão.

Parágrafo 2º - A decisão da Comissão de Valores Mobiliários que descredenciar a instituição administradora deve ser fundamentada cabendo recurso ao Conselho Monetário Nacional sem efeito suspensivo no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da comunicação expedida pela Comissão.

Art. 7º - O Banco Central do Brasil e/ou o Departamento da Receita Federal poderão requerer à Comissão de Valores Mobiliários o descredenciamento da instituição administradora que descumprir as normas vigentes no âmbito de suas respectivas competências, dentre as quais aquelas relativas ao registro do capital estrangeiro ou de recolhimento do imposto de renda devido na remessa de rendimentos

Art 8º - Nas hipóteses de renúncia e descredenciamento, fica a instituição administradora obrigada a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral para eleger a sua substituta, ou deliberar a incorporação do Fundo a outro Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro

Parágrafo único- A instituição administradora permanecerá no exercido de suas funções até sua efetiva substituição

Art. 9º - A instituição administradora terá poderes para exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em

assembléias gerais ou especiais, podendo, igualmente, abrir e movimentar contas bancárias, adquirir e alienar livremente títulos e valores mobiliários, transigir, praticar, enfim, todos os atos necessários à administração da carteira, observadas as limitações desta Instrução.

Parágrafo único - As instituições custodiantes dos títulos e valores mobiliários do Fundo somente poderão acatar ordens assinadas pelo(s) representante(s) legal(is) ou mandatário(s) da instituição administradora, devidamente credenciado(s) para esse fim.

Art. 10 - Incluem-se entre as obrigações da instituição administradora:

I - manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

a - os registros de quotistas e de transferências de quotas;

b - o livro de atas das assembléias gerais;

c - o livro de presença de quotistas;

d - o arquivo dos pareceres dos auditores;

e - os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo;

f - a documentação relativa às operações do Fundo; e

g - o arquivo dos contratos de cambio relativos aos ingressos e saídas de divisas do país, incluindo os respectivos documentos que serviram de base para tais transferências;

II - receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores do Fundo;

III - exercer ou alienar os direitos de subscrição de ações e outros valores mobiliários;

IV - empregar, na defesa dos direitos dos quotistas, a diligência exigida pelas circunstância, praticando os atos necessários a assegurá-los, inclusive de ações, recursos e exceções; e

V - custear as despesas de propaganda do Fundo.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 11 - Compete privativamente à Assembléia Geral de quotistas:

I - tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo, e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela instituição administradora;

II - alterar o regulamento do Fundo;

III - deliberar sobre a substituição da instituição administradora;

IV - deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão e eventual liquidação do Fundo, observada a restrição estabelecida no inciso 11 do parágrafo 3º do artigo 3º;

V - deliberar sobre alterações na taxa de remuneração da instituição administradora, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo; e

VI - autorizar a instituição administradora a subcontratar pessoas físicas ou jurídicas para prestar serviços de consultoria técnica e, nesse caso, decidir se o pagamento desses serviços constituirá encargo do Fundo.

Parágrafo único - O regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral ou de consulta aos quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da Comissão de Valores Mobiliários, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas, nos periódicos destinados à divulgação de informações do Fundo, quando for o caso.

Art. 12 - A convocação da Assembléia Geral far-se-á mediante a expedição de carta, telex ou telegrama a todos os quotistas inscritos no "Registro de Quotistas" até 15 (quinze) dias antes da data fixada para sua realização incluindo-se, na contagem do prazo, o dia da realização da Assembleia e excluindo-se o dia da expedição do instrumento de convocação.

Parágrafo 1º - Não se realizando a Assembléia, será feita segunda convocação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo 2º- Da convocação constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembléia e, ainda que de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 3º- Independentemente da convocação prevista neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

Parágrafo 4º - A Assembléia Geral poderá ser convocada pela instituição administradora ou por quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de quotas emitidas pelo Fundo.

Art. 13 - Na Assembléia Geral de quotistas, que poderá ser instalada com qualquer número, as deliberações serão tomadas pelo critério da maioria de quotas dos presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto no parágrafo 1º deste artigo e no parágrafo 3º do artigo 14.

Parágrafo 1º - As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos III, IV e V do artigo 11 serão tomadas, em primeira convocação, por maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos quotistas presentes.

Parágrafo 2º - Somente poderão votar na Assembléia Geral os quotistas inscritos no "Registro dos Quotistas" 15 (quinze) dias antes da data fixada para sua realização.

Art. 14 - As deliberações da Assembléia Geral poderão ser tomadas mediante processo de consulta formalizada em carta, telex ou telegrama dirigido pela instituição administradora a cada quotista para resposta no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 1º - Da consulta deverão constar todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

Parágrafo 2º - A ausência de resposta será considerada como anuência por parte dos quotistas, desde que tal interpretação seja autorizada expressamente pelo regulamento do Fundo e conste da própria consulta.

Parágrafo 3º - O quórum de deliberação será o de maioria absoluta das quotas emitidas, independentemente da matéria.

CAPÍTULO IV

DO CREDENCIAMENTO DE INTERMEDIÁRIOS NO EXTERIOR

Art. 15 - A instituição administradora do Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro poderá credenciar agentes intermediários, mediante contrato, com a finalidade de promover gestões no exterior para obtenção de créditos passíveis de conversão, visando à subscrição ou aquisição de quotas dos Fundos, e de realizar serviços de promoção, divulgação e representação do Fundo e atuar como agente fiduciário.

Parágrafo 1º - Os agentes credenciados deverão estar, conforme o caso, habilitados a operar e/ou atuar como agente fiduciário nos mercados financeiros ou de capitais do país em que mantiverem sede.

Parágrafo 2º - Os contratos de agenciamento só entrarão em vigor após registrados na Comissão de Valores Mobiliários e no Banco Central do Brasil.

Art. 1º- Os contratos de agenciamento, conforme o caso, deverão conter, no mínimo, as seguintes disposições:

contrato;

I - referência ao regulamento do Fundo, cuja cópia integrará o

II - valor dos créditos contratados, passíveis de conversão no Programa Nacional de Desestatização;

III - taxa das gestões para obtenção dos créditos passíveis de conversão, a cargo do investidor;

IV - compromisso do agente intermediário de:

e

a - fornecer, na forma de orientação recebida da instituição administradora, todos os elementos necessários ao processo de conversão no Banco Central do Brasil;

b - não subcontratar o agenciamento das gestões para obtenção de créditos passíveis de conversão, salvo se previamente autorizado pela instituição administradora;

- c- submeter à aprovação prévia da instituição administradora quaisquer textos publicitários relativos a prospectos e folhetos, bem como informações periódicas;
- d - assegurar ao investidor pleno conhecimento das disposições reguladoras do processo de desestatização e do funcionamento do Fundo;
- e - fazer constar, expressamente, no documento fornecido ao investidor, o valor líquido que será aplicado na subscrição de quotas do Fundo;
- V - taxa de serviço referente à promoção, divulgação e representação do Fundo; e
- VI - remuneração do agente fiduciário.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 17 - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos exigibilidades.

Parágrafo único - Para se determinar o valor da carteira serão observados os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil editado pela Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO VI

DA EMISSÃO E COLOCAÇÃO DAS QUOTAS

Art. 18 - As quotas do Fundo de Privatização- Capital Estrangeiro corresponderão a frações ideais de seu patrimônio e assumirão a forma escritural.

Parágrafo 1º - As quotas serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo 2º - A qualidade de quotista será comprovada pelo extrato de contas de depósito.

Art. 19 - Os extratos de contas de depósito constituirão o documento hábil para comprovação da obrigação da instituição administradora de cumprir as prescrições

contratuais, constantes do regulamento do Fundo, e as normas da presente Instrução.

Parágrafo único- Reputar-se-á como não escrita qualquer cláusula restritiva ou modificativa da obrigação referida neste artigo.

Art. 20 - Os extratos de contas de depósito comprovarão a propriedade do número de quotas pertencentes aos quotistas, conforme os registros do Fundo.

Parágrafo único - Quando for adotada a sistemática de números inteiros de quotas, o valor residual das reaplicações será mantido em conta corrente para futuras inversões ou ainda, se solicitado, será pago ao quotista em dinheiro.

Art. 21 - A emissão de quotas será efetuada em conformidade com o disposto no regulamento do Fundo.

Parágrafo 1º - As quotas subscritas serão integralizadas com os recursos mencionados nos incisos I, II, III e IV do artigo 2º. Para os recursos a que se referem os incisos I, II e III, a data de subscrição corresponderá à data em que os titulares dos mencionados recursos manifestarem formalmente seu interesse em participar do Fundo, devendo incidir deságio de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seu valor de face, ressalvados os critérios relativos ao registro do investimento pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 2º - A integralização, nesses casos, ficará condicionada à efetiva utilização de tais direitos e recursos no Programa Nacional de Desestatização.

Parágrafo 3º - Na hipótese descrita no inciso IV do artigo 2º a data de integralização será aquela em que os recursos estiverem efetivamente disponíveis para o administrador.

Parágrafo 4º - O regulamento do Fundo poderá dar competência exclusiva à Assembléia Geral para deliberar sobre o valor da quota para efeito de nova emissão enquanto o Fundo permanecer sob a forma de condomínio fechado. Caso não haja disposição a respeito no regulamento, o valor da quota será determinado com base em avaliação patrimonial realizada de acordo com o Plano Contábil editado pela CVM.

Art. 22 - As quotas emitidas pelo Fundo serão destinadas, exclusivamente, à subscrição por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, fundos ou outras entidades de investimento coletivo constituídos no exterior.

CAPÍTULO VII

DA TRANSFERIBILIDADE E NEGOCIABILIDADE DAS QUOTAS

Art. 23 - As quotas do Fundo poderão ser negociadas e transferidas somente no exterior, devendo essa transferência se dar mediante documento hábil, o qual somente produzirá efeitos perante o Fundo depois de apresentado à instituição administradora devidamente formalizado.

Parágrafo 1º - Apresentado o pedido de transferência, a instituição administradora devesse efetivá-la no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciando, na forma das normas vigentes, as alterações de registro junto ao Banco Central do Brasil.

Parágrafo 2º - A instituição administradora poderá suspender os serviços de transferência de quotas por período não superior a 15 (quinze) dias consecutivos, antecedentes às datas de distribuição de resultados ou de realização da Assembléia Geral, sendo vedada a suspensão desses serviços, durante o ano, por mais de 90 (noventa) dias,

CAPÍTULO VIII

DO RESGATE DE QUOTAS

Art. 24 - Será permitido o resgate total ou parcial dos recursos investidos, nas seguintes hipóteses:

I - antes de decorrido o prazo estabelecido no inciso II do parágrafo 3º do artigo 3º:

a - para reaplicação dos recursos em investimentos em empresas já desestatizadas, na âmbito do Programa Nacional de Desestatização, ou por ocasião de novas desestatizações no âmbito do citado programa;

ou

b - para transferência do investimento para outro Fundo de Privatização- Capital Estrangeiro;

II - após o prazo de carência citado no inciso I:

a - em ações ou títulos componentes da carteira do Fundo; ou

b - em espécie.

Parágrafo 1º - Na solicitação de resgate, o quotista deverá indicar o montante em cruzeiros ou o número de quotas a serem resgatadas, o Fundo para o qual pretende transferir os recursos correspondentes ou as ações que pretende adquirir

Parágrafo 2º - Quando ocorrer a transferência do investimento para outro Fundo, a instituição administradora originária deverá repassar os recursos na data de resgate, através de ordem de pagamento em favor da instituição administradora receptora, que procederá à imediata subscrição e integralização de quotas.

Parágrafo 3º - A instituição administradora do Fundo para o qual forem transferidos os recursos deverá, tão logo os receba, comunicar o fato à Comissão de Valores Mobiliários e ao Banco Central do Brasil.

Parágrafo 4º - Na hipótese de resgate de que trata a alínea "b" do inciso 11 deste artigo, caberá à instituição administradora do Fundo comunicar o fato imediatamente à Comissão de Valores Mobiliários e ao Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO IX

DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Art. 25 - O Fundo de Privatização - Capital Estrangeiro deverá manter o seu patrimônio aplicado exclusivamente em:

I - títulos e valores mobiliários emitidos por empresas desestatizadas,na forma da Lei nº 8.031, de 12.04.90;

II - títulos da dívida pública federal;

III - débitos vencidos da União, ou por ela garantidos, do qual resulte o seu cancelamento, mediante a correspondente emissão de debêntures por empresa controlada direta ou indiretamente pela União; e

IV- Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (O FND)

Parágrafo único- O Fundo poderá, após 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de cada investimento efetivamente realizado, vender títulos e valores mobiliários e/ou títulos da dívida pública federal de sua carteira para adquirir ações ou outros títulos de emissão de companhias abertas. Poderá aplicar até 30% (trinta por cento) dos valores auferidos na venda de títulos de valores mobiliários emitidos por empresas privatizadas e/ou títulos da dívida pública federal em participações societárias em empresas fechadas, dependendo sempre de prévia autorização dos condôminos ou da entidade que houver recebido delegação de poderes de administração do Fundo nos termos do inciso 11 do artigo 32, observadas as disposições para tanto contidas no regulamento do Fundo, observando se a obrigatoriedade de ampla divulgação dos termos desta faculdade no prospecto do Fundo.

CAPÍTULO X

DA LIQUIDAÇÃO DO INVESTIMENTO

Art, 26- Os recursos correspondentes a cada investimento oriundo da conversão de créditos e títulos da dívida externa brasileira ficarão sujeitos a um prazo mínimo de 12 (doze) anos de permanência no país, contados a partir da data de sua efetiva

conversão, findo o qual poderá ser retornado o valor apurado na liquidação do investimento.

Art. 27 - A liquidação do investimento será efetuada mediante o resgate das quotas, de conformidade com o disposto no regulamento do Fundo e na presente Instrução.

Parágrafo 1º- O pedido de liquidação do investimento será formulado pelo investidor à instituição administradora, diretamente ou através do agente intermediário.

Parágrafo 2º - Observado o disposto nesta Instrução, a liquidação do investimento será efetuada em dinheiro ou em ações ou em títulos componentes da carteira do Fundo, dentro do prazo máximo estabelecido no regulamento do Fundo, contado da data do recebimento do pedido de resgate pela instituição administradora.

CAPÍTULO XI

DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 28 - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa à instituição administradora, e deverá levantar balancete ao final de cada mês e balanços semestrais.

Art. 29 - As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão auditadas por auditor independente nela registrado.

Parágrafo único - O Plano Contábil editado pela Comissão de Valores Mobiliários contemplará todas as normas para avaliação dos ativos integrantes do Fundo, bem como para apropriação de receitas e despesas inerentes aos títulos e valores mobiliários, observando-se, no que couber, a orientação do Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XII

DO TRATAMENTO FISCAL

Art. 30 - O Fundo de Privatização- Capital Estrangeiro estará sujeito às normas e às alíquotas do imposto de renda estabelecidas na legislação deste tributo, observado o regime fiscal da Lei nº 4.131, de 03,09,62.

CAPÍTULO XIII

DAS VEDAÇÕES

Fundo:

Art. 31 - É vedado à instituição administradora, em nome do

I- receber depósito em conta corrente, ressalvada a hipótese prevista no inciso IV do artigo 2º;

II - contrair ou efetuar empréstimos, sob qualquer modalidade;

III - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

IV - adquirir ou vender, fora do pregão das bolsas de valores, ações de companhias abertas registradas para negociação em bolsa, ressalvadas, quanto à aquisição, as hipóteses de leilões do Programa Nacional de Desestatização, subscrições e bonificações, observado, outrossim, o disposto no parágrafo único do artigo 25; e

V - prometer rendimento predeterminado aos quotistas.

Art. 32 - É vedado à instituição administradora:

I - vender quotas do Fundo à prestação; e

II - delegar poderes para gerir e administrar o Fundo, salvo com autorização específica da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 33 - Os valores componentes da carteira do Fundo não poderão ser objeto de locação, empréstimo, penhor ou caução, salvo nos casos expressamente autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas respectivas áreas de competência,

Art. 34 - O Fundo não poderá ter em seu patrimônio dinheiro em caixa em excesso à quantia necessária para cobrir as despesas relacionadas no artigo 35 ou para o pagamento do resgate do investimento de que tratam a alínea "b" do inciso 11 do artigo 24 e o parágrafo 2º do artigo 27.

CAPÍTULO XIV

DOS ENCARGOS DO FUNDO

Art. 35 - Constituirão encargos do Fundo, além da remuneração de que trata o inciso IV do parágrafo 3º do artigo 3º desta Instrução, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas pela instituição administradora:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;

II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatório e demonstrações financeiras, formulários e informações periódicas, previstas nesta Instrução ou na regulamentação pertinente;

III - despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos quotistas;

IV - honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da instituição administradora;

V - emolumentos e comissões pagas por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários do Fundo;

VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em Juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;

VII - parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou negligência da instituição administradora no exercício de suas funções;

VIII - prêmios de seguros, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;

IX - quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de quotistas;

X - taxa de custódia de títulos e valores do Fundo;

XI - taxa de serviços de divulgação e representação do Fundo devida a agentes intermediários, se for o caso; e

XII - remuneração do agente fiduciário, se for o caso.

Parágrafo único - Outras despesas administrativas e operacionais, imprescindíveis ao bom funcionamento do Fundo, poderão ser atribuídas como encargo, desde que previstas em instrumento previamente aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 36 - As despesas de promoção para obtenção, no exterior, de créditos passíveis de conversão não serão imputáveis como encargos do Fundo.

CAPÍTULO XV

DAS INFORMAÇÕES

Art. 37- A instituição administradora deverá remeter à Comissão de Valores Mobiliários, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento do período a que se referirem, sem prejuízo de outros que venham a ser exigidos, os seguintes documentos relativos ao Fundo:

I- mensalmente:

a- balancete;

b- demonstrativos da composição e diversificação das aplicações

c - demonstrativo de fonte e aplicações de recursos;

II- semestralmente:

a - balanços;

b - exemplares das informações fornecidas aos quotistas, admitida a remessa, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período a que se referir, do parecer de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre;

c- informações acerca das condições gerais de cobertura por seguro, no caso de transito de títulos;

d - relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira; e

e - relação das demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos quotistas, quer desses contra a administração do Fundo, indicando a data do seu início e o estágio em que se encontram,

Art. 38 - A instituição administradora deverá, semestralmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento do período, divulgar publicamente, através de veículo aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, demonstrativo da composição e diversificação das aplicações.

Art. 39- A instituição administradora deverá fornecer, semanalmente, o valor da cota, o valor e a data da última distribuição e o valor do patrimônio líquido do Fundo à Bolsa de Valores da localidade de sua sede, que deverá divulgar essas informações.

Art. 40 - A instituição administradora deverá fornecer a cada quotista, ao menos semestralmente, documento contendo as seguintes informações:

a - número de quotas possuídas e seu valor;

b - rentabilidade auferida no semestre;

c- valor e composição da carteira, discriminando quantidade, espécie e cotação dos títulos e valores mobiliários que a integram, valor de cada aplicação e sua percentagem sobre o valor total da carteira;

d - balanços e demais demonstrações financeiras referentes ao semestre, acompanhados do parecer do auditor independente;

e - relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira; e

f - remuneração da instituição administradora.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - A competência para edição das normas aplicáveis ao registro dos investimentos realizados nos Fundos de Privatização - Capital Estrangeiro é do Banco Central do Brasil.

Art. 42 - Aplica-se à instituição administradora e a seus administradores responsáveis pela administração do Fundo o disposto no capítulo V da Lei nº 4-595, de 31 de dezembro de 1964, e no artigo 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, independentemente de outras sanções legais eventualmente cabíveis.

Art. 43 - Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial* da União, revogada a Instrução CVM nº 142, de 16 de abril de 1991.

JOSÉ ARTHUR ESCODRO

Presidente em Exercício

Resolução CMN nº 1.867, de
23 de setembro de 1991

*Altere O Artigo 27 do
Regulamento Anexo IV a
Resolução nº 1.289, de
20.3.87, que disciplina a
constituição e a administração
de carteira de valores mobiliá-
rios mantida no país por
investidores institucionais
estrangeiros.*

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4-595 de 31.12.64, torna público que o Presidente do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, por ato de 20.9.91, com base no parágrafo 2º do artigo 21 da Lei nº 8.056, de 28.6.90, e na Lei nº 8.201, de 29.6.91, *ad referendum* daquele Conselho, e tendo em vista o disposto nas Leis nº5 4.728, de 14.7.65, e 6,385, de 7.12.76,

RESOLVEU:

Art. 1º - Alterar o artigo 27 do Regulamento Anexo IV à Resolução nº 1.289, de 20.3.87, incluído pela Resolução nº 1.832, de 31.5.91, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 - Os recursos ingressados no país nos termos deste Regulamento, porventura não destinados à aquisição de valores mobiliários, deverão obrigatoriamente destinar-se à aplicação em:

I - Títulos da Dívida Agrária (TDA), Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), debêntures de emissão da Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbrás), Certificados de Privatização, outros títulos, valores mobiliários e créditos cuja utilização vier a ser admitida para pagamento no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, bem assim direitos e opções para a aquisição de referidos títulos e valores mobiliários;

II - outros títulos de renda fixa, observado o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da carteira;

III - operações realizadas nos mercados de liquidação futura administrados por bolsas de mercadorias e de futuros caracterizadas como *hedge* cambial;

IV - quotas de Fundos de Aplicação Financeira; e

V - outras modalidades de investimento expressamente autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários ou, em se tratando de ativos financeiros que não valores mobiliários, pelo Banco Central do Brasil em conjunto com a referida Comissão.

Parágrafo único - A aquisição dos títulos, valores mobiliários e créditos de que trata o item I deste artigo:

a- ficará condicionada à respectiva utilização para pagamento no âmbito do Programa Nacional de Desestatização; e

b - sujeitar-se-á, no que couber, à regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários relativamente à respectiva negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão."

Art. 2º - O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, dentro de suas esferas de competência, poderão baixar as normas e adotar as medidas que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

Presidente

11.3-Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento—OFND

Decreto nº 193, de 21 de
agosto de 1991

*Regulamenta o Fundo
Nacional de Desenvolvimento
(FND), criado pelo Decreto-
Lei nº 2.288, de 23 de julho
de 1986, e dá outras
providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos Decretos-Leis nº5 2.288, de 23 de julho de 1986, 2.383, de 17 de dezembro de 1987, e no artigo 2º do Decreto-Lei nº 2.449, de 21 de julho de 1988,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º - O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), vinculado ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP), tem natureza autárquica, personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, sujeitando-se às disposições deste Decreto e às demais normas legais e regulamentares pertinentes à execução e controle orçamentário, financeiro e contábil.

Parágrafo único- O FND somente poderá utilizar recursos próprios para o pagamento de despesas estritamente necessárias à realização de investimentos de capital, à contratação dos serviços referentes às quotas, à carteira de títulos, às Obrigações do Fundo e à auditoria independente, conforme definidas pelo Conselho de Orientação, vedados os gastos relativos a pessoal, material permanente e de consumo, aquisição, locação e conservação de bens móveis e imóveis e outros de custeio.

Art. 2º - O FND tem por finalidade prover recursos para a realização, pela União, de investimentos de capital previstos pelo Governo Federal, necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º - O FND tem a seguinte organização:

I - Conselho de Orientação; e

II - Secretaria-Executiva.

Art. 4º - O Conselho de Orientação do FND será integrado pelos seguintes membros:

I - Secretário-Executivo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que será o seu Presidente;

II - Secretário da Fazenda Nacional, que será o seu Vice-Presidente;

III - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

IV - Presidente do Banco Central do Brasil;

V - Secretário Nacional de Planejamento; e

VI - um representante do setor privado da economia nacional, nomeado pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselheiro representante do setor privado é de dois anos, renovável por um período.

Parágrafo 2º - O Conselho de Orientação reunir-se-á, ordinariamente, a cada seis meses e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente, presentes dois terços de seus membros.

Parágrafo 3º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos presentes, em votação nominal.

Parágrafo 4º - O Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade,

Parágrafo 5º - A participação no Conselho de Orientação não dará direito a qualquer remuneração,

Parágrafo 6º - Os membros a que se referem os incisos III a V poderão designar representantes.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 5º - Compete ao Conselho de Orientação do FND:

I - estabelecer as normas financeiras necessárias à execução do orçamento do Fundo, com vistas à valorização do seu patrimônio;

II - aprovar os limites de aplicações do Fundo, segundo as suas diversas modalidades, e o montante de recursos a serem repassados aos agentes financeiros federais;

III - fixar as taxas mínimas de aplicação dos recursos do Fundo, estabelecendo os encargos financeiros e prazos máximos a serem adotados nas concessões de empréstimos, bem assim instituir reservas e provisões;

IV - requisitar, ao administrador do Fundo, a qualquer tempo, informações sobre os recursos repassados, as aplicações realizadas e os respectivos resultados;

V - aprovar as prestações de contas do administrador do Fundo, previamente ao seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

VI - estabelecer os limites e as condições de cada emissão de Obrigações do FND (OFND) e de sua conversibilidade para outra forma, bem assim as condições de sua negociabilidade e a rentabilidade;

VII - expedir as normas complementares necessárias ao funcionamento do Fundo;

VIII - aprovar as operações de participação acionária, de subscrição de títulos de emissão da União ou de instituições financeiras federais;

IX - aprovar os programas e linhas de crédito do Fundo; e

X - aprovar os convênios e os contratos a serem celebrados com instituições financeiras federais, inclusive o BNDES, para repasse de recursos do FND a serem aplicados nos programas e linhas de crédito do Fundo e fixar os montantes de recursos a repassar.

Art. 6º - Os serviços de Secretaria-Executiva do FND serão executados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que prestará o apoio técnico, administrativo e de pessoal necessário ao seu funcionamento.

Parágrafo único - Caberá ao Presidente do BNDES, que para esse fim poderá delegar competência a um Diretor daquele Banco, a função de Secretário-Executivo e a representação ativa e passiva do FND, inclusive em assembleias gerais de sociedades por ações, podendo para tanto constituir mandatário do Fundo com poderes especiais, dentre os funcionários do referido Banco.

Art. 7º - Compete ao Secretário-Executivo do FND:

I - a gestão e administração do FND, de acordo com as diretrizes gerais, o orçamento e as normas financeiras estabelecidas;

II - encaminhar ao Departamento de Orçamento da União, da Secretaria Nacional de Planejamento, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a proposta de orçamento do FND aprovada pelo Conselho de Orientação do Fundo, para exame e inclusão na proposta anual do Orçamento Anual da União e as estimativas de

recursos líquidos disponíveis a cada ano, bem assim a avaliação sobre a rentabilidade das quotas;

III - submeter, ao Conselho de Orientação, os balanços e a prestação de contas anuais e as propostas de normas e instruções complementares;

IV- publicar, semestralmente, demonstrativo sintético da situação patrimonial do Fundo;

V- publicar, ate noventa dias após o encerramento de cada exercício, balanço anual e demais demonstrativos previstos na legislação, acompanhado do parecer do auditor independente;

VI - firmar instrumentos contratuais relativos à compra, venda ou permuta de títulos e ações, bem assim à alienação de quaisquer outros bens integrantes do ativo do FND, podendo para tanto constituir mandatário do Fundo com poderes especiais;

VII - dar instruções ao representante do FND quanto ao voto nas assembléias gerais das sociedades por ações de que participe; e

VIII - decidir sobre exercício e negociação de direitos do FND, relativos às suas participações societárias, respeitadas as disponibilidades orçamentarias.

Art. 8º - Compete à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento a Fiscalização da aplicação dos recursos do FND.

Art. 9º - Para a realização de suas atividades, o FND poderá celebrar convênios com agentes financeiros federais.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E DO ORÇAMENTO

Art. 10 - O exercício financeiro do FND coincidirá com o exercício financeiro da União.

Art. 11 - Na elaboração da proposta de Orçamento do FND, a ser submetida ao seu Conselho de Orientação, serão respeitados a previsão de recursos disponíveis, o objetivo de valorização das quotas e o "Programa de Dispêndios Globais".

Art. 12 - O orçamento do FND poderá ser alterado no decorrer do exercício, mediante os mesmos procedimentos estatutos para sua elaboração e aprovação.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS E DAS APLICAÇÕES

Art. 13 - O FND emitirá quotas, na forma escritural ou nominativa endossável, correspondentes à fração ideal do patrimônio do Fundo.

Art. 14 - As quotas do FND serão subscritas pela União, com recursos orçamentários.

Art. 15 - A partir de 31 de dezembro de 1989, as quotas do Fundo têm direito a um dividendo anual mínimo, isento de imposto de renda, de vinte e cinco por cento do resultado líquido positivo apurado em cada exercício.

Art. 16 - As quotas e as obrigações do FND poderão ser livremente negociadas e transferidas, sujeitando-se às normas vigentes.

Art. 17 - As entidades fechadas de previdência privada, mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, autarquias, inclusive as de natureza especial e fundações instituídas pelo Poder Público, aplicarão parcela de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do FND (OFND) com prazo de dez anos

Parágrafo 1º - O percentual de aplicação a que se refere este artigo será realizado nos trinta dias seguintes ao levantamento dos balancetes trimestrais e comprovado junto a Secretaria-Executiva do FND, até trinta dias após a publicação do Balanço anual da entidade

Parágrafo 2º - Caberá ao Conselho Monetário Nacional

a - adequar as distribuições das reservas técnicas das entidades fechadas de previdência privada às exigências deste artigo; e

b - alterar as condições da aplicação e modificar o percentual a que se refere este artigo, até limite de 30% (trinta por cento) das reservas técnicas das entidades referidas no *caput*.

Parágrafo 3º - As OFND serão emitidas sob a forma escritural podendo ser integradas a sistema centralizado de custódia;

Parágrafo 4º - As OFND emitidas a partir do início da vigência deste Decreto terão valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros)

Parágrafo 5º - As OFND de que trata este artigo serão remuneradas, na primeiro dia de cada mês, pela Taxa Referencial do mês anterior, acrescida de juros equivalentes a 6% a a (seis por cento ao ano) calculados sob o regime de capitalização composta:

a - a remuneração correspondente á Taxa Referencial será incorporada ao valor do principal do título e paga no seu resgate; e

b - os juros de seis por cento ao ano serão pagos no primeiro dia de cada mês

Parágrafo 6º - O Conselho de Orientação do FND poderá, em caráter excepcional, autorizar a recompra das OFND, de que trata este artigo, pelo Fundo.

Art. 18 - O FND poderá emitir quotas nominativas endossáveis e obrigações de longo prazo, com o objetivo de captar recursos junto a investidores privados, bem assim a autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, ou quaisquer empresas sob controle direto ou indireto da União

Parágrafo único - As OFND a que se refere este artigo serão emitidas com o prazo mínimo de dois anos e serão remuneradas nas condições a serem estipuladas, em cada emissão, pelo Conselho de Orientação.

Art. 1º - As aplicações do FND:

I - serão realizadas objetivando retorno econômico;

II - serão feitas sob as seguintes modalidades

- a - aquisição de participações acionárias ou direitos a elas relativos, estabelecido que a participação do FND não deve superar um terço do capital integralizado, nem ultrapassar a participação dos acionistas controladores;
 - b - concessão de empréstimos, mediante repasses a agentes financeiros federais, cabendo a estes os riscos das operações; e
 - c - subscrição de títulos de emissão da união ou de instituições financeiras federais;
- III - subordinar-se-ão, quando efetuadas em empresas estatais, às normas previstas no artigo 19 do Decreto nº 80, de 5 de abril de 1991.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20 - É vedado ao FND efetuar doações ou aplicações de recursos a fundo perdido.

Art. 21 - Mediante prévia autorização do Conselho de Orientação, o FND destinará parcela de seus recursos a constituição de uma carteira de ações, formada por títulos representativos do capital de empresa públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, e outras empresas sob controle direto ou indireto da União.

Art 22- As entidades da Administração Federal indireta poderão contratar com a União a aquisição e, entre si, a aquisição e alienação de ações e de outros títulos e valores mobiliários, sem que tais operações sejam efetivadas através do sistema de distribuição previsto no artigo 15 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976

Parágrafo 1º - A União e as entidades referidas neste artigo, na forma nele fixada, poderão, ainda, contratar a cessão gratuita ou onerosa de direito de preferência a subscrição de ações

Parágrafo 2º - Nos contratos de que trata este artigo, o valor dos títulos será fixado tomando-se por base:

a - a cotação média da semana anterior á que se realizar a operação, no caso de sociedade aberta;

b - o valor patrimonial acusado no último balanço, no caso de ações sem cotação em bolsa; ou

c - o valor de emissão, no caso de aumento de capital na forma do artigo 120 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art 23 - O Fundo Nacional de Desenvolvimento não sofrerá incidência:

I - do imposto de renda incidente sobre rendimentos e ganhos de capital provenientes de ações de sua propriedade, de debêntures e operações de crédito, inclusive repasses, bem assim os decorrentes de aplicações financeiras quando realizadas diretamente ou à sua conta; e

II - da contribuição para o Fundo de Investimento Social (Finsocial)

Art. 24 - As receitas geradas pelo FND não constituirão base de calculo das contribuições ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Art 25 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 26 - Ficam revogados os Decretos nºs 93.538, de 6 de novembro de 1986, 94.194, de 7 de abril de 1987, e 94.403, de 4 de junho de 1987.

Brasília, 21 de agosto de 1991; 1709 da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Marcílio Marques Moreira

Dispõe sobre a negociação,
em bolsas de valores ou
mercado de balcão, de Títulos
da Dívida Agrária - TDA,
Obrigações do Fundo

Nacional de Desenvolvimento
- OFND e debêntures de
emissão da Siderurgia
Brasileira S.A. - Siderbrás.

Comunicamos que a DIRETORIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL e o COLEGIADO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, tendo em vista o disposto no artigo 4º da Portaria nº 263, de 22.431, do Ministério de Economia, Fazenda e Planejamento,

RESOLVERAM

Art 1º- A negociação de Títulos da Dívida Agrária- TDA. Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento- OFND e debênture de emissão da Siderurgia Brasileira S A - Siderbrás, bem assim de outros títulos e valores mobiliários cuja utilização vier a ser admitida para pagamento no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, realizar-se-á, exclusivamente, nos mercados á vista e a prazo das bolsas de valores ou em mercado de balcão regulamentado e autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, de forma a assegurar a todos os participantes absoluta transparência dos preços oferecidos, observadas as condições estabelecidas neste Comunicado Conjunto.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como transparência de preços:

a - a divulgação imediata das ofertas de compra e venda e o plena exercício do direito de interferência nessas ofertas, em se tratando das negociações realizadas em bolsas de valores; e

b - a publicação, em jornal de grande circulação, de resumo diário das negociações
- volume em cruzeiro, quantidade e preços mínimo, médio e máximo de cada série, em se tratando daquelas realizadas no mercado de balcão.

Art. 2º - Os títulos de que trata este Comunicado Conjunto serão diferenciados em séries, cabendo à bolsas de valores e ao mercado definir os lotes-padrão para fins de negociação em seu recinto ou sistema.

Parágrafo 1º- Serão passíveis de enquadramento em uma mesma série:

a - os Títulos da Dívida Agrária - TDA cujos certificados apresentem o mesmo tipo, as mesmas datas de emissão, vencimento e/ou resgate e o mesmo número de cupons pagos; e

b- as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento-OFND que apresentem o mesmo valor nominal e as mesmas datas de emissão e vencimento.

Parágrafo 2º - Em se tratando de debêntures de emissão da siderurgia Brasileira S.A. - Siderbrás, consideram-se séries aquelas denominadas de "A", "B" e "C", conforme definição constante na escritura de emissão respectiva.

Art. 3º- Fica estabelecida, como condição prévia negociação dos títulos de que trata este Comunicado Conjunto, o respectivo registro no correspondente sistema mantido pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos- Cetip.

Parágrafo 1º - Os certificados de Títulos da Dívida Agrária-TDA deverão ser depositados fisicamente junto ao Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária - INCRA, o qual, atestando sua veracidade, Os enviará ao Departamento do Tesouro Nacional para fins de certificação como moeda passível de participação no Programa Nacional de Desestatização e de registro junto ao correspondente sistema mantido pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos- Cetip.

Parágrafo 2º - As Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND deverão ter o respectivo registro transferido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para contas de depósito em nome de seus titulares ou nas contas de clientes das instituições financeiras por eles indicadas no

correspondente sistema mantido pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos- Cetip.

Art. 4º - Fica estabelecida, adicionalmente, como condição prévia para a negociação nos mercados a vista e a prazo das bolsas de valores, a transferência, a título fiduciário, dos títulos de que trata este Comunicado Conjunto, do correspondente sistema mantido pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - Cetip para a conta de depósito mantida, em nome dos respectivos titulares, no sistema de custódia das bolsas de valores.

Parágrafo único - A transferência a que se refere este artigo deverá ser processada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos- Cetip em favor de conta em nome das bolsas de valores.

Art 5º - As negociações de que trata este Comunicado Conjunto deverão ser objeto de controle individualizado por comitente nas bolsas de valores ou nas instituições que as intermediarem no mercado de balcão, de forma a permitir, a qualquer tempo, a obtenção de informações sobre as condições de sua realização por parte da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central no mesmo nível de detalhamento em que são fornecidas as informações sobre as ações negociadas em bolsas de valores.

Art. 6º - Aplicam-se às negociações a que se refere este Comunicado Conjunto, no que couber, as normas para a negociação de Certificados de Privatização em bolsas de valores, de que trata o Comunicado Conjunto nº 30, de 16.1 1.90, com as modificações introduzidas pelo Comunicado Conjunto nº 32, de 22.3.91.

Art. 7º - Este Comunicado Conjunto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º- Fica revogado o Comunicado Conjunto nº 39, de 28.8.91.

Brasília (DF), 8 de setembro de 1991.

FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

Presidente do Banco Central do Brasil

RENÉ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Presidente, em exercício, da Comissão de Valores Mobiliários

Comunicado Conjunto

Bacen/CVM nº 42, de 13 de
setembro de 1991

*Altera os artigos 1º, 24,
parágrafo 1º, 26 e 36 do
Comunicado Conjunto n-º 34,
de 9.5.91, que dispõe sobre a
constituição, o funcionamento
e a administração dos Fundos
Mútuos de Privatização -
Dívida Securitizada.*

Comunicamos que a DIRETORIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL e o COLEGIADO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, com base na Resolução nº 1.806, de 27.3.91, do Conselho Monetário Nacional, e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Portaria nº 263, de 22.4.91, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento,

RESOLVERAM:

Art. 1º - Alterar os artigos 1º, 24, parágrafo 1º, 26 e 36 do Comunicado Conjunto nº 34, de 9.5.91, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - O Fundo Mútuo de Privatização- Dívida Securitizada, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de valores mobiliários de emissão de empresas que vierem a ser desestatizadas na forma da Lei nº 8,031, de 12.4.90.

. Parágrafo 1º - A integralização de quotas do Fundo será feita mediante utilização de:

I - créditos, emitidos em moeda nacional, oriundos do processo de renegociação de débitos vencidos da União, ou por ela garantidos;

II - Títulos da Dívida Agraria (TDA);

III- Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento {O FND};

IV - debêntures de emissão da Siderurgia Brasileira S/A. (Siderbrás);

V - Certificados de Privatização; e

VI - moeda nacional, observado percentual mínimo em relação ao montante das quotas subscritas, a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º- O Fundo poderá, por decisão da Assembléia Geral de quotistas, tomar a forma de condomínio aberto, após 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de início de suas operações, desde que 75% (setenta e cinco por cento) dos ativos integrantes de sua carteira possuam comprovada liquidez em bolsas de valores."

"Art. 24

Parágrafo 1º- As quotas subscritas serão integralizadas na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 1º deste Comunicado Conjunto, ou, ainda, mediante utilização de outros títulos e obrigações, nos termos do artigo 36 deste documento.

"Art. 26 - O Fundo Mútuo de Privatização- Dívida Securitizada deverá manter seu patrimônio aplicado exclusivamente em:

I - ações de companhias desestatizadas na forma da Lei nº 8.031, de 12.4.90;

II- debêntures de emissão de companhias desestatizadas na forma da referida Lei nº 8.031, bem assim de emissão de sociedades controladas, coligadas ou controladoras dessas companhias;

III - obrigações emitidas por companhia aberta não financeira que participe como compradora nos leilões do Programa Nacional de Desestatização, até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo;

IV - valores mobiliários de emissão de companhia resultante de associação plurilateral com a finalidade de participar como compradora nos leilões do Programa Nacional de Desestatização, nos termos da Deliberação CVM nº 125, de 24.7.91;

V - Títulos da Dívida Agrária (TDA);

- Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND);

VII - debêntures de emissão da Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbrás);

VIII - Certificados de Privatização;

IX - debêntures de emissão de empresas controladas direta ou indiretamente pela União, em decorrência do cancelamento de débitos vencidos da União, ou por ela garantidos;

X - outros títulos e obrigações, nos termos do artigo 36 deste Comunicado Conjunto;
e

XI - títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, outros títulos e valores mobiliários de emissão de companhias abertas e fechadas e quotas de fundos de aplicação financeira, até o limite de 5% (cinco por cento) do patrimônio do Fundo.

Parágrafo único - Os títulos e valores mobiliários de emissão de companhias abertas e fechadas referidos no item XI deste artigo somente poderão ser adquiridos com recursos provenientes da alienação dos investimentos de que tratam os itens I a IV, observado, relativamente àqueles de emissão de companhias fechadas, o limite de 30% (trinta por cento) do valor dessas alienações."

"Art. 36 - Além dos títulos e créditos de que trata a Portaria nº 263, de 22.4.91, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, outros títulos e obrigações poderão vir a ser aceitos para fins de integralização de quotas dos Fundos Mútuos de Privatização - Dívida Securitizada, bem assim para compor, a respectiva carteira,

desde que expressamente autorizados pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, ou pela Comissão de Valores Mobiliários em conjunto com o Banco Central do Brasil."

Art. 2º- Estabelecer que, para fins da integralização da quotas do Fundo Mútuo de Privatização - Dívida Securitizada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 1º do Comunicado Conjunto nº 34, de 9.5.91, com a redação dada por este Comunicado Conjunto, aplicam-se, no que couber, aos títulos, valores mobiliários e créditos ali relacionados, bem assim à sua negociação as disposições do Comunicado Conjunto nº 30, de 16.11.90, com as modificações introduzidas pelos de nº5 32, de 22.3.91, e 41, de 5.9.91.

Art. 3º - Este Comunicado Conjunto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Fica revogado o Comunicado Conjunto nº 36, de 25.6.91.

FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

Presidente do Banco Central do Brasil

RENÉ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Presidente, em exercício, da Comissão de Valores Mobiliários

Resolução CMN nº 1.858, de

28 de agosto de 1991

Dispõe acerca das OFND

integrantes das carteiras das

entidades fechadas de

previdência privada e da

aquisição, por parte de

investidores institucionais, de

debêntures de emissão de

empresa desestatizada ou de

*empresa adquirente de
empresa desestatizada.*

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 99 da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 28.8.91, tendo em vista o disposto nos artigos 28 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, 49 do Decreto-Lei nº 261, de 28.2.67, 15 e 40 da Lei nº 6.435, de 15.7.77, 7º, parágrafo 3º, do Decreto-Lei nº 2.288, de 23.7.86, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 2.383, de 17.12.87, e no Decreto nº 193, de 21.8.91, e o contido nas Leis nº 5 8.018, de 11.4.90, e 8.031, de 12.4.90, e na Portaria nº 263, de 22.4.90, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento,

RESOLVEU:

Art. 1º - Facultar às entidades fechadas de previdência privada, relativamente às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), de que trata o Decreto-Lei nº 2.288, de 23.7.86, adquiridas nos termos da legislação e regulamentação em vigor:

I - sua utilização para fins de aquisição de ações de empresas que vierem a ser desestatizadas na forma da Lei nº 8.031, de 12.4.90, e/ou de integralização de quotas de Fundos Mútuos de Privatização; e

II - a respectiva alienação dessas Obrigações no mercado secundário, desde que os correspondentes recursos sejam destinados à aquisição de títulos de emissão do Tesouro Nacional.

Parágrafo único - As ações, as quotas e os títulos adquiridos na forma deste artigo poderão ser computados para efeito da verificação do atendimento do limite mínimo de que trata o item I, subitem 1, alínea "a", inciso 1, da Resolução nº 1.362, de 30.7.87, com a redação que lhe foi dada pelo item I da Resolução nº 1.612, de 23.6.89.

Art. 2º - Ficam as aplicações das entidades fechadas de previdência privada, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência privada em ações e debêntures de emissão de empresa desestatizada, bem assim em debêntures de emissão de empresa adquirente de controle acionário de empresa desestatizada, dispensadas da observância dos requisitos de diversificação estabelecidos, conforme o caso, no item 11 da Resolução nº 1.362, de 30.7.87, ou no item IV da Resolução nº 1.363, de 30.7.87.

Art. 3º - O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Secretaria Nacional de Previdência Social e Complementar, a Superintendência de Seguros Privados e o Departamento do Tesouro Nacional, cada qual dentro de sua esfera de competência, poderão baixar as normas e adotar as medidas que se fizerem necessárias à execução desta Resolução, inclusive no que se refere ao critério de atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), para os efeitos do disposto no artigo 1º desta Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogados a Resolução nº 1.808, de 27.3.91, e o artigo 2º da Resolução nº 1.831, de 28.5.91.

FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

Presidente

1.4-Títulos da Dívida Agrária—TDA

Comunicado Conjunto Bacen/CVM n- 41, de 5 de setembro de 1991

(ver p.)

II.5 - Debêntures Siderbrás

Ato Declaratório CD/PND nº 1,
de 15 de julho de 1991

Dispõe sobre a utilização de
debêntures inegociáveis, de
emissão da Siderurgia
Brasileira S.A. - Siderbrás,
para efeito de liquidação de
aquisições realizadas no
âmbito do PND.

A COMISSÃO DIRETORA DO PROGRAMA NACIONAL E DE
DESESTATIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo
6º, inciso XIV, da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990,

DECLARA:

Para efeito de liquidação de aquisições realizadas no âmbito do
Programa Nacional de Desestatização, as debêntures inegociáveis de
emissão da Siderurgia Brasileira S.A. - Siderbrás estão incluídas
entre os meios de pagamentos previstos no artigo 1º, inciso I, da
Resolução CD/PND nº 6/91, de 25 de março de 1991.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1991.

EDUARDO MARCO

MODIANO

11.6-Outros créditos

Resolução CD/PND nº 10, de
15 de julho de 1991

*Autoriza a utilização de
créditos contra entidades
controladas direta ou
indiretamente pela União nos
processos de desestatização
que especifica.*

A COMISSAO DIRETORA DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 38, inciso III, alínea "c", do Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990, e de acordo com o disposto no artigo 2º da Resolução CD/PND nº 6/91, de 25 de março corrente,

RESOLVE:

Art. 1º - O preço das ações representativas do capital social das companhias a seguir mencionadas poderá ser pago, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, com a utilização de créditos vencidos, representados ou não por títulos, contra entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União:

I - Companhia Eletromecânica Celma; e

II - Companhia Siderúrgica do Nordeste- Cosinor.

Parágrafo único - Para a utilização prevista neste artigo, a legitimidade e o valor dos títulos e créditos deverão previamente ser certificados pelo Departamento do Tesouro Nacional.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1991.

EDUARDO MARCO MODIANO

Presidente

Portaria SFN nº 1.158, de 6 de setembro de 1991

O SECRETÁRIO DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 3, de 11 de janeiro de 1991, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990 na Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal e na Portaria nº 263, de 22 de abril de 1991, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento,

RESOLVE:

Art. 1º- Permitir a utilização como moeda para aquisição de bens e direitos, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização-PND, ao par com o cruzeiro, dos seguintes créditos:

I - créditos referentes às dívidas das entidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 8.029, de 12.4.90; e

II - créditos vencidos referentes às dívidas contra a união ou entidades por ela controladas, direta ou indiretamente.

Parágrafo 1º - Somente serão habilitados os créditos que tenham sido objeto de renegociação junto à Secretaria da Fazenda Nacional - SFN.

Parágrafo 2º - Consideram-se créditos vencidos, para efeito do disposto no inciso II, aqueles cujos vencimentos se deram até 31.12.90.

Parágrafo 3º - Nos casos de créditos com vencimento em parcelas, serão consideradas apenas aquelas vencidas, inclusive juros, até a data estabelecida no parágrafo anterior.

Parágrafo 4º - Para os fins do disposto neste artigo, não poderão ser utilizados os créditos sobre os quais esteja pendente demanda judicial.

Art 2º - Com vistas ao enquadramento desses créditos no Programa Nacional de Desestatização - PND, os seus detentores deverão encaminhar a Secretaria da Fazenda Nacional - SFN:

- a - cópias dos contratos representativos dos créditos a que alude o artigo 1º;
- b - documento comprobatório de reconhecimento do crédito pelo devedor principal explicitando o valor em moeda corrente na data-base da sua conversão em moeda de privatização; e
- c - declaração específica que afirme a titularidade e regularidade do crédito de Documento de Movimentação de Ativo - MOP-26, conforme modelos anexos, assinados por representantes legais do credor.

Parágrafo 1º - A utilização dos créditos referidos no artigo 1º como moeda de privatização fica condicionada a parecer favorável da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, quanto à exigibilidade, certeza e liquidez do crédito, a ser encaminhado ao Departamento do Tesouro Nacional- DTN.

Parágrafo 2º - No caso de as informações prestadas na declaração serem consideradas incorretas, o declarante estarão sujeitos as penalidades previstas no artigo 3º da Lei nº 7.492, de 16.6.86.

Art.. 3º - O crédito, depois de renegociado pela SFN, será registrado, escrituralmente, em sistema centralizado.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revoga-se Portaria nº 1.127, de 31 de julho de 1991.

LUE FERNANDO GUSMÃO WELUSCH

ANEXO I
DECLARAÇÃO

da lei.

PRIVATIZAR

.....
(Nome do credor e CGC)

para fins de registro dos créditos de que trata a Portaria nº 1.158, de 6 de setembro de 1991, da Secretaria da Fazenda Nacional, no Sistema de Moedas de Privatização - Privatizar Cetip, declara que é credor, na data de renegociação do crédito, ocorrida em / / , da importância de Cr\$

Tal valor ficará sujeito à confirmação do devedor, nos termos do artigo 2º da Portaria acima citada.

Declaro, ainda, que não omiti nenhuma informação que devesse fornecer, ou que possa ser relevante, nem há declaração diversa da que deveria constar, ou que possa induzir em erro, não aproveitando, para esse efeito, a submissão e a verificação da pertinência das declarações ora prestadas.

E por ser verdade, firmo a presente em 3 (três) vias, sob as penas

MOVIMENTAÇÃO DE ATIVO/CLIENTES 2

Local e Data

Assinaturas autorizadas

PRIVATIZAR

MOVIMENTAÇÃO DE ATIVO/CLIENTES 2

DOC MOP-26	01	AT 1	OP D	03	PARTICIPANTE
04	ATIVO	05	QUANTIDADE	06	N.OPER.

Preenchimento dos campos:

- 03 - Preencher com o número da conta Cetip da Instituição.
- 04 - Consultar código do ativo no DTN ou Cetip.
- 05 - Quantidade é igual ao valor da dívida dividido por Cr\$ 10.000,00 (valor nominal do título), expressa em número inteiro de casas, sem arredondamento.
- 06 - Deixar em branco.

BIBLIOGRAFIA

- Benevides Eduardo, "Entrevista sobre o PND.", BNDES, Rio de Janeiro, abril de 1992.
- BNDES. Processos de Privatização conduzidas pela BNDESPAR. Rio de Janeiro, 1990.
- BRASIL, Constituição da República Federativa. Promulgada em 5 de novembro de 1988, São Paulo, Saraiva, 1988.
- BRITTAN, Samuel. Política y Economía de La Privatización. Revista del Instituto de Estudios Económicos, nº 1, Madrid, 1985.
- BUHLER, Rodolf. "Entrevista sobre o setor siderúrgico - IBS. Rio de Janeiro, 1992.
- BUTLER, Eamon. Privatización: Cómo España puede aprender de Gran Bretaña y de otros países. Boletín del círculo de Empresarios, nº 39, Madrid, 1987.
- CAMPOS SOARES, Rinaldo. Usiminas a caminho da Privatização. Metalurgia - ABM, vol. 47, nº 393. Rio de Janeiro. Jan/Fev. 1991.
- CIEDLA. Contribuciones y Estudios Interdisciplinarios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional. Buenos Aires, nº 3, jul/set/1987.
- CUNHA, ARMANDO S. M. da. O Ciclo Orçamentário: comentários sobre Aspectos cruciais. Texto mimeografado - EBAP - CIPAD, 1987.
- Diário do Comércio. "Itamar quer avaliação do patrimônio da CSN." - Minas Gerais, 12/92.
- Diário do Comércio. "Produção nacional de aço." - Minas Gerais, 8/4/92
- DOMINGO NUÑEZ, Pedro Pablo. La Privatización de la Empresa Pública: Liquidación o Racionalización? ESPAÑA, Reseñas Temáticas de España, 1987.

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses: um Estudo e as alternativas da Industrialização Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1985.

Editais de Alienação de Ações do Capital Social da CIA. Aços Especiais Itabira - Acesita - PND/1992 - BNDES, Rio de Janeiro, 1992.

Editais de Alienação de Ações do Capital Social da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - PND -/91, BNDES, Rio de Janeiro, 1991.

Estado de Minas "Governo pode impor restrições à privatização"- Minas Gerais, 24/1/93.

Estado de Minas Gerais. "Peru privatiza como no Brasil." Minas Gerais, 17/9/92.

Estado de S.Paulo. "Planalto e Ministros emperram privatização."- São Paulo, 15/8/93.

Estado de São Paulo, "PND já tendeu US\$ 9,5 bilhões, - São Paulo, 12/9/93.

Estado de São Paulo. 'Ações da Siderúrgica serão privatizadas.'- São Paulo, 29/3/93.

Estado de São Paulo. "Privatização da CSN divide Volta Redonda." São Paulo, 29/3/93.

Figueiró, Ricardo, "Nove entrevistas sobre PND - BNDES. - Rio de Janeiro, 1992 a 1994.

FIORI, José Luiz. Para uma crítica da teoria do Estado Latino Americano. Rio de Janeiro, ANPEC, 1989.

FLEURY TEIXEIRA, Sônia Maria. Teoria do Estado e Forma do Estado na América Latina. Texto mimeografado, Rio de Janeiro, 1990.

Folha de S. Paulo. "Vale assina contrato de gestão dia 1º". São Paulo, 5/92.

Folha de São Paulo "Modiano quer ampliar participação externa."- São Paulo 1/6/92.

Folha de São Paulo - "Argentina anuncia superprivatização." São Paulo, 20/1/91.

Folha de São Paulo - "Estatais comprem parte das empresas leiloadas."- São Paulo, 19/12/82.

Folha de São Paulo, “Governo quer norma para prevenção de monopólio.” São Paulo, 11/9/93.

Folha de São Paulo, “Salinas acena com liberação do comércio com o Brasil.” São Paulo, 11/6/92.

Folha de São Paulo. “BNDES, fundos e telecomunicações. - São Paulo, 11/6/92.

Folha de São Paulo. ‘BNDES atrás de uma vocação.’ - São Paulo, 5/92.

Folha de São Paulo. ‘Itamar e a privatização’ - São Paulo, 16/9/92.

Folha de São Paulo. ‘Privatização e transparência’, São Paulo, 9/6/92.

Folha de São Paulo. “A lógica da privatização” - São Paulo, 23/5/93.

Folha de São Paulo. “Argentina usará recurso obtido com privatização para saldar sua dívida.” - São Paulo, 27/1/92.

Folha de São Paulo. “Banco recebe críticas pelo programa de privatização.” - São Paulo, 20/6/92.

Folha de São Paulo. “BNDES permanece inerte e em dívida como país.” São Paulo, 5/92.

Folha de São Paulo. “Consórcio tenta superar divergências.” São Paulo, 8/7/83.

Folha de São Paulo. “Gasto com Cosinor supera seu preço de venda.” São Paulo, 13/11/91.

Folha de São Paulo. “Governo propõe fim gradual do monopólio.” São Paulo, 21/6/92.

Folha de São Paulo. “Governo recebe 95% em moedas podres.’ - São Paulo, 25/10/92.

Folha de São Paulo. “Governo vende só seis estatais neste ano.” São Paulo, 31/10/93.

Folha de São Paulo. “México lança plano de privatização de Tvs.”, - São Paulo, 12/3/92.

Folha de São Paulo. “Ministros prepara nova etapa da privatização.” São Paulo, 8/7/83.

Folha de São Paulo. “Modiano defende uso da dívida como moeda.’ São Paulo, 5/92.

Folha de São Paulo. “Modiano responde crítica a privatização” - São Paulo, 10/9/92.

Folha de São Paulo. “MP cria uma nova NTN.”, São Paulo, 15/8/93.

Folha de São Paulo. “Negócios da privatização.” - São Paulo, 20/9/92.

Folha de São Paulo. “O BNDES descobre o social.” - São Paulo, 5/92

Folha de São Paulo. “O pai da Telebrás e a privatização.” São Paulo, 19/6/92.

Folha de São Paulo. “Petrobrás, corporativismo e privatização”. São Paulo, 26/6/92.

Folha de São Paulo. “Portugal vai privatizar sua única refinaria.” São Paulo, 27/9/92.

Folha de São Paulo. “Prefeituras entram com ação em Minas.” - São Paulo, 4/9/92.

Folha de São Paulo. “Privatização e a defesa da concorrência.” São Paulo, 19/9/92.

Folha de São Paulo. “Privatização mexicana”. São Paulo, 27/6/92.

Folha de São Paulo. “Privatização tende US\$ 6,2 bilhões em três anos.” - São Paulo,
31/10/93.

Folha de São Paulo. “STJ mantém liminar contra a Copesul.” São Paulo, 1/7/92.

Folha de São Paulo. “Telesp divide mercado com empresa privada.” São Paulo, 24/6/92.

Folha de São Paulo. “A engenhosidade na queima de estatais.” - São Paulo, 21/6/93.

Folha de São Paulo. “BNDES aprova lei ao fixar preço da Ultrafértil.” São Paulo,
10/11/92.

Folha de São Paulo. “CSN sugere bloqueio de ação por 5 anos.” São Paulo, 11/9/93.

Folha de São Paulo. “Leilão da Companhia Álcalis é suspenso.” São Paulo, 1/7/92.

Folha de São Paulo. “Modiano diz que privatização deve continuar”. São Paulo, 30/6/92.

Folha São Paulo. “Sem amarras do Estado Usiminas encontra o lucro.” São Paulo,
31/10/93.

FUNCEP, Reorganização da Administração Pública Federal - Estado e Sociedade.

Brasília. Fundação Centro do Servidor Público, 1989.

GANDATA & KAUEMAN, Privatização do setor siderúrgico Brasileiro: Avaliação de Resultados e Perspectivas BNDES, outubro de 1994.

Gazeta Mercantil. "Acesita montará consórcio para concorrer à Açominas." São Paulo, 11/1/93.

Gazeta Mercantil. "Cícero apóia a venda da Vale mas é contra aceitação de moedas podres." - São Paulo, 21/6/93.

Gazeta Mercantil. "Outras alternativas além do leilão." São Paulo, 13/11/92.

Gazeta Mercantil. "Petroquisa quer continuar a influir na Administração da PSN depois do leilão." - São Paulo, 21/6/93.

Gazeta Mercantil. "Privatização sem preconceitos." São Paulo, 26/10/92.

Gazeta Mercantil. "Vendendo o Estado." - São Paulo, 3/9/93.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo. Ed. ATLAS, 1988.

GUERRA, Sílvio B e NETTO Ferraz, João Q. Privatização e desenvolvimento econômico (II). Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Economia - FGV, vol. 45, nº 7, 1991.

Guerreiro Ramos, Alberto. **Administração e Contexto Brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas, 1983.

Jornal da Privatização - Agosto/92 - 1ª quinzena.

Jornal da Privatização - Boletim Informativo da 1ª quinzena de agosto, BNDES, agosto de 1992.

Jornal da Privatização - Boletim Informativo da 1ª quinzena, BNDES, junho de 1992.

Jornal da Privatização - Boletim informativo quinzenal do PND, BNDES. Rio de Janeiro, agosto de 1991.

Jornal da Privatização. Agosto/92 2ª quinzena.

Jornal da Privatização. Julho/92 2ª quinzena.

Jornal da Privatização. Março/92 - 1ª Quinzena.

Jornal da Tarde. "Irregularidade envolvem José de Castro segundo CPI." - Rio de Janeiro, 19/6/93.

Jornal de Privatização - Boletim Informativo , novembro/dezembro - BNDES, dezembro de 1991.

Jornal de Privatização - Boletim Informativo da 2ª quinzena de setembro, BNDES - setembro de 1992.

Jornal de Privatização. Agosto/92 1ª quinzena.

Jornal do Brasil "A privatização do Lloyd. "Rio de Janeiro, 1/7/92.

Jornal do Brasil "Lote de ações da CSN sai a Cr\$ 7 trilhões". Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil - 'Concentração da renda cresce com a privatização.' - Rio de Janeiro, 28/12/991.

Jornal do Brasil - "Acesita já se prepara para ser privatizada"- Rio de Janeiro, 12/7/92.

Jornal do Brasil - "Menem apressa privatização."Rio de Janeiro, 13/11/92.

Jornal do Brasil . "Leilão da Álcis é adiado pela 3ª vez."Rio de Janeiro, 6/7/92.

Jornal do Brasil- "Usiminas se prepara para elevar produção"- Rio de Janeiro, 23/7/92.

Jornal do Brasil."BR e Light na privatização.' Rio de Janeiro , 19/5/92.

Jornal do Brasil."Debêntures prejudicam privatização."Rio de Janeiro, 6/10/92.

Jornal do Brasil. 'BNDES divulga de novo privatização."Rio de Janeiro, 30/6/92.

Jornal do Brasil. 'Compradores querem regras mais claras". Rio de Janeiro, 11/12/93.

Jornal do Brasil. 'Fim da Privatização."Rio de Janeiro, 9/92.

- Jornal do Brasil. 'Light e Meridional devem ir a leilão.' Rio de Janeiro, 5/92.
- Jornal do Brasil. 'Moeda nova na privatização.' Rio de Janeiro, 1/9/92.
- Jornal do Brasil. 'Moedas de Privatização.' Rio de Janeiro, 11/6/92.
- Jornal do Brasil. 'Nova regra é discutida.' Rio de Janeiro, 13/1/93.
- Jornal do Brasil. 'Os dinossauros que emperram a privatização.' - Rio de Janeiro, 25/6/93.
- Jornal do Brasil. 'Projeto dos portos encalhados.' - Rio de Janeiro, 21/5/92.
- Jornal do Brasil. 'Telecom lucra Us\$ 1,3 bilhão.' - Rio de Janeiro, 5/11/91.
- Jornal do Brasil. "4 solência mantém privatização da Açominas". - Rio de Janeiro. 11/9/93.
- Jornal do Brasil. "Ação da Copesul já pode ser registrada." Rio de Janeiro, 5/92.
- Jornal do Brasil. "Ação Jurídica pode adiar leilão da CSN." Rio de Janeiro, 27/3/93.
- Jornal do Brasil. "Acesita monta consórcio para comprar Açominas." Rio de Janeiro 11/8/93.
- Jornal do Brasil. "Ações da Petroflex." - Rio de Janeiro, 5/92.
- Jornal do Brasil. "Álcalis continua estatal". Rio de Janeiro, 1/7/92.
- Jornal do Brasil. "Álcalis é vendida por US\$ 80 milhões" - Rio de Janeiro, 16/7/92.
- Jornal do Brasil. "Aprovado projeto para portos." - Rio de Janeiro, 27/6/92.
- Jornal do Brasil. "Argentina quer atrair brasileiros." - Rio de Janeiro, 2/5/92.
- Jornal do Brasil. "BNDES admite haver atraso na privatização." Rio de Janeiro, 5/2/93.
- Jornal do Brasil. "BNDES prevê leilão da Álcalis para hoje." Rio de Janeiro, 2/7/92.
- Jornal do Brasil. "BNDES quer sustar plano contra Álcalis." - Rio de Janeiro, 27/6/92.
- Jornal do Brasil. "Brumer deixa a Vale e vai para Acesita." - Rio de Janeiro, 18/11/92.
- Jornal do Brasil. "Brumer espera tirar a Acesita do vermelho no próximo ano." Rio de Janeiro, 19/11/92.

Jornal do Brasil. "Celma "Blue chip" da privatização." Rio de Janeiro, 27/10/91.

Jornal do Brasil. "Collor dá aval para privatizar a Light. " Rio de Janeiro, 23/6/92.

Jornal do Brasil. "Comando da CSN tem divergências." Rio de Janeiro, 29/1/94.

Jornal do Brasil. "Comprador da CSN pagará 3,8% em dinheiro"- Rio de Janeiro, 30/3/93.

Jornal do Brasil. "Congressistas aprovam CPI para privatizações"- Rio de Janeiro, 25/3/93.

Jornal do Brasil. "Copesul está a Montoro para solucionar sua privatização." - Rio de Janeiro, 2/7/83.

Jornal do Brasil. "Copesul vai contestar a liminar." - Rio de Janeiro, 5/92.

Jornal do Brasil. "CPI investiga ação de PC nas privatizações". Rio de Janeiro, 11/7/92.

Jornal do Brasil. "CSN garante que a privatização da Siderúrgica é transparente." Rio de Janeiro, 2/12/92.

Jornal do Brasil. "Decisão sobre privatização é adiada."- Rio de Janeiro, 19/1/93.

Jornal do Brasil. "Demissão na Embraer." Rio de Janeiro, 5/92.

Jornal do Brasil. "Dinheiro da privatização à vista". Rio de Janeiro, 21/1/93.

Jornal do Brasil. "Dinheiro da privatização vai para área social."- Rio de Janeiro, 20/1/93.

Jornal do Brasil. "Dívida é moeda." Rio de Janeiro, 5/92.

Jornal do Brasil. "Empregado da CSN recebe oferta por ações. "Rio de Janeiro, 8/4/93.

Jornal do Brasil. "Empréstimo Eximbank." Rio de Janeiro, 30/3/92.

Jornal do Brasil. "Enasa, sem ter compradores será liquidada. "Rio de Janeiro, 4/7/92.

Jornal do Brasil. "Erros da privatização." Rio de Janeiro, 16/11/93.

Jornal do Brasil. "Ferri-ultra compra Ultrafértil em 5 minutos."- Rio de Janeiro, 25/6/93.

Jornal do Brasil. "Gerdau chefia o acordo na Aços Piratini." - Rio de Janeiro, 2/5/92.

Jornal do Brasil. "Governo negociará a CSN." Rio de Janeiro, 9/12/92.

- Jornal do Brasil. "Impasse na privatização da Açominas." - Rio de Janeiro - 1/9/93.
- Jornal do Brasil. "Importadores de aço querem ações da CSN." - Rio de Janeiro, 5/92.
- Jornal do Brasil. "Itamar avalia novo decreto da privatização." - Rio de Janeiro, 14/1/93.
- Jornal do Brasil. "Itamar decidirá hoje mantém o leilão da CSN" - Rio de Janeiro, 3/12/92.
- Jornal do Brasil. "Itamar determina ao BNDES que trabalhe o preço da CSN" - Rio de Janeiro, 4/12/92.
- Jornal do Brasil. "Justiça decide hoje polêmica sobre Copesul." - Rio de Janeiro, 2/3/92.
- Jornal do Brasil. "Leilão da Álcalis é adiado pela 5ª vez." - Rio de Janeiro 7/7/92.
- Jornal do Brasil. "Leilão da Copesul está sub judice." - Rio de Janeiro, 5/92.
- Jornal do Brasil. "Leilão da Enasa não sai." - Rio de Janeiro, 26/6/92.
- Jornal do Brasil. "Liquidada compra da Cosipa." - Rio de Janeiro, 27/8/93.
- Jornal do Brasil. "Llody em clima de tensão" - Rio de Janeiro, 24/6/92.
- Jornal do Brasil. "Mafersa tem lucro após um ano de privatização." - Rio de Janeiro, 18/11/92.
- Jornal do Brasil. "Maioria das Ações da PPN passa à Odebrecht." - Rio de Janeiro, 13/11/92.
- Jornal do Brasil. "Modernização dos Portos." - Rio de Janeiro, 20/5/92.
- Jornal do Brasil. "Modiano fica na privatização e na presidência do BNDES." - Rio de Janeiro, 5/92.
- Jornal do Brasil. "Nordeste decidirá votação dos portos." - Rio de Janeiro, 5/92.
- Jornal do Brasil. "Nova lei desvaloriza patrimônio da Álcalis." - Rio de Janeiro, 12/6/92.
- Jornal do Brasil. "Novo preço para a Álcalis." - Rio de Janeiro, 8/7/92.
- Jornal do Brasil. "Oligopólio em aço preocupa governo." - Rio de Janeiro, 5/9/93.
- Jornal do Brasil. "Política não afeta empresa." - Rio de Janeiro, 9/92.

Jornal do Brasil. "Prefeito eleito faz críticas ao adiamento das privatizações. "Rio de Janeiro, 19/12/92.

Jornal do Brasil. "Pressões a favor da liquidação." Rio de Janeiro, 24/6/92.

Jornal do Brasil. "Privatização adiada por 20 dias." Rio de Janeiro, 15/6/93.

Jornal do Brasil. "Privatização da CST está ameaçada"- Rio de Janeiro 15/7/92

Jornal do Brasil. "Privatização da Light."- Rio de Janeiro, 20/9/92.

Jornal do Brasil. "Privatização da PQU pode fracassar. Rio de Janeiro, 7/12/93.

Jornal do Brasil. "Privatização facilita compra de ações." - Rio de Janeiro, 2/9/93.

Jornal do Brasil. "Privatização faz 1 ano." Rio de Janeiro, 31/5/92.

Jornal do Brasil. "Privatização mexicana rende 20% da dívidas. "Rio de Janeiro, 4/92.

Jornal do Brasil. "Privatização tem apoio unânime."- Rio de Janeiro, 1/7/93.

Jornal do Brasil. "Privatização terá nova mudança." - Rio de Janeiro, 7/3/93.

Jornal do Brasil. "Privatização." Rio de Janeiro, 5/92.

Jornal do Brasil. "Privatizações terá 30% em dinheiro. "Rio de Janeiro, 24/11/92.

Jornal do Brasil. "Quando coloca programas de privatização em dúvida."Rio de Janeiro, 26/5/93.

Jornal do Brasil. "Refer negocia a venda da Mafersa"- Rio de Janeiro, 26/6/92.

Jornal do Brasil. "Senado abre privatização ao capital externo"- Rio de Janeiro, 15/09/93.

Jornal do Brasil. "Suspendo o leilão da Ultrafertil."- Rio de Janeiro, 17/11/92.

Jornal do Brasil. "TCU decide adiar privatização da Açominas "- Rio de Janeiro, 25/8/93.

Jornal do Brasil. "TCU mantém preço mínimo da Açominas"- Rio de Janeiro, 10/9/93.

Jornal do Brasil. "Telebrás não captar dólar."- Rio de Janeiro, 5/92.

Jornal do Brasil. "Título do FND serão usados." Rio de Janeiro, 11/6/92.

- Jornal do Brasil. "Trabalhadores podem assumir CSN." Rio de Janeiro, 12/12/92.
- Jornal do Brasil. "Usiminas amplia atuação", Rio de Janeiro, 29/9/92.
- Jornal do Brasil. "Usiminas se torna após privatização." Rio de Janeiro, 28/6/92.
- Jornal do Brasil. "Vale já pode operar autogestão.", Rio de Janeiro, 11/6/92.
- Jornal do Brasil. "Venda da Aerolíneas causa polêmica." - Rio de Janeiro, 2/5/92
- Jornal do Brasil. "Y.P.F. é Privatizada no valor de Us\$ 3 bilhões." Rio de Janeiro, 6/7/93
- Jornal do Brasil. "Rússia recorre agora à privatização em massa. " Rio de Janeiro, 18/1/93.
- Jornal do Brasil. Investimentos de US\$ 718 milhões - modernização torna Usiminas a Usina de Tecnologia mais sofisticada do país. Rio de Janeiro, 25/10/91.
- Jornal do Brasil. STF E Congresso asseguram Leilão. Rio de Janeiro, 24/10/91.
- Jornal do Brasil. YELTSIN propõe liberar preços e privatizar estatais. Rio de Janeiro, 19/10/91.
- Kasnar, Istvan Karoly, Estudo Econômico Financeiro - Administrativo do Setor Siderúrgico. Cadernos EBAP, Rio de Janeiro, FGV, nº 47, setembro de 1989.
- LAWSON, NIGEL, Debate Ideológico. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17/11/91.
- MARTINS, Luciano. **ESTADO CAPITALISTA E BUROCRACIA NO BRASIL PÓS 64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- MOTTA, Paulo Roberto - O controle de Empresas Estatais no Brasil. Texto mimeografado. Rio de Janeiro, FGV, 1989.
- MURRAY, Charles. Losing Ground: American Policy. New York, Basic Books, 1984.
- MYRO, Rafael Sánchez. Las Bases de La Política de Privatización de Empresas Públicas. Economistas, nº 19, 1986.
- NASSIF, Luís. A Usiminas e o déficit. Folha de São Paulo, 1/11/91.

O Estado de São Paulo. "Ações da Açominas tiveram ágio de 87%." São Paulo, 14/9/93.

O Estado de São Paulo. "Fazenda vai assumir controle da privatização." - São Paulo, 15/6/93.

O Globo "BNDespar e FND leiloam hoje ações da Eletrobrás." - Rio de Janeiro, 21/9/92.

O Globo, "SDG abre processo para investigar a compra da Cosipa." Rio de Janeiro, 14/9/93.

O Globo. "Medidas em estudo para ampliar o programa." Rio de Janeiro, 23/7/83.

O Globo. "Privatização e capital externo." - Rio de Janeiro, 3/2/92.

O Globo. "CSN, Açominas, Cosipa e Llody entram na lista de privatizáveis." Rio de Janeiro, 3/12/91.

O Globo. "Estatais Chilenas e Argentinas foram saneadas antes da venda." Rio de Janeiro, 31/10/93.

O Globo. "Governo não sabe como apressar as privatizações." - Rio de Janeiro, 22/3/93.

O Globo. "Itamar aprova uso obrigatório de cruzeiros na privatização". Rio de Janeiro, 25/11/92.

O Globo. "Leilão da estatais poderá atrasar 3 meses." Rio de Janeiro, 30/12/92.

O Globo. "leilão de ações preferenciais da PPN é adiado"- Rio de Janeiro, 10/11/92.

O Globo. "Planalto cofirma Modiano no comando da Privatização. ' - Rio de Janeiro, 5/92.

O Globo. "Privatização contará com mais cruzeiros." Rio de Janeiro, 6/10/92.

O Globo. "Privatização: novos ventos "- Rio de Janeiro, 16/8/93.

OHASHI, Tim e Roth, T. P. Privatization Theory and Practice. Vancouver, B.C. Fraser Institute, 1980.

- OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrystostomo. A Hora é de Privatizar - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20/11/91.
- PERA, Alberto. El Proceso de Privatización en Italia. Boletín del Circulo de Empresarios, nº 39, 1987.
- PINTO, ANIBAL. La Ofensiva Contra el Estado Económico. El Trimestre Económico, nº 215, México, 1987.
- Programa Nacional de Desestatização - Edição Especial - IMF e Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1991.
- Programa Nacional de Desestatização - Informações Adicionais sobre a Usiminas e o Mercado Siderúrgico, BNDES, Rio de Janeiro, maio de 1991.
- Programa Nacional de Desestatização - Relatório de Atividades - BNDES, Rio de Janeiro, 1993.
- Programa Nacional de Desestatização - Relatório de Atividades - BNDES, Rio de Janeiro, 1994.
- Programa Nacional de Desestatização - relatório de Atividades: BNDES, Rio de Janeiro, 1995.
- REIS VELLOSO, João Paulo. Como dar a volta por cima da crise. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1/12/91.
- Revista Exame. "Mais elefantes vão para o leilão." - São Paulo, 29/12/81.
- ROIG NOVELL, Margarita. Problemas Actuales en La Privatización de la Empresa Pública. Economistas, nº 19, 1986.
- ROTH, Gabriel. Private Provision of Public Services in Developing countries. New York, Oxford University Press, 1987.

Salomão, Luiz. Ainda há tempo para o bom senso. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20/10/91

Salomão, Luiz. Participação de estrangeiros não supera 6%. Rio de Janeiro, 25/10/91.

SARAVIA, Enrique. O Sistema Empresarial Público no Brasil: gênese e Tendências Atuais. Brasília, IPEA, 1988.

SAVAS, E.S. **PRIVATIZAÇÃO A CHAVE PARA UM GOVERNO MELHOR**. Rio de Janeiro, Editorial Nórdica Ltda, 1987.

SILVA REZENDE, Fernando A. da. Finanças Públicas. São Paulo. Ed. Atlas, 1978.

WALTERS, ALAN. Privatización, Estudos Públicos nº 27, Centro de Estudios Públicos, Santiago, 1987.

WERNECK de Castro, Moacir. Moeda Podre Vale Ouro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19/10/91.

YOUNG, P. Métodos Científicos de Investigaciones Social. México Instituto de Investigaciones Sociales de La Universidad del México, 1960.

YOUNG, Peter. Privatization Around the Globe - Dallas, National center for Policy Analysis, 1986.